

Universidade Federal de Santa Catarina

**Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe:
discussões sobre “progresso” e transformação ambiental.**

Susana Cesco

Florianópolis, 2005.

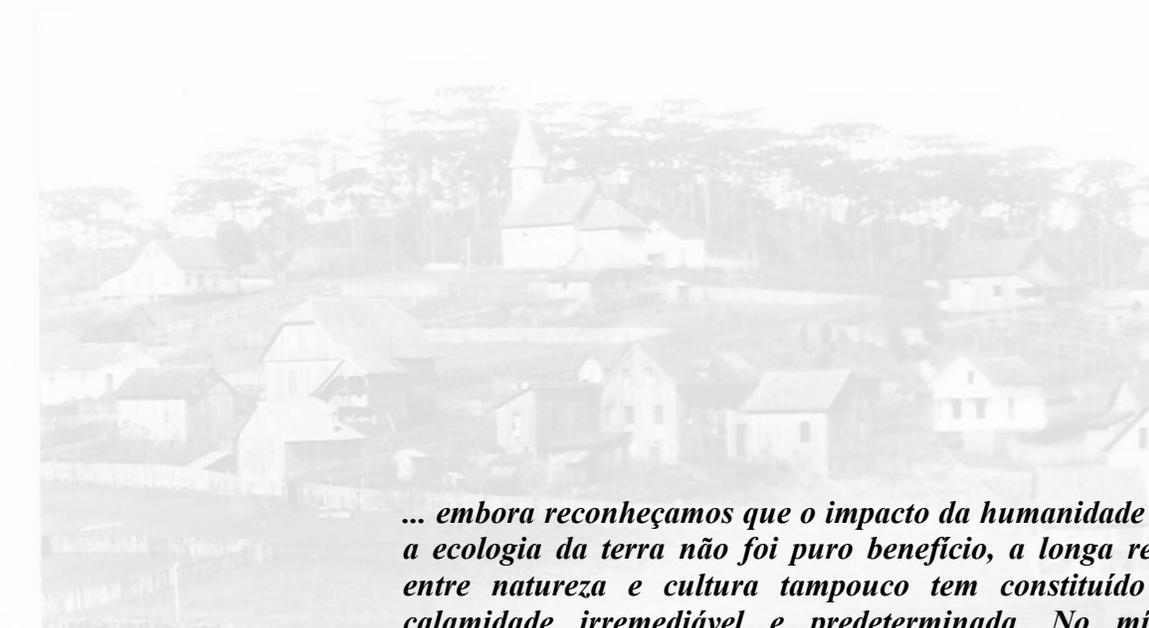
Universidade Federal de Santa Catarina

**Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe:
discussões sobre “progresso” e transformação ambiental.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina, sob
orientação da Prof^a. Dra. Eunice Sueli
Nodari.

Susana Cesco

Florianópolis, 2005.



... embora reconheçamos que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo, parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os merecedores de meus mais sinceros agradecimentos por fazerem parte da pesquisa e elaboração desta dissertação. Entre essas muitas pessoas e, correndo o risco de esquecer de alguém, alguns foram imprescindíveis.

Professora Eunice Sueli Nodari, não uma simples orientadora, mas alguém que, desde a graduação, me indicou um caminho, ensinou-me como trilhá-lo e acompanhou-me durante todo o percurso.

Professor João Klug, importante durante toda a minha vida acadêmica e que esteve sempre disposto a me ouvir e ajudar. Alguém que admiro e respeito muito.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que viabilizou minha pesquisa.

Aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas cujos acervos me foram tão importantes, em especial a Júlio Corrente da Biblioteca Municipal de Caçador. Aos entrevistados que tão gentilmente receberam-me e compartilharam suas histórias de vida.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, especialmente ao Professor Paulo Pinheiro Machado e a Professora Renata Palandri Sigollo. A todos do Laboratório de Imigração e Migração: professor Dirksen, Márcio, Cristina, Miguel, Daniel, Jó, Ely, Muriele, Manoel, Evandro, Marcos, Elza por estarem sempre prontos a me ajudar. Agradeço também a Samira, Cristiane e Renata, amigas especiais que felizmente fazem parte de minha vida.

Geni e Darlan, pessoas importantes em todos os momentos e que sempre acreditaram em mim, às vezes mais que eu mesma. Beatriz, João Alberto (meu ponto de referência e abrigo durante as pesquisas em Caçador e região), mais que grandes amigos, pessoas que eu admiro e que vejo como parte de minha família.

Por fim, algumas pessoas que me acompanham há muito tempo e sempre foram pontos de apoio quando necessário: Sandra, Juliana, João, Katiuscia, Elizabete, Elisa, Denise, Fernanda, Ellen, todos do Museu Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC (responsáveis por momentos divertidos e inspiradores), aos amigos do curso de italiano. Espero que vocês saibam o quanto são especiais e o quanto a certeza da amizade de vocês me é importante.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução	10
 Capítulo I	
1. Revisitando o “Passado”	21
1.1 Como o Alto Vale do Rio do Peixe foi descrito na primeira metade do século XX.....	21
1.2 O Desflorestamento virou notícia.	41
 Capítulo II	
2. O Alto Vale do Rio do Peixe	53
2.1 Esboços de divisão regional.....	53
2.2 Terras Catarinenses	59
2.3 Um novo desenho geográfico.....	79
2.4 A floresta do Alto Vale do Rio do Peixe.....	85
2.5 Transformando “paisagem” em produto: a indústria madeireira.....	89
 Capítulo III	
3. Imagens do Passado - as fotografias da região nas décadas de 1920 a 1950	94
3.1 As transformações da paisagem observadas através de fotografias.....	94
 Considerações Finais	117
 Referências Bibliográficas	119

Fontes	126
Acervos Pesquisados	127
Anexos	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Araucárias na década de 1950 em Caçador (capa em marca d'água)	
Figura 02 – Vista da cidade de Caçador na década de 1930 (epígrafe em marca d'água).. ii	
Figura 03 – Gráfico com dados sobre a exportação de madeira em Santa Catarina..... 28	
Figura 04 - Mapa Divisão Política do Estado de Santa Catarina, década de 1930..... 53	
Figura 05 – Fragmento em destaque no mapa de Santa Catarina com a atual divisão municipal do Alto Vale do Rio do Peixe.....	54
Figura 06 – Conformações de Copa de Araucárias	55
Figura 07 – Domínios da Mata Atlântica e Associações da FOM no Estado de Santa Catarina	56
Figura 08 – Planta da propriedade Rio do Tigre pertencente a Firmino Correia Gonçalves, 1912.....	58
Figura 09 – Propaganda de Colonização em língua italiana, 1919.....	64
Figura 10 - Propaganda de Colonização em língua italiana,1934.....	65
Figura 11 - Primeira página de folheto de propaganda em língua alemã.....	67
Figura 12 – Mapa da Ocupação do Médio Oeste de Santa Catarina	74
Figura 13 – Mapa da Colônia Rio do Peixe, terras requeridas por João Simeão Carneiro e outros no Município de União da Vitória em 1899.....	75
Figura 14 – Mapa da Colônia Arroio da Fartura, terras requeridas por Antônio Luiz da Costa no Município de União da Vitória	78
Figura 15 – Madeireira Duat, década de 1950	83
Figura 16 – Vista Parcial do Município de Caçador em 1940.....	84
Figura 17 - Serra do Ouro Branco na Província de Minas Gerais.....	94
Figura 18 - Vista da cidade de Caçador em 1926.....	100
Figura 19 - Transporte de madeira na década de 1920.....	102
Figura 20 - Colégio Aurora, construção do prédio em 1930.....	103
Figura 21 - Caçador em 1935.....	104

Figura 22 - Vista parcial de Caçador em 04/12/1936.....	105
Figura 23 - Casa na região de Caçador na década de 1930.....	106
Figura 24 - Vista aérea parcial de Caçador na década de 1930.....	107
Figura 25 - Vista parcial, à distância, das divisas das vilas de Caçador e Santelmo em 1935.....	108
Figura 26 - Enchente em 03/06/1936.....	109
Figura 27 - Município de Caçador na localidade antes designada de Santelmo, 04/12/1936.....	109
Figura 28 - Centro de Caçador na década de 1950.....	110
Figura 29 - Fornecimento de vagões de carga de madeira. Caçador, 18 de janeiro de 1939.....	111
Figura 30 - Madeireira Duat no final da década de 1950.....	112
Figura 31 - Caçador, final da década de 1950.....	113
Figura 32 - Área em torno do Colégio Aurora em 1936.....	114
Figura 33 - Avenida Barão do Rio Branco, década de 1950.....	115

RESUMO

Este trabalho visa investigar a relação dos homens com a transformação da cobertura florestal durante a colonização do Alto Vale do Rio do Peixe, no Estado de Santa Catarina, abrangendo o período posterior à Guerra do Contestado até meados do século XX. O texto analisa a instalação dos migrantes de origem ítala e teuta – em sua maioria, vindo do Rio Grande do Sul – a compra de lotes coloniais, característicos da ocupação do local no período em questão, na região que, em 1934, passou a ser o município de Caçador e nas áreas circunvizinhas. Essa análise perpassa o processo de derrubada da mata e as importantes transformações que ocorreram tanto no meio ambiente como nos novos habitantes locais, além, especialmente, da importância que a Floresta Ombrófila Mista (mata predominante na região) desempenhou na história do Alto Vale do Rio do Peixe.

Palavras-chave: Migração; Paisagem; Transformação ambiental.

ABSTRACT

This work aims to investigate the relation between humans and the transformation of the forest cover during the settlement process of the Peixe river high-valley, in the state of Santa Catarina, enclosing the period after the Contestado war till mid-twenty century. The text analyzes the settlement performed by itala-origin and teuta-origin migrants – the most number of them had come from Rio Grande do Sul – and the purchase of colonial lots – a typical phenomenon in the land occupation pattern in the area that, in 1934, came to be the city of Caçador and its vicinities. This analysis includes the deforestation process and the important transformations occurred in the environment as much as those involving the new inhabitants, as well as the important role that the “Floresta Ombrófila Mista” (the predominant regional forest cover) played in the history of the Peixe river high-valley.

Key-words: Migration; Landscape; Environmental transformation.

INTRODUÇÃO

Este texto trata, principalmente, da devastação da Floresta Ombrófila Mista (FOM)¹ no Alto Vale do Rio do Peixe no Estado de Santa Catarina. Devastação que reduziu em torno de 96% a cobertura vegetal original na região² e provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio-ambiente, nas práticas e conceitos de progresso. A partir desta constatação, este trabalho propõe-se a entender a relação que existiu entre a devastação entendida como "progresso" e o conseqüente impacto ambiental, sem ignorar que a "necessidade de devastar" estava ligada à construção do que hoje são os municípios do Alto Vale do Rio do Peixe³. Quando se faz referência a progresso, remetemo-nos à idéia de progresso dos primeiros colonizadores e políticos locais, qual seja a de igualar ou aproximar ao máximo à região às grandes cidades. Para tanto, a derrubada sistemática da floresta, a adaptação de espécies exóticas já cultivadas em outros locais e faziam parte da vida dos novos habitantes, eliminação ou redução de algumas espécies animais e vegetais consideradas nocivas, além da construção de estradas para “aproximar” essa área ainda selvagem dos ares civilizados.

Esse processo de transformação é observado sob o ponto de vista da história ambiental, que pode ser entendida aqui como a análise da alteração de uma topografia

¹FOM é um subdomínio da Mata Atlântica. A origem desse termo vem, em parte, da mistura de duas floras distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira, cada qual com elementos característicos. Essa mistura ocorre devido a condições peculiares observadas no planalto Meridional Brasileiro, onde fatores associados à latitude e às altitudes planálticas criam uma situação única na região Neotropical. GUERRA, Miguel P. et. al. “Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 86.

²GUERRA, Miguel P. et. al. op.cit. p. 87.

³ Inicialmente, Caçador originou-se com território dos municípios de Porto União, Campos Novos, Curitiba e Cruzeiro. De Caçador originou-se Videira em 1943 e de Videira originou-se Tangará em 1948. No início da década de 1950 iniciou-se uma série de desmembramentos na região como Água Doce, Arroio Trinta, Calmon, Ibicaré, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso e Treze Tílias. (Ver mapa figura 05).

inanimada, no caso a Floresta Ombrófila Mista do Alto Vale do Rio do Peixe, em agentes históricos com vida própria⁴ e sua relação com os homens. Para tanto, é necessário, primeiramente, que consideremos a forma como essa história é entendida hoje.

A idéia de controle da natureza para gerar progresso pode ser percebida nas palavras de José Augusto Drumond, quando mostra que

...quase todas as paisagens elogiadas pelos escritores clássicos e contemporâneos amantes da natureza são na verdade jardins, áreas rurais criadas e manejadas pelos humanos e como o homem ocidental ama as paisagens que ele mesmo controla e constrói, forma nada sutil de gostar de si mesmo. Quanto à natureza selvagem, intocada, incontrolável, ele tem pavor ou um apetite insaciável de controlar, domesticar, civilizar.⁵

A distinção, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, que a História faz da paisagem física e paisagem cultural, a última entendida como um resultado da ação do homem sobre o meio ambiente e a primeira como a natureza em oposição ao homem e separada dele, não levam em consideração os resultados da ação do homem sobre o meio-ambiente, pois ainda o vê (o homem) como um dado externo, ao passo que o ambiente é percebido como “forças naturais” e não como produto de uma prolongada atividade humana.⁶ Essa idéia de pensar a natureza em oposição ao homem ou à cultura, tem origem no final do século XVIII e fortalece-se no século XIX com o idealismo e o romantismo alemães, que distanciaram *Natur* de *Kultur*⁷. A distinção atribuída a esses termos só seria modificada pelo “olhar mais treinado – do agrônomo, do geógrafo ou do historiador – [que] pôde, aos poucos, perceber o *continuum* existente entre a aldeia (*Dorf* ou *Village*), seus campos, pastos e o bosque ao fundo.”⁸ Por outro lado, o autor enfatiza que “mesmo o ‘olhar treinado’ não percebia, de imediato, em paisagens naturais – como na floresta equatorial úmida ou a savana – a decisiva ação do homem.”⁹ Essa transformação do enfoque sobre a

⁴SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 23.

⁵DRUMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 190., p.190.

⁶SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.p. 204.

⁷ Id.

⁸ Id.

⁹ Id.

paisagem cede espaço ao entendimento de que a natureza não mais é um dado externo e imóvel, mas como um produto de uma prolongada atividade humana”.¹⁰

O diferencial importante que devemos reter na história da paisagem é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões possíveis de comparação. Não se trata de uma história econômica de uma região ou seu retrato – como na geografia –, nem tampouco de um processo de urbanização ou de esvaziamento de uma cidade, embora esses elementos devam estar presentes. Trata-se de uma visão de conjunto, do enlace de múltiplas variáveis, em uma duração sempre longa.¹¹

É importante perceber, também, que o que caracteriza a especificidade histórica é o olhar para grupos sociais em seu fazer-se, em como imaginam e elaboram práticas, e em como recriam e constroem conceitos que serão aplicáveis somente à sua realidade¹². Procuraremos, portanto, abordar as questões de migração e desmatamento na área assinalada de acordo com o contexto de temporalidade e sociedade em que foram promovidas, para compreender as apropriações e construções de conceitos e termos usados quando se faz referência à região em questão.

Primeiro faz-se necessário definir o que entendemos por natureza e a forma como esse termo será aplicado durante o texto. A natureza para o nosso trabalho significa o conhecimento cultural da terra e das criaturas vivas existentes nela, num nível de observação, a olho nu.

Era o que as pessoas observavam sem o uso de telescópios ou microscópios, sentiam, cheiravam e fixavam na memória, pensando nelas como experiências diretas com o mundo ao redor delas. A existência de um ‘mundo natural’, separado da sociedade, as idéias de ‘experiência direta’ e observações a olho nu, e a construção mental que delas resultavam são assentadas e teorizadas como qualquer coisa produzida pelos filósofos, mesmo que as hipóteses não sejam tão claramente articuladas.¹³

Os diversos estudos realizados sobre a região do Alto Vale do Rio do Peixe, por historiadores, jornalistas e outros profissionais ou amadores, certamente contribuíram para

¹⁰ Id.

¹¹ Ibid., p. 205.

¹² NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999. Tese. (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.1.

¹³ DUNLAP, Thomas R. Nature and the English diaspora: environment and history in the United States, Canada, Australia, and New Zeland. In: NODARI, Eunice; CESCO, Susana; WERLE, Márcio; CARVALHO, Miguel M.X. As Florestas do Sul do Brasil na Imprensa Alemã e a Atração de Imigrantes. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A.B.; TRAMONTINI, M. J. (org.) **Imigração e Imprensa**. São Leopoldo: EST Edições, 2003. p. 164.

a historiografia com informações da região em dados e fontes. A maior parte dos textos escritos sobre imigração e migração em Santa Catarina até o início da década de 1990, dificilmente iam além das análises econômicas e políticas tradicionais. No que se refere à região objeto dessa proposta de estudo, esta situação é ainda mais evidente. Ao abordarmos a história do Alto Vale do Rio do Peixe, de forma a aproximar a ação humana do mundo natural, fazemos referência à idéia de Jean-François Sirinelli, quando afirma que as novas perguntas da história surgem não pelo aparecimento de novos documentos e sim de novas leituras de velhos temas.¹⁴ Pretendemos compreender as alterações na floresta da referida região¹⁵ a partir do processo de colonização, na área que compreende e circunda o atual município de Caçador no período de 1917, após a Guerra do Contestado, até 1954, período de fragmentação dos municípios em vários outros, e de diminuição acentuada do fluxo migratório. Tal fragmentação redesenhou as fronteiras políticas e econômicas locais. Essas fronteiras são dos elementos mais importantes quando nos referimos às teorias da migração e da colonização. Segundo David Arnold, “a idéia de fronteira que avança é uma das principais formas na qual os historiadores se propuseram a conceituar o processo de interação e conflito entre dois conjuntos de pessoas culturalmente distintos e as idéias e as práticas ambientais que representam”.¹⁶

Isso pode ser analisado e relacionado às idéias de Frederick Jackson Turner¹⁷ quando escreve sobre o avanço da fronteira norteamericana para o Oeste. Com uma posição claramente voltada ao darwinismo social e ao imperialismo estadunidense, o autor trata o “avanço” dessa fronteira e a transformação radical desse ambiente como uma

¹⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renè. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁵De acordo com Marcel Roncayolo, In: Região. **Enciclopédia Einaudi**. v. 8 p. 161-189. , “região tornou-se um princípio relativamente abstrato, de contornos e conteúdo incertos, que se pode definir, sobretudo pelas suas contradições”. Apesar de a ação da natureza conferir à partes da Terra configurações de caráter local, a ação do homem é determinante no sentido de criar e constituir paisagens dotadas de características que permitem falar de regiões. “A relação fundamental coloca-se pois na área natureza/cultura, na capacidade de cada grupo, comunidade, sociedade, cultura ou população em adaptar ou adaptar-se, num movimento recíproco, aos lugares. Cada região constitui assim uma estratigrafia com saltos e cesuras e com linhas de continuidade entre o equipamento técnico e científico dos homens e a dotação natural dos lugares em água, clima, recursos, solo, terra, animais e vegetação”.

¹⁶ ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico**: el medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000., p. 95.

¹⁷ “The significance of the frontier in American History”, In: Frederick Jackson Turner, **The frontier in American History**, New York, 1953, p. 01.

“conseqüência natural” da superioridade dos colonizadores de origem européia. Além dos Estados Unidos, os questionamentos e relativismos no que se refere ao avanço das fronteiras, podem ser aplicados à conversão da “fronteira” em “fronteira ecológica”, pois esses novos habitantes trouxeram consigo novos usos para a “natureza” local e essas novas ações provocaram reações diversas que se converteram em profundas alterações geopolíticas e também ecológicas. Esse avanço contra a natureza, muito mais que contra as populações locais, levou em conta a idéia de “terra livre”, um espaço “vazio” no que se refere a ocupação e uso ordenado da terra nos moldes da Europa.¹⁸

Analisar a “chegada” dos migrantes provindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul¹⁹, descendentes, especialmente, de italianos e alemães a uma região que se pensava ser “selvagem”, coberta por uma densa floresta que passa de lugar hostil à fonte de renda, é uma nova forma de estudar migração e História Ambiental, compreendendo ambas como contínuas e complementares, vendo a fronteira como um amálgama de forças físicas e culturais.²⁰

A cobertura florestal anterior à colonização, representava 81,5% da área do Estado de Santa Catarina. Segundo dados do IBGE, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupava 43,7% , a Floresta Ombrófila Densa (FOD)²¹ 27,4% e a Floresta Estacional Decidual (FED)²² 10,4% da área do Estado. Estimativas apontam que a densidade de araucárias com diâmetro acima de 40 centímetros foi de 2.976 árvore/km² (29,7 árvore/ha). Na região do Meio Oeste catarinense, ao longo da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, no período de 1910 a 1940, foram explorados de 25 a 37 milhões de pinheiros de grandes proporções,

¹⁸ ARNOLD. op. cit., p. 98.

¹⁹ Os municípios do Rio Grande do Sul, conhecidos como Colônias Velhas, colônias onde se instalaram os primeiros imigrantes teutos e itálos, e das quais migraram muitos dos descendentes de europeus, especialmente italianos e alemães, para o Oeste de Santa Catarina são: São Sebastião do Caí, Montenegro, Lageado, Estrela, Taquara e Santa Cruz do Sul (colônias alemãs) e Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Antônio Prado (colônias italianas). In: NODARI, Eunice. op.cit., p.46.

²⁰ ARNOLD. Op. cit., p. 93.

²¹ Mata Atlântica stricto sensu, localizada no litoral até a Serra Geral, do Mar e do Espigão. GUERRA, Miguel P. et. al. “Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 86.

²² Mata de interior, também conhecida como mata branca pela ausência de pinheiros. Característica do Vale do Rio Uruguai. In: CESCO, Susana. **Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em História. UFSC, 2003.

representando 88% dos pinheiros da região e 26,7% do Estado²³. A dimensão dessa derrubada pode ser mais bem entendida se forem observados os dados de produção da Southern Brazil Lumber Co., que, em 1941, era a maior das 1.270 serrarias registradas que beneficiavam pinho em Santa Catarina, quase a totalidade nas regiões norte e oeste do Estado. Essa serraria empregava em torno de mil operários e tinha capacidade de beneficiar uma média de 800 pinheiros ao dia.²⁴

Pesquisas já feitas sobre o tema, em obras como *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai*²⁵, que aborda o extrativismo dos recursos naturais e sua ligação com a vida econômica da região, dando especial destaque ao trabalho dos balseiros e *Ciclo da Madeira*²⁶, que apresenta a floresta como produção e exploração da madeira e serrarias, ou seja, como mais um dos ciclos econômicos na história do Brasil e de Santa Catarina, são trabalhos que tem sua importância na análise econômica que fazem da floresta. A necessidade de vê-la sob outro ângulo e de atribuir-lhe outras importâncias é muito grande.

Além desses, muitos outros estudos foram feitos sobre a região. Alguns enfatizando o “progresso” regional, outros a economia madeireira. Todas são contribuições importantes para compreendermos o processo de ocupação do território em estudo e, ao mesmo tempo, pedem acréscimos para preencher lacunas.

A proposta de rever o lugar das florestas na história da humanidade passa pela análise de obras como *A Ferro e Fogo* de Warren Dean, que mostra a mata e sua importância de *per si*, tendo o homem como agente destruidor ou transformador, os usos e abusos por ele impingidos e suas conseqüências, indicando caminhos a serem traçados quando nos depararmos com fontes como entrevistas ou documentos oficiais e, sobretudo, com a observação do ambiente e da mata a serem estudados. O autor apresenta, também, as diferenças entre a regeneração das florestas da América do Norte e da Europa e as florestas tropicais da América do Sul. Essa “imagem” é mais bem entendida quando essas florestas são descritas, como no fragmento a seguir:

²³ THOMÉ, Nilson. **O Ciclo da Madeira**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

²⁴ PEREIRA, Carlos Costa. **A região das Araucárias: conquista, desbravamento, riquezas naturais e seu aproveitamento**. Revista do IHGSC – Florianópolis. 11(2), 1943. p. 66.

²⁵ BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950**. 1991. Dissertação – UFSC. Florianópolis.

²⁶ THOMÉ., op.cit., p. 65 .

... suas florestas se amontoam em tímida uniformidade, vastas formações com umas vinte árvores diferentes, ou uma dúzia, ou apenas espécie única; em seus galhos, em seus ocos e em meio a suas raízes tão-só um reduzido grupo de espécies animais. (...) Elas são tão resistentes e descomplicadas que toda a devastação imposta pelos homens não as impede de se reconstituírem, a menos que sejam cobertas com asfalto.

O mesmo não se pode esperar em relação as florestas tropicais (...) A destruição dessas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável.²⁷

Outra obra nessa linha de estudo é *O Homem e o Mundo Natural* de Keith Thomas²⁸. Nela o autor, tendo como referencial a paisagem natural e social inglesa, procura refazer os passos do homem no que se refere a seu olhar sobre a natureza e o modo dela dispor. A análise feita na obra sobre a idéia de “limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizável pelo homem²⁹” que perdurou por tanto tempo, e a atual percepção dos poderes benéficos da natureza inexplorada, além da conseqüente modificação das sensibilidades que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVI ao final do século XVIII e que permitiu essa percepção. Esses temas são discutidos de forma a entender o que “fundamentou percepções, raciocínios e sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, pássaros, vegetação e paisagem física, em cujo meio eles passaram a vida, muitas vezes numa proximidade que hoje mal podemos imaginar”³⁰. Keith Thomas propõe-se a investigar a forma como o homem racionalizou e questionou seu predomínio sobre o mundo animal e vegetal e vê isso como um caminho para entender a história humana.

Outros autores que trabalham com temas relacionados à História Ambiental como José Augusto Drumond³¹ e Donald Worster³² contribuem para o desenvolvimento de pesquisas que tenham as florestas como objeto de estudo. Drumond, quando analisa a criação dos Parques Nacionais do Rio de Janeiro, trabalha sob uma perspectiva de longa

²⁷ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.22 e23.

²⁸ THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁹ Ibid., 17.

³⁰ Ibid., p. 19.

³¹ DRUMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 1997.

³² WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

duração, em que procura refazer o caminho percorrido pelo processo devastatório do Estado, parando, vez ou outra, para apontar os erros e problemas desse percurso, que vão desde a necessidade de ocupação do espaço até a consciência de preservação que surge nos personagens desse processo. Worster, por sua vez, aborda a História Ambiental como um novo conceito da própria História, que deixou de ser vista como a “política do passado”³³ e passou a perder um pouco de sua certeza de que o passado tivesse sido tão integralmente controlado e a mostrar uma ampliação da perspectiva da História de modo a incluir um conjunto mais profundo e diversificado de assuntos. No que se refere ao Estado de Santa Catarina, a década de 2000 traz trabalhos com novos olhares sobre a região, onde o meio ambiente passa a ter novos papéis além do econômico³⁴.

Para o nosso estudo, partimos das transformações evidentes sofridas pela paisagem da região do Alto Vale do Rio do Peixe. Transformações acentuadas especialmente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, no Estado de Santa Catarina, em 1908, e com a chegada de migrantes de origem italiana e alemã, em sua maioria, vindos das colônias do Estado do Rio Grande do Sul, estimulados pela propaganda das companhias colonizadoras³⁵. Este processo provocou transformações do ambiente e implicou em mudanças profundas da paisagem encontrada, para fazer com que a região se tornasse “produtiva” da mesma forma como acontecia no Rio Grande do Sul. Essas pessoas, ao mudarem-se, esperavam encontrar o local descrito nas propagandas das

³³ WORSTER. p. 198.

³⁴ Outros como **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)** de 1999, Tese de Doutorado de Eunice Sueli Nodari; o Trabalho de Conclusão de Curso de Susana Cesco sob o título **Migração e Desmatamento no Alto Vale do Rio Uruguai** e o projeto **Machado, Fogo e Moto-serra: a devastação das florestas do oeste catarinense** de Eunice Sueli Nodari. CARVALHO, Ely B. **Sombras do Passado, Projetos de Futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947 – 2003**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 2003; SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. **Vida e Trabalho na floresta: uma análise da interação entre os colonos e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 2003; CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: da revolução verde a agro-ecologia**. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, são exemplos dessa nova abordagem da relação homem e meio ambiente.

³⁵ Para maiores detalhes sobre a atuação das colonizadoras no Oeste de Santa Catarina veja NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. In: **Esboços - Dossiê Migrações**. N. 9. UFSC, 2002; e CESCO, Susana. **Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em História. UFSC, 2003.

companhias colonizadoras encarregadas de vender os lotes do “oeste selvagem” de Santa Catarina. Esse conceito baseava-se na até então incerteza acerca de limites, quem eram e como viviam os então habitantes da região e os perigos escondidos nas inexploradas florestas.

De acordo com Jaci Poli, a história do povoamento da região pode ser dividida em três fases, com características distintas. Essa divisão linear não será considerada determinante para nosso estudo, mas possibilita uma visão “ordenada” da ocupação local.³⁶ A instalação de migrantes de origem européia na região é abordada como o momento em que o meio-ambiente sofre maior impacto no que se refere à devastação florestal. Essa devastação é aqui entendida como um processo de transformação da natureza e que, no momento, não era visto como destruidora, em sua real proporção, mas sim, como uma forma de desenvolver a região. Os novos colonizadores recém chegados passaram por um processo que Eunice Nodari classificou como “renegociação de etnicidade”³⁷. A preservação de suas práticas sócio-culturais, renegociadas ao novo meio, e a formação de enclaves étnicos, são discutidas por Nodari no decorrer do trabalho, com observações acerca da renegociação de suas práticas com índios, caboclos e migrantes de outras etnias, para a sobrevivência de sua própria etnicidade.³⁸

A própria vinda desses migrantes foi estimulada por companhias colonizadoras particulares, proprietárias de grandes áreas de terra no Oeste de Santa Catarina e que, por contratos com o governo estadual, deviam colonizar essas terras. Apesar da ocupação por índios e caboclos ser anterior à instalação das Companhias Colonizadoras no local, o território em questão era ainda densamente coberto por florestas. Essas florestas, que poderiam ser um empecilho para a migração devido às dificuldades de exploração, passam a ser um atrativo, quando as Colonizadoras as descrevem em suas propagandas como algo já desbravado, dando lugar a vilas, plantações e estradas, em outras palavras, um lugar em que o “progresso” já se faz notar, ao passo que a mata ainda existente poderia tornar-se uma

³⁶POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Centro de Organização da memória sócio-cultural do oeste: Para uma história do oeste catarinense – 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995., p. 73.

³⁷ NODARI, op.,cit., p. 05.

³⁸ Ibid., p. 06.

boa fonte de renda para o novo colono, se vendida às muitas madeireiras já instaladas na região.³⁹

No decorrer da pesquisa, ao trabalharmos depoimentos e entrevistas desses migrantes ou de seus descendentes, procuramos sempre levar em conta as palavras de Piere Nora quando ressalta que a memória não é um sinônimo de história, que esta é uma representação do passado que demanda análise e discurso crítico e aquela é um fenômeno sempre atual, “um elo vivo no eterno presente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”.⁴⁰

Para uma melhor compreensão do tema, ele está dividido em três capítulos, sendo que o capítulo I apresenta uma análise de obras contemporâneas ao período em estudo. A leitura de textos como *Madeiras de Construção de Santa Catarina, Oeste Catarinense e A Campanha do Contestado*, entre outras, escritas na primeira metade do século XX, apresentam o pensamento da época sobre migração, desmatamento, colonização e progresso. A partir disso, podemos entender alguns usos e conceitos tidos como próprios de um "processo civilizador" e da chegada do "progresso", algo que hoje, à luz de novos estudos, podem parecer equivocadas.

Levando em conta os textos sobre a região, o capítulo II aborda, especificamente, a região do Alto Vale do Rio do Peixe, sua geografia, a Floresta Ombrófila Mista e a indústria madeireira. Discutindo o processo de incorporação do Oeste de Santa Catarina e a colonização dessa região por migrantes de origem européia, procuramos trata-la de um ponto de vista distinto dos autores que até então escreveram a respeito.

O capítulo III é a possibilidade de rever e analisar a região que está sendo estudada através de fotografias, o que pode proporcionar novas leituras e abordagens do tema (uma vez que estão sendo analisadas as imagens e os processos de construção das mesmas). "Ver" o Alto Vale do Rio do Peixe que estava sendo transformado no princípio do século XX pela colonização, pela devastação ambiental e pelo "progresso", pode criar novas

³⁹Para maiores detalhes sobre a atuação das colonizadoras no Oeste de Santa Catarina veja NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. In: **Esboços - Dossiê Migrações**. N. 9. UFSC, 2002; e CESCO, Susana. **Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em História. UFSC, 2003.

⁴⁰NORA, Piere. Entre memória e história - a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo (10) dez. 1993.

leituras para essa questão, já abordada de formas diversas desde a década de 1920 por historiadores, jornalistas e tantas outras pessoas.

Os diferentes documentos utilizados nos permitem atingir os objetivos propostos e já mencionados anteriormente, destacando o papel das companhias colonizadoras e o uso que fizeram das florestas em suas propagandas, os processos de terras locais e a historiografia da região, o mesmo se dando com os jornais de circulação local e estadual que publicizaram a ocupação do Alto Vale do Rio do Peixe.

CAPÍTULO I

1. Revisitando o “Passado”:

1.1 Como o Alto Vale do Rio do Peixe foi descrito na primeira metade do século XX.

Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem. O próprio conceito de paisagem implica separação e observação.⁴¹

Hoje, ao analisarmos o processo de transformação da paisagem no Alto Vale do Rio do Peixe, temos uma percepção calcada nos discursos de pesquisadores como Donald Worster, Warren Dean e Keith Thomas, cujas pesquisas passaram a incluir a cobertura vegetal de uma região como elemento ativo da história.

Por outro lado, os trabalhos sobre o Alto Vale do Rio do Peixe, escritos no período abordado por essa pesquisa, ou seja, a primeira metade do século XX, tem por base a tradição de antigos viajantes como Saint-Hilarie, Avé-Lallemant, von Tschudi, entre outros. Apesar da região não ter estado na rota desses viajantes, o estilo de seus escritos apresenta acentuada semelhança com o padrão adotado por autores que escreveram sobre o local, fazendo uso do estilo descritivo desses viajantes e de suas idéias de civilizado e selvagem. Esses textos descreviam o Brasil e, especificamente, o Estado de Santa Catarina, para além da Serra, como um sertão bravio e selvagem, que precisava ser desbravado e civilizado.

A identificação, muito comum até meados do século XX, de regiões pouco ou não povoadas⁴² como “sertões” ou “grotões” em oposição às cidades, uma clara divisão da

⁴¹ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 167.

⁴² Essa classificação de “não povoada” é uma referência às expressões usadas por autores da época, como José de Lima Figueiredo na obra **Cidades e sertões: páginas de história e geografia do**

sociedade brasileira em espaços simbólicos dicotômicos⁴³. Essa divisão é, mais que tudo, uma forma de atribuir qualidades positivas a uma das partes, no caso, as cidades, e mostrar que a outra – o sertão – pode vir a ser tão *bom* como a cidades, desde que domesticado e civilizado, além de ‘ocupado’ por modernos equipamentos.

As representações envolvidas nesse processo de explicação da sociedade brasileira remetem a outros termos que historicamente formaram pares opostos: moderno/arcaico, civilizado/incivilizado, progresso/atraso. Cidades e sertões são termos que traduzem novas sensibilidades surgidas no processo acelerado de concentração populacional e de urbanização, por que algumas regiões passaram na primeira metade deste século. Mais propriamente pode-se falar que se trata de ‘lugares da memória’ do processo de urbanização vivenciado de diferentes formas por diversos contingentes populacionais. Processo de transformação das paisagens, de construção e reelaboração de representações sobre o território e populações⁴⁴.

Essas regiões, “de ‘terrenos pouco explorados’, no início do século, tornaram-se mapeados, reconhecidos, nomeados e cartografados.”⁴⁵ A representação de um “espaço geográfico” teve por base mapas e relatórios produzidos e publicados em grande número pelos Institutos Históricos e Geográficos, Comissões Estaduais de Cartografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou edições particulares. Essa produção cartográfica, segundo Diego Moreno, se vista com olhos de rapina, possibilita, a partir de uma utilização instrumental, localizar e reconhecer o terreno em estudo, em suas condições atuais.⁴⁶

De acordo com Arruda, a representação de “cidades e sertões” perpassa a explicação ou adequação da então realidade brasileira, entendida como local de natureza virgem diante da necessidade eminente de exploração e transformação em áreas agrícolas. A natureza, entendida como a *floresta*, representada tanto por viajantes estrangeiros, por autoridades brasileiras ou poetas e romancistas, como paradigma da nacionalidade, também serviu para ocultar ou justificar as diferenças sociais regionais.⁴⁷

Brasil, de 1941. Deixamos claro que a ocupação dessas áreas por índios ou pelos conhecidos caboclos ou sertanejos não está sendo desconsiderada.

⁴³ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru – SP: EDUSC, 2000.p. 13.

⁴⁴ Ibid., 14.

⁴⁵ Ibid., p. 16. O autor refere-se nesse caso ao Estado de São Paulo, porém o exemplo é pertinente à nossa região, que também é citada pelo autor.

⁴⁶MORENO, Diego. **Dal Documento al Terreno**: storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali. Bolonha: Il Mulino, 1990. p. 44 – 45.

⁴⁷ ARRUDA, p. 18.

A utilização da idéia de sertão para definir ou caracterizar determinadas regiões no Brasil é bastante antiga, datando dos tempos coloniais. Sua permanência e recorrência no imaginário da sociedade brasileira ao mesmo tempo que remete à natureza como base das identidades e construções de uma memória nacional, exige uma atenção sobre os seus significados no século XIX. O seu mapeamento e identificação fazem parte da construção da 'identidade nacional' e da afirmação do Estado nacional. Se no século XIX o Brasil era visto basicamente só natureza, já na metade do século XX temos um outro elemento. A natureza continua como referência das definições, só que agora reinterpretada pelo campo das cidades, vista na ótica do progresso. O Brasil seria visto, então, como 'naturalmente rico'.⁴⁸

Na primeira metade do século XX, com a construção de ferrovias, rodovias e o crescimento das exportações do país, desencadeia-se um esforço para atualizar o Brasil frente às nações européias. Isso se daria com a modificação nos significados atribuídos ao "sertão" e a conseqüente ocupação dos espaços territoriais do país, impedindo ações como a da Argentina, que durante todo o século XIX reivindicou um território tido como brasileiro.⁴⁹

Na mesma tradição dos viajantes, textos de autores nacionais como Herculano D'Assunção, Demerval Peixoto, Artur Ferreira da Costa, Henrique Boiteux, Aujor Ávila da Luz, General Vieira da Rosa, Carlos Costa Pereira entre outros, representam Santa Catarina como um território em estado "natural", com muitas possibilidades de tornar-se uma pujança nacional, desde que bem trabalhado. Foram desses autores que partiram muitas das idéias de "domesticação e civilização" de índios e caboclos no século XIX e início do século XX. Eram idéias de progresso e evolução econômica e de ocupação do espaço, que aqui pode ser entendido "como uma representação cultural, resultado da ação dos homens"⁵⁰. Esses autores, especificamente, não discutiram com profundidade as conseqüências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, dos desequilíbrios climáticos, abordaram sim, a questão econômica ligada a isso. Isso não significa que essa preocupação ambiental não estivesse presente entre muitos intelectuais brasileiros do período. Um grande número de textos do final do século XVIII e, especialmente do século XIX, de autores como Joaquim Nabuco, Manoel de Araújo Porto Alegre e José Bonifácio, entre outros, fazem uma análise, com viés essencialmente político, não se tratando de

⁴⁸ Id.

⁴⁹ Para maiores detalhes sobre esse tema, ver HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo Vale do Rio do Peixe - SC**. Joaçaba: Ed. Da UNOESC, 1996.

⁵⁰ ARRUDA. P. 136.

lamentos pessoais pela perda de reservas ou espécies de nossas florestas.⁵¹ As obras desses autores analisados por José Augusto Pádua no livro *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888* “não defendem o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa”⁵².

O valor do mundo natural, dessa forma, repousa principalmente na sua importância econômica e política. A dinâmica da natureza poderia e deveria ser decifrada pelo conhecimento científico e pela experimentação consciente, que estabeleceria as condições para o seu correto aproveitamento. A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares, originadas do passado colonial. A grande panacéia para estabelecer a sanidade ambiental da economia brasileira, após séculos de colonialismo predatório, estava na modernização tecnológica e operacional do sistema produtivo e das instituições sociais. A destruição do ambiente natural não era entendida como um “preço do progresso”, como na visão hoje dominante, mas sim como um “preço do atraso”.⁵³

Esses autores, por outro lado, falavam de progresso em seus textos, porém, entendiam por progresso uma utilização do espaço diferente da impetrada pela monocultura escravista corrente no momento, que eram entendidas como destrutivas e efêmeras; defendiam um progresso baseado em tecnologia, com planos de desenvolvimento programados e fazendo uso das mais recentes técnicas agrícolas e industriais. Ou seja, “não aceitaram a idéia de que todas as atividades produtivas ou processos de expansão social fossem vistas como ‘progresso’”.⁵⁴ A consequência desse rico debate em torno da utilização e preservação das florestas brasileiras que, na teoria, pretendia mudar a “realidade” do país, não foi, de forma alguma implementada durante todo o período abordado por Pádua – final do século XVIII e todo o século XIX. “A discussão permaneceu restrita ao plano das idéias. Seus participantes não lograram promover ou influenciar políticas públicas que impulsionassem o enfrentamento da destruição ambiental, a não ser

⁵¹PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

⁵²Ibid., p. 13.

⁵³ Id.

⁵⁴ Ibid., p. 27.

em alguns casos”⁵⁵. No cerne dessa questão estava a “vocação agrícola” do Brasil, tão enaltecida desde o século XVIII. Baseada nessa voca o, todos os avanços técnicos referentes ao aumento de produtividade foram estimulados por intelectuais e pelo próprio governo, sem que fossem efetivamente implementados.

Boa parte desse pensamento preservacionista brasileiro tinha como certo que a monocultura baseada no trabalho escravo era o mais forte motivo do atraso e da conseqüente devasta o ambiental promovida pelas práticas agrícolas inadequadas, idéia equivocada tendo em vista o fato de a prática da monocultura não se ter alterado com o fim da escravidão. Após a aboli o em 1888, e do fato de a devasta o não ter terminado, sequer ter diminuido⁵⁶, serviram como um indicativo de não ter sido ela a maior causadora da destrui o das florestas, fazendo com que novas teorias fossem desenvolvidas sobre o tema e novos textos fossem produzidos.

Obras como *A Campanha do Contestado* de Herculano Teixeira D’Assump o, escrita em 1917⁵⁷, apresenta uma das visões da região do Alto Vale do Rio do Peixe muito corrente no período. Com um texto no estilo daqueles dos viajantes europeus, este escritor catarinense, de forma o militar (era 1  Tenente do Exército), que já havia escrito outros livros, todos de cunho militar e sobre guerras, propõe-se a fazer um relato “das opera es de guerra, natureza de seu teatro e seus ensinamentos. Retrospectos das expedi es anteriores. – Synthese das opera es das columnas do norte, l ste e o ste. _ Costumes e habitos sertanejos. – Fanatismo e banditismo. – Factos e episódios. – Recursos militares das zonas colonial e serrana.”⁵⁸ Durante o desenvolvimento do texto, D’Assump o discorre sobre o que chama de faculdades produtivas do Estado Catarinense. Antes de tratar dos costumes e hábitos do sertão, escreve sobre a “geografia economica” do Estado e refere-se   região, e em especial ao Alto Vale do Rio do Peixe e Norte de Santa Catarina,  rea em que havia recentemente sido campo de batalhas do Contestado, como sertão bravio, “em que o único meio de transporte   o mular, pois, por l , não existem estradas: durante as nossas continuadas marchas, s  andamos por estreitos e agrestes caminhos, cheios dos

⁵⁵ Ibid., p. 30.

⁵⁶ Para mais detalhes sobre esse ponto ver capítulo 04 de PÁDUA. op. cit.

⁵⁷ D’ASSUMP O, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**: as opera es da Coluna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. v. 1.

⁵⁸ Id.

maiores obstáculos.”⁵⁹ As florestas locais eram descritas como possuindo “ricos espécimes de madeiras para construção e os seus campos, as mais raras plantas medicinais (...) A região continental é irregularíssima e toda ella cortada por numerosos rios, que a tornam uberrima para as produções agrícolas”⁶⁰, o que enfatiza novamente a idéia da natureza como reserva de recursos econômicos e sociais. Nesse ponto o autor faz referência à produção de algodão para fins têxteis em Blumenau e Tijucas, outras regiões do Estado, além do fumo produzido, que era exportado para a Europa. A grande produção de açúcar de Santa Catarina, além da aguardente e melado produzido em engenhos que de acordo com as estatísticas de 1908, eram em torno de 300⁶¹.

Arroz, café, linho, milho e outros produtos são descritos quanto à sua origem e a adaptação e produtividade no Estado. “A herva-matte, uma das principais riquezas do Estado, do mesmo modo que em S. Paulo, Paraná e sul do Mato Grosso, é alli uma planta nativa, que se irrompe do solo e cresce espontaneamente, independente de quaesquer trabalhos culturaes.”⁶² Paralelo a isso, faz uma análise da criação de animais – bois, cavalos, muares – em todo o Estado e quando faz referência à região contestada, como ele a intitula, menciona a falta de estradas, tanto de rodagem como vias férreas, como um dos principais motivos do “embrutecimento” dos caboclos e a falta de acesso ao progresso. Esse ponto é repetidamente enfatizado pelo autor como motivo do “atraso do sertão”.⁶³

Por outro lado, o autor demonstra preocupação quanto à ocupação do território por uma população intitulada por ele como “incivilizada e indolente, um typo rústico dos sertanejos do Contestado. (...) O seu caminhar é tardo, o seu semblante é humilde e seu todo é muito simples. (...) Na matta tem a ligeireza de um jaguar. Entre os troncos de arvores, com plena confiança em sua própria individualidade.”⁶⁴ Como sugestão, mas muito mais como crítica à falta de iniciativa do Governo, D’Assunção avisa:

Enquanto isso, o sertão sofre a falta do bafejo da civilização; as suas indústrias fenecem, por falta de transporte; o seu comércio estiola-se, continuando a ser de pouca importância; e o barbarismo sem nome ha de campear sempre, desassombadamente, por

⁵⁹ Ibid., p. 183.

⁶⁰ Ibid., p. 176.

⁶¹ Id.

⁶² Ibid. p. 178.

⁶³ Ibid. p. 187.

⁶⁴ Ibid. p. 200.

todo o sertão fértil e esquecido, sem o instrumento civilizador, e, por isso, condenado ao desamparo do poder.⁶⁵

Para essa questão o autor sugere a construção de vias de comunicação que modificariam esse citado estado de embrutecimento e auxiliariam o homem a “vencer a natureza”, haja vista que isso possibilitaria uma maior rotação de produtos que se traduziriam em “homens mais bem nutridos, alojados, e vestidos que outr’ora, resistirá então mais facilmente às cruéis tentações da miséria...”⁶⁶ Novamente a floresta é citada como fonte de recursos, mas a ênfase ao produtivismo e a implantação de melhorias de estradas e técnicas agrícolas não é percebido como um fator de aumento da destruição, ao contrário, a promoção de uma agricultura inteligente e eficaz é vista como altamente positiva pois extrairia da natureza mais do que ela oferece naturalmente.

Outro autor que escreve sobre as florestas de Santa Catarina é Henrique Boiteux. Na obra *Madeiras de Construção de Santa Catarina*, publicado em 1942, o autor propõe-se a fazer um “estudo botânico das madeiras catarinenses e sua imediata aplicação”⁶⁷. Organizado na forma de “dicionário”, o texto faz uma descrição das árvores consideradas mais importantes em Santa Catarina e uma análise geral dos usos das mesmas. Da destruição desenfreada das florestas nativas à exploração da madeira, a necessidade da constituição de parques e reservas florestais e viveiros de mudas, até sugestões de hinos ufanistas sobre as florestas brasileiras, o autor discorre de forma a apresentar uma riqueza tão grande que não estava sendo utilizada de forma correta.

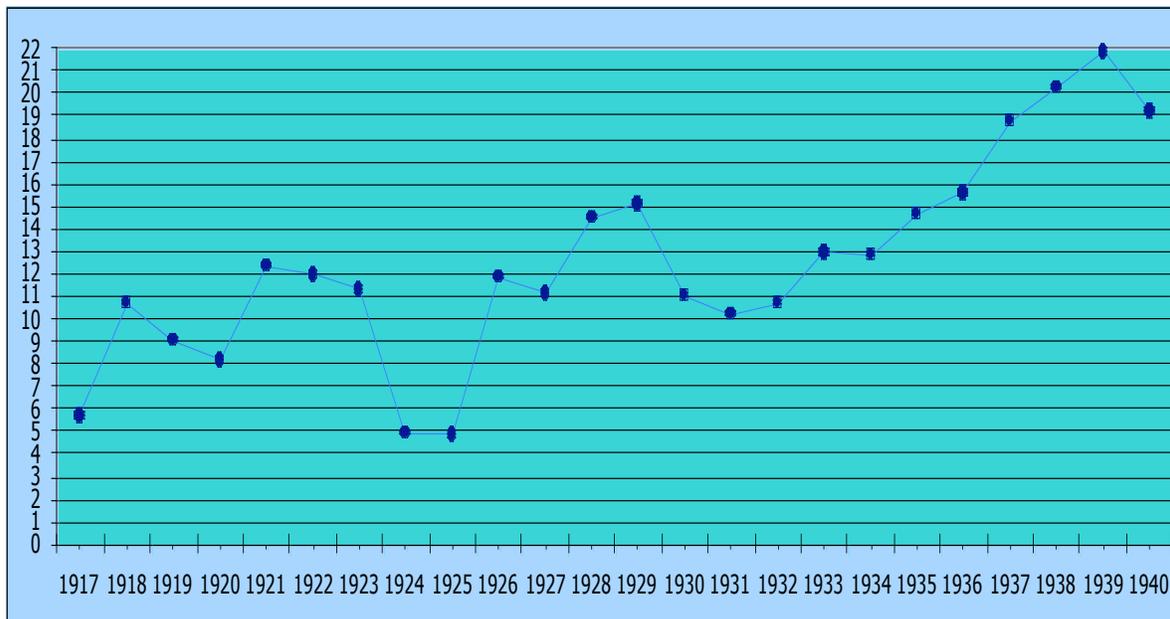
Também são abordados aspectos de cultivo, utilização e preservação da madeira, que “na história ‘econômica’ de Santa Catarina, coube, sempre, relevante posição, prioridade de que nenhum outro produto, natural ou manufaturado, logrou avizinhar-se muito”⁶⁸. Essa proposição de Boiteux é confirmada pelos dados de exportação de madeira de Santa Catarina que, desde início da década de 1920 até meados de 1930, correspondeu a um índice de 10 a 12%, com picos de 14 e 15% do total, em contos de réis, das exportações do Estado. Na segunda metade da década de 1930 e no início da década de 1940, esse mesmo índice sobe para um patamar na casa de 19 a 20% do total das exportações.

⁶⁵ Ibid. p. 186.

⁶⁶ Ibid. p. 187.

⁶⁷ BOITEUX, Henrique. **Madeiras de Construção de Santa Catarina**. IHGSC, Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, Publicação n°. 27, 1942.

⁶⁸ Ibid., p. 5.



(Figura 03) Oscilação nas exportações de madeira do Estado de Santa Catarina de 1917 a 1940, em porcentagem⁶⁹.

O gráfico (figura 03) indica o crescimento quase contínuo das exportações de madeira do Estado a partir do fim da Guerra do Contestado até a metade do século XX. Os únicos momentos de baixa ocorreram em 1924-25 e em 1929-30, o primeiro pode ser atribuído à crise cambial internacional cuja maior intensidade foi nos anos de 1923 a 1926, porém, deve-se considerar que a baixa nas exportações deveu-se à diminuição da produção de madeira no período. Os anos de 1927 e 28 são marcados pela desvalorização cambial e sua estabilidade, o que provocou a recuperação industrial até 1929 quando ocorre a quebra bolsa de New York e a conseqüente crise internacional.⁷⁰ Apesar dessa queda, entre 1929 e

⁶⁹ Gráfico elaborado por Susana Cesco a partir de dados de BOSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro.** 2 ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.; BOITEUX, Henrique. **Madeiras de Construção de Santa Catarina.** IHGSC, Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, Publicação n°. 27, 1942.; NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900 – 1940.** Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

⁷⁰ BOSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro.** 2 ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

1941, o volume de exportação de madeira pelo Estado de Santa Catarina praticamente dobrou.⁷¹

Com relação ao destino da madeira exportada, dados do Departamento Estadual de Estatística indicam que, no quinquênio 1938/1942, foram exportados para outros Estados do país 83,39% e para o exterior, 16,61%, segundo o valor (...). Segundo o peso líquido, saíram de Santa Catarina para outros Estados 76,50% e para o exterior 23,50%. Esses números indicam, de acordo com a análise de Renato Nodari, que a mercadoria remetida para outros países agregava maior valor ou, ainda, que a madeira vendida para os outros Estados do país já saía com algum beneficiamento, sob a forma de caixas, por exemplo.⁷²

Esses dados demonstram, também, que a balança comercial do Estado não foi afetada significativamente pela II Guerra Mundial, além de serem um claro demonstrativo do papel das florestas na história de Santa Catarina. Vista por muito tempo como uma reserva econômica, a floresta foi, sob esse prisma, justificavelmente devastada e transformada em dinheiro, progresso e civilização. Para Henrique Boiteux, a floresta de Santa Catarina era: “Imensamente rica, na quantidade, na qualidade e na variedade, porque determinante de acentuadas diferenciações ambientais, a floresta barriga verde viu-se, no suceder dos anos, desfalcada de preciosas essências, impiedosamente derribadas pelo machado devastador do homem”.⁷³

O autor ainda cita que muitos hectares de terras, hoje desnudados de muitas espécies vegetais, outrora eram cobertas de grandes árvores como jequitibás, canelas, perobas, pinhos e imbuías e, ressalta com certo pesar, que o homem, em seu avanço na área das matas, “não cogitou nunca, de reconstituir, pôsto em parte, o que sofregamente inutilizara”⁷⁴. Esse descaso relatado é acrescido do problema da legislação florestal que, apesar de existir, fica apenas no papel, devido à dificuldade ou a impossibilidade de fiscalização. Entre as medidas legais, há a lei nº 903, de 05 de setembro de 1911, do governo Vidal Ramos, que autorizou o poder executivo a ceder à União as terras devolutas necessárias e indispensáveis à reserva florestal perpétua. Outras leis nessa linha foram:

⁷¹ NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900 – 1940**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. p. 134.

⁷² Nodari, R., p. 134.

⁷³ BOITEUX., op. cit. p.05

⁷⁴ Id.

A lei n. 997, de 6 de outubro de 1914, do governo Felipe Schmidt, que autorizou o Poder Executivo a criar o serviço florestal para regularização do corte de lenha, conservação e reconstituição das florestas, como a criar um horto florestal em Florianópolis (ou no ponto mais conveniente), para o estudo das espécies aptas ao replantio ou a formação de novas matas (...). A lei n. 629, de 4 de outubro de 1928, do governo Adolfo Konder, que autoriza o Poder Executivo a criar florestas protetoras e reservas florestais do Estado; que institui o ensino da silvicultura nas escolas primárias e criou o “dia da árvore” para efeito de comemoração nas escolas públicas; que obrigou o reflorestamento e estabeleceu o imposto de \$500 por árvore abatida para fins industriais (...). Em nossos dias, a 11 de julho de 1938, o governo Nereu Ramos expediu o decreto lei n. 132, que enfeixa sapientes e exequíveis providências para a defesa do controle das serrarias. Sob pena de aplicação de multas, processa-se o replantio, na proporção de 1:1, garantindo-se assim, ao menos em parte, a riqueza florestal de Santa Catarina.⁷⁵

A legislação acima referida não foi cumprida na maioria de seus itens, de acordo com Boiteux, pela dificuldade de fiscalização devido ao reduzido número de fiscais e as dificuldades de controle nos locais de exploração madeireira, além de as florestas não serem percebidas como reservas esgotáveis, especialmente por parte de quem as estava derrubando, como colonizadores e madeireiros. Essa preocupação do autor para com a preservação das florestas catarinenses é um reflexo da idéia geral de “preservar para dispor no futuro” ou seja, não havia uma efetiva preocupação com preservar rios, fauna e flora “*per si*”, mas sim por seu valor econômico. Segundo Boiteux, esta febre devastadora de nossas florestas, provocaria, num futuro próximo “transformação do nosso clima, diminuição do volume de nossas fontes e dos nossos rios, dando como resultado, o abatimento do coeficiente de energia elétrica por eles fornecidos às cascatas, bem como do despovoamento de nossa fauna”.⁷⁶

A utilidade da natureza era também ressaltada no que se refere à flora, em específico, à araucária que, segundo o autor, “fazem a admiração dos que a contemplam e a riqueza de quem a possui”, e que podia ser aplicada como madeira, celulose, papel e tecidos, alimento aos homens e animais com seus frutos e que tinha papel proeminente na balança comercial do Estado. A importância desse produto e a preocupação com sua possível destruição levavam o autor a sugerir medidas conservacionistas similares às empregadas em países como a Suécia, em que “o número de árvores abatidas deve ser

⁷⁵ Ibid. p. 6 e 7.

⁷⁶ Ibid. p. 10.

substituído por outras tantas plantadas, caso contrário o governo chama a si o terreno do proprietário infrator.”⁷⁷

O perigo eminente da devastação sem reflorestamento é comprovado com números que, segundo Boiteux, dão a medida exata do problema. Em 1939 havia 1.089 serrarias em Santa Catarina e em 1940 esse número subiu para 1.235,

dando-se que cada serraria desbaste uma só árvore por dia, chega-se, não levando em conta que só a Companhia Lumber, de Três Barras, converte 800 toras diariamente, à conclusão de que são abatidas 1.235 árvores por dia, excluídas também as que são derribadas e queimadas nas ‘coivaras’ e as consumidas, como combustível, pela E. F. S. Paulo – Rio Grande, que, segundo li, gasta anualmente 21 mil contos em lenha.⁷⁸

Para combater esse mal, o autor sugere a criação de viveiros florestais que poderiam estimular o gosto pela terra e pela silvicultura em crianças e jovens de escolas públicas.

Carlos Costa Pereira, historiador catarinense, em seu artigo intitulado *A região das araucárias: conquista – devassamento – riquezas naturais e seu aproveitamento*, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1943, faz uma história sobre a região de predomínio da *Araucaria angustifolia*, onde a questão principal é como dispor dessa grande riqueza local. A apresentação do texto na citada revista faz uma verdadeira apologia ao trabalho do autor, descrito como “um estudo completo sobre o descobrimento, a conquista e o devassamento da rica zona Planaltina do Estado de Santa Catarina e Paraná”⁷⁹, e é um exemplo de como havia sido construída a imagem da região. Neste trabalho, onde o autor se baseia na obra de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, quando de sua viagem para a região em 1541.

Carlos da Costa Pereira parte daí, dêste registro, retirando notas sobre todos os pontos interessantes, acrescentando outras que a sua paciência de pesquisador conseguiu alinhar e a sua cultura permitiu entrelaçar: Fazendo de seu trabalho um verdadeiro estudo de história econômica, vai dos aborígenes às reduções jesuíticas e às entradas dos paulistas; das vias de comunicação aos campos de criação e ao comércio do gado; e, alegando não desejar fazer a história da erva-mate nem a do pinho, realiza uma completa monografia sobre estes dois produtos, partindo das primeiras referências encontradas nos cronistas

⁷⁷ Ibid. p. 11.

⁷⁸ Id.

⁷⁹ PEREIRA, Carlos da Costa. *A região das araucárias: (conquista – devassamento – riquezas naturais e seu aproveitamento)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**-Florianópolis. 11(2), 1943. p. 31 – 69.

coevos e nos documentos seculares, relativos à sua cultura e ao seu valor econômico, para chegar até a sua classificação botânica, à área de sua distribuição, à sua atual industrialização e à sua influência econômico-social.⁸⁰

A partir dessa apresentação já se pode ter uma idéia do enfoque dado pelo autor à “região das araucárias”, ou seja, como reserva de recursos, como “produto”. Principiando pelas primeiras explorações européias que chegaram ao território que hoje compõe o Brasil, Carlos da Costa Pereira comenta o itinerário de Cabeza de Vaca e de outros “desbravadores” como Aleixo Garcia e Martin Afonso de Souza. Quando discute a ocupação da região por índios e as reduções jesuíticas e, como o próprio autor nomeia, “sua destruição pelos bandeirantes paulistas”, o enfoque da questão é a luta do civilizado contra o bruto. Entre todas essas discussões, a floresta figura como atrativo para a migração e possível fonte de riqueza aos migrantes considerados ideais para ocupar a área.

A análise feita por Pereira sobre a “matança” de índios executada pelos bandeirantes paulistas, é comparada à destruição das florestas da região.

E as Araucárias que, na sua mudez e na sua impassibilidade milenar, assistiram à invasão dos seus domínios por homens de outros climas, à matança e ao apresamento de seus primeiros habitantes, seriam mais tarde as vítimas preferidas de outros invasores, dos seus novos donos, dos que iriam ali fixar-se, dos fundadores e povoadores de vilas e cidades, começando então e prosseguindo depois, cada vez mais intensamente, a derrubada sistemática dos pinheiros altos e rígidos, promovida pelos novos bandeirantes que, como os seus antecessores fizeram com os silvícolas, iriam também dispersa-los por outras regiões do Brasil e de outros países, no comércio vultuoso da exportação madeireira dos nossos dias.⁸¹

Essa discussão sobre os indígenas na região é analisada pelo autor desde o que ele intitula “nos domínios da pré-história”⁸², passando pelas abordagens feitas por von Martius e D’Orbigny sobre a origem dos grupos que ocupavam as terras da América do Sul. As antigas vias de comunicação e a expansão para o interior também são comentadas e tidas como de extrema importância para o atual desenho do Estado de Santa Catarina, além de representarem papel definitivo nas exportações, ato contínuo, quando mais estrada e vias férreas maior o crescimento do Estado, cuja população concentrava-se maciçamente no litoral e alguns poucos milhares no planalto, não muito além dos campos de Lages.

⁸⁰ Ibid., p. 31.

⁸¹ Ibid., p. 37.

⁸² Id.

No que diz respeito à pecuária é atribuída a dispersão do gado *vacum* desde a margem esquerda do Rio da Prata até os extensos campos do território continentino, quando os espanhóis as conduziram para Assunção⁸³. O autor considerava a região de Lages, São Joaquim, Curitiba e Campos Novos muito apropriada para essa atividade em função de suas extensas pastagens. Apesar de considerar um desperdício que

só se exportasse seus derivados – couro e chifre, o gado, assim mesmo, importante fonte de lucros para Santa Catarina (...) É um dos ramos de atividade econômica dos mais sólidos e dos menos dispendiosos que poderão existir. Os campos nativos sustentam-no e onde não há via-férrea, a mercadoria ‘traslada-se com os próprios pés’. Decai a indústria extrativa do mate pela concorrência dos ervais argentinos e rareiam, pela devastação imprevidente, os vastos pinheirais que cobriam a região.⁸⁴

Após discorrer sobre esses assuntos, Carlos da Costa Pereira volta-se para dois tópicos específicos: erva-mate e araucárias. A erva-mate foi um elemento que serviu para a atração de pessoas para a região. Despertou o interesse dos primeiros europeus que transitaram pelo local e sua extração é tratada pelo autor como “ciclo” econômico/produtivo. Essa importância econômica faz com que boa parte do artigo seja dedicada à descrição dessa planta. O fato de Cabeza de Vaca não ter mencionado a erva-mate em seus relatos, provoca estranhamento em Pereira, ao passo que reconhece como importante a menção da existência de “ciprestes, cedros, pinheiros, canas ou taquaras, palmeiras, canafistulas, a uma espécie de limão de Ceuta, a um arbusto cujos frutos se assemelhavam aos dos mirtos de uma espécie de cizirão indígena de que faziam vinho e farinha.”⁸⁵

Por outro lado, o emprego de índios na extração de erva-mate em terras paraguaias, relatado por jesuítas, era descrito como chocante. Os jesuítas, além de relatos como o anteriormente citado, faziam experiências e desenvolviam novas técnicas de produção e a *Ilex paraguaensis* foi uma das plantas por eles estudada. Desde meados do século XIX até o início do século XX, a erva mate é um importante produto de exportação do Paraná e de Santa Catarina, bem como do Paraguai e da Argentina. No caso catarinense, a dificuldade de transportar o produto foi um empecilho para as exportações, até que com

⁸³ Ibid., p. 45.

⁸⁴ Ibid., p. 46 – 47.

⁸⁵ Ibid., p. 48.

a construção da linha São-Francisco, ramal da então Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, abriu novas perspectivas à indústria ervateira em Santa Catarina e deu-lhe maior incremento em outros municípios de serra acima, descendo principalmente de Canoinhas e de outras localidades servidas pela via-férra o produto cancheado que, de 1918 em diante, passou a ser adquirido em maior quantidade pelos engenhos argentinos.⁸⁶

A decadência da indústria ervateira brasileira é apontada pelo autor como sendo causada em parte por um “esgotamento natural desse ciclo econômico”, passando para um plano secundário na balança de exportações tanto do Paraná como de Santa Catarina. Por outro lado,

há mais de 30 anos, iniciou a Argentina a cultura da *Ilex paraguayensis*, no Território das Misiones, onde existiam velhos ervais da época das reduções jesuíticas. E a produção que, em 1914, era de cerca de 1.000.000 ks., atingiu em 1937 a 106.330.213 ks. Tendo nesse último ano consumido 101.729.267 ks., verifica-se que a produção foi além das necessidades do mercado interno. Não obstante, importou ainda do Brasil 35.842.610 ks., aliás 32.195.345 ks. Menos que em 1928, quando conseguimos exportar para êsse país 68.037.955 ks.⁸⁷

De forma a enaltecer a produção brasileira de erva-mate pela sua qualidade superior, Carlos da Costa Pereira encerra seus comentários sobre essa espécie vegetal referindo-se à Argentina, porém, faz uso de argumentos ufanistas, especialmente quanto ao consumo do chimarrão e chamando a atenção para o que ele considera um jogo político/econômico por parte dos governos de ambos os países:

A República vizinha hoje também exporta o produto; e, se ainda adquire o nosso mate cancheado, é porque o paladar do consumidor argentino não suporta o chimarrão sem o adicionamento do produto nativo do Brasil à erva-mate artificial das Misiones. Ademais, é o Brasil o maior comprador do trigo argentino e a boa política economica aconselha a prática das compensações.⁸⁸

O item final do artigo da Revista do IHGSC refere-se ao Pinheiro, nele Pereira analisa as várias fases por que essa planta passou no que se refere a sua importância econômica para o Estado de Santa Catarina. Iniciando com as primeiras explorações em meados do século XVIII e, já no século XIX, as buscas por rios navegáveis para seu transporte e abertura de estradas, além da idéia de plantar milho e capim para alimentar os

⁸⁶ Ibid., p. 59.

⁸⁷ Id.

⁸⁸ Ibid., 60.

animais necessários para o transporte⁸⁹. Comentando as observações de viajantes e pesquisadores como Martius, Lidman e A. J. de Sampaio que percorreram a região e analisaram as araucárias, o autor passa pela classificação botânica, sua distribuição e usos, especialmente para habitação e, com mais destaque o aproveitamento industrial do pinho. Ressaltando os motivos pelos quais o Paraná adiantou-se na exploração madeireira das araucárias⁹⁰ ele passa a discorrer sobre o grande número de serrarias no Meio Oeste de Santa Catarina e Sul do Paraná, que beneficiavam espécies de madeiras nobres, o que, devido à dispersão dessas plantas, dificultava sua exploração,

as espécies que aí produzem madeira para construções duradouras e móveis finos, espalham-se em enormes extensões, existindo, em média, 10 a 20 m³ de madeira explorável por hectare, ao passo que, segundo o citado professor de geografia humana [Pierre Deffontaines], as florestas européias, em áreas de iguais dimensões, possuem 200m³. São muitas as variedades, - pequena, porém, a quantidade de cada uma delas, tendendo a extinguir-se, como ocorre em nosso país, com o pau-brasil, já agora, ao que parece, mais encontrado em parques e jardins públicos, onde tem sido plantado como símbolo de uma riqueza que desaparece, deixando apegado à terra o nome que os primeiros exploradores lhe deram, ao identificarem-no com a espécie de outros climas.⁹¹

Essa realidade, o que não impedia uma exploração exagerada, estava deixando outras espécies, como a imbuia, condenadas a desaparecer, o que levaria o Brasil a produzir móveis compensados como a Europa. A solução para esse problema deveria ser, segundo o autor, a mesma empregada na Europa: o reflorestamento. A impossibilidade de um processo igual ao europeu em função do clima e do ciclo vegetacional das árvores tropicais sugeria ao autor a imediata necessidade de plantar pinheiros, pois do contrário as áreas devastadas seriam ocupadas por vegetação secundária de baixa qualidade como a bracatinga (*Mimosa escabrella*). O fato de os rios locais não serem bons para o escoamento da madeira, exceção feita ao Uruguai que, na região de Concórdia e Chapecó, apresentava navegabilidade até a Argentina, quando em época de cheias, beneficiando as serrarias na sua margem, o transporte era muito difícil. Sem reflorestamento até a estrada de ferro ficaria “longe” das reservas de madeira.

⁸⁹ Ibid., p. 61.

⁹⁰ Os motivos apresentados pelo autor são: criação de uma companhia para sua exploração – a Lumber nesse momento ficava no território do Paraná que, após a guerra do Contestado, passa a se catarinense; a abertura da estrada de ferro Paranaguá – Curitiba em fevereiro de 1883.

⁹¹ Ibid., p. 67.

Por fim, Pereira ressalta que “a necessidade de preservar-se e de explorar-se com inteligência o que dessas riquezas ainda nos resta, principalmente os remanescentes das florestas de coníferas que caracterizaram a zona para onde, de futuro, se deslocarão as correntes migratórias de grandeza e de prosperidade.”⁹² Para um texto escrito em 1943, a realidade local, no que tange a cobertura florestal, já era preocupante, ao menos nos círculos intelectualizados do Estado, porém, efetivamente, as idéias de preservação das espécies nativas não foram postas em prática.

Em 1950, Zedar Perfeito da Silva publica uma obra intitulada *Oeste Catarinense*. Nela, o autor escreve um texto que enaltece o “progresso e o desenvolvimento” da região Oeste de Santa Catarina. Os municípios são abordados individualmente, deixando claro que seu objetivo foi divulgar a região e não empreender uma obra técnica ou especializada, afirmação reforçada pelo grande número de propagandas de empresas locais, políticos e produtos, que constam do livro. A idéia de progresso e desenvolvimento do autor estava associada à necessidade de uma transformação maciça da paisagem local, tornando a área terra agricultável e ocupada por empreendedores, empresários e agricultores. Os exemplos dessa capacidade necessária para a “evolução” da região eram de migrantes de origem européia, vistos como fortes para desbravar a mata e capazes de transformar a terra em área produtiva, o que não havia sido feito até então pelos caboclos e indígenas que eram descritos como “ignorantes e místicos que prejudicaram por algum tempo o progresso de toda a região”⁹³

Esse progresso, entendido pelo autor como a capacidade de transformar a região, que estava ainda em seu estado “natural” em um grande produtor de grãos, animais e produtos industrializados, está em plena expansão e pôde ser observado durante toda a viagem feita pelo autor pela região e que teve início em 1948. Quando principia uma descrição geral da área, Zedar Perfeito da Silva assim o faz:

Em fevereiro de 1948, tive a feliz oportunidade de percorrer o Oeste Catarinense. Fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo, porque a gente de lá de cima, pensavam eles, resolvia tudo no tabuço. Lá, estava situado o nosso far-west. Encontrei um povo operoso, progressista e sobremodo hospitaleiro. Cidades de poucos anos, com índice de educação muito alto. Vida social. Bons jardins. Estações de rádio.

⁹² Ibid., p. 69.

⁹³ SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemment, 1952.p. 19.

Ótimos clubes. Magníficas residências. Grandes indústrias. Comércio movimentadíssimo até com o exterior. Lavouras bem orientadas. Produção formidável.⁹⁴

Essa pujança podia ser percebida pela produção vegetal da região, o que evidencia que muitas de suas áreas, antes cobertas por florestas, já estavam inteiramente voltadas para a agricultura. A erva-mate, cuja produção até a década de 1930 teve peso significativo na balança comercial do Estado e que estimulou, por parte do governo federal, a criação do Instituto do Mate para gerenciar as políticas públicas de estímulo à produção e exportação da mesma, é apontada pelo autor como um produto ainda de grande importância para a região. “Seus ervais ainda formam florestas. (...) O Instituto do Mate precisa olhar com mais carinho para a farta reserva de ervais que emolduram o oeste catarinense⁹⁵”. O milho é descrito como um dos grandes fatores de progresso da zona. Por ser uma planta totalmente aproveitável⁹⁶, é uma importante fonte de renda para quem o produz e é matéria prima para a criação dos suínos que abastecem “os grandes frigoríficos da região⁹⁷”.

Também recebe destaque a produção de feijão, mandioca, batata, fumo, trigo e uva. Ao mesmo tempo em que enaltece essa produção o autor mostra-se preocupado com o descaso do governo para com o crescimento da produção. Citando como exemplo o trigo, descreve o desânimo de produtores e donos de moinhos que se vêem obrigados a competir com o trigo argentino que entra no Brasil a um preço de Cr\$ 90,00 a saca, ao passo que o trigo nacional foi taxado a Cr\$ 150,00 a saca⁹⁸. Em uma conclusão um tanto quanto jocosa Silva diz: “chego a imaginar que existe um trabalho subreptício para aniquilar a promissora cultura de trigo no oeste catarinense por meio do desânimo⁹⁹”.

Falando de políticos e de empresários empreendedores, o autor lista e descreve bancos, estabelecimentos comerciais, produção agrícola e industrial, mostrando, através de uma análise quantitativa, a “evolução” desses municípios, como Caçador, que em 16 anos de emancipação já era tido como um dos mais importantes da região. Sem dúvida, a

⁹⁴ Ibid., p. 01.

⁹⁵ Ibid., p. 16.

⁹⁶ Segundo o autor, da palha se faz o cigarro, os caules servem de alimento para os animais, de seus grãos obtêm-se farinha, fubá, maisena, óleo, glicose, cangica, etc., engorda porcos, aves e animais próprios para o transporte, tais como cavalos, burros e bois., p. 16.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid., p. 17.

⁹⁹ Ibid.

descrição de uma cidade urbanizada, dispendo de boas estradas e pontes, hospitais, escolas e com uma receita que possibilita uma expansão futura garantida, Caçador surgia como um modelo de transformação da paisagem do Estado de Santa Catarina. A região conhecida como Sertão ou Oeste Selvagem nas décadas de 1910 e 20, povoada por bugres e caboclos tidos como incivilizados, agora, depois de devidamente colonizada, torna-se um modelo de desenvolvimento.

Não deixa de ser mencionado que esse progresso deve-se em muito à riqueza local. Essa riqueza era traduzida em “terra roxa proveniente de derrames basálticos e que era rica em húmus e azoto, que garantiam, mediante aplicação de calcário em pó, uma agricultura de alto rendimento¹⁰⁰. Como consequência dessas boas condições de solo, tinha-se “imensas reservas de madeira e pinho” que propiciaram a instalação de muitas serrarias e importantes firmas exportadoras de madeira¹⁰¹, “não havendo um só município do oeste catarinense sem as suas serrarias e importantes firmas exportadoras de madeira beneficiada, (...) que primam pela técnica e contam com máquinas aperfeiçoadas.”¹⁰² Essa idéia de floresta como estoque de uma matéria prima é muito presente na análise do autor, que apenas principia a ter uma preocupação preservacionista. De encontro a isso, o fato de muitas serrarias terem, nas palavras de Silva, “feito de suas reservas terras devastadas”, era preocupante, deixando claro que “já é tempo de pensar no florestamento e reflorestamento. Uma riqueza assim tão importante não pode desaparecer de um dia para o outro”¹⁰³. As consequências disso seriam erosão e a queda do volume d’água de alguns rios.

Esse destaque que a madeira recebe de Zedar Perfeito da Silva como um dos mais importantes produtos vegetais do Oeste Catarinense foi seguido de uma veemente crítica ao governo federal que, segundo o autor,

com sua política de controlar a exportação de madeira para o exterior, tem ocasionado prejuízo vultoso para toda a região. As fotografias que aparecem no município de Caçador sôbre o porto de São Francisco, mostram a madeira empilhada à espera de transporte e licença para exportação. Seu destino é apodrecer ao tempo.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Ibid., p. 15. Esse dado não é comprovado pelo autor e é apresentado como mais uma das qualidades que enaltecem a região.

¹⁰¹ Ibid., p. 17.

¹⁰² Id.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ Ibid., p. 18.

Essa crise que afeta a região, em especial a produção madeireira, em meados do século XX, não foi sequer debelada pela criação do Instituto Nacional do Pinho em 1942. Esse órgão, cuja finalidade era promover o desenvolvimento da indústria madeireira no Sul do Brasil através de benfeitorias como produção de mudas para o reflorestamento, mediante cobrança de taxas dos produtores, não logrou sucesso, haja vista as condições apontadas por Zedar Perfeito da Silva em Caçador.

Caçador é o município que mais sofre com a crise madeireira. Basta dizer que o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários está arrecadando menos do que distribui em benefícios aos associados. O número de desempregados aumenta e com isso vão aparecendo muitas doenças. Em alguns municípios há importantes firmas que estão atrasadas em sua contribuição aos Institutos.¹⁰⁵

Como alternativa para isso o autor afirma que medidas como as defendidas por Édio Ortiga Fedrigo, em uma conferência econômica dirigida aos industriais brasileiros, são deveras interessantes e, possivelmente, resolveriam o problema de forma imediata, além de projetar melhoria para o futuro com uma firme política de reflorestamento.

Melhor e mais fácil assistência financeira e de crédito à produção e indústria de madeira. Melhoria dos meios de comunicação rodoviário, ferroviário e marítimos, com a conseqüente baixa nos preços de transporte e nas taxas portuárias, com garantia, ainda, do abastecimento de combustível (gasolina e óleo cru). Mais acentuado interesse por parte dos poderes públicos para o estabelecimento de convênios comerciais com os países compradores, na base de intercâmbio de compensação. Simplificação e estabilidade das normas e regulamentos para o comércio com os mercados externos. Facilidade para a importação de maquinário que permita o desenvolvimento e melhoria de nossa produção madeireira. Intensificação dos serviços de reflorestamento e proteção florestal.¹⁰⁶

Também escreveu sobre a região o médico florianopolitano Aujor Ávila da Luz, que trabalhou por 17 anos em Lages e Joaçaba. Na obra *Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, publicado em 1952, cita a Guerra do Contestado como um movimento messiânico que envolveu luta por terras e a colonização do Alto Vale do Rio do Peixe. Nela o autor descreve o solo e a paisagem em que se desenrolou o conflito da seguinte forma:

(...) na região mais ao norte e oeste da zona de campos o solo se diversifica, (...) o relevo accidentado condiciona um maior trabalho de erosão e sedimentação e por isso, o solo,

¹⁰⁵ Id.

¹⁰⁶ Id.

arável aí, aumenta de espessura. (...) Então compreendemos a existência das formidáveis florestas, compostas não só de pinheirais mas também de diversas espécies de “madeira de lei”, que cobrem toda a área acidentada e que por tal se pode considerar como a zona de mata do planalto.¹⁰⁷

Essa predominância do revestimento florestal se encontra nos municípios de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas. Na região do Alto Vale do Rio do Peixe o aspecto da flora é, segundo o autor, inconfundível pela predominância da *Araucária angustifolia*. Fazendo uma descrição do pinheiro como de “tronco robusto, de uns 150 cm de diâmetro e de vinte a mais metros de altura, que levou um século para crescer, eleva-se vertical e retilíneo para cima, coroando seu topo com uma larga copa, formada de ramos simétricos, em cujas extremidades se inserem tufo de pequenas folhas aciculadas”¹⁰⁸, o que, segundo Aujor Ávila da Luz caracteriza a paisagem formada por agrupamentos dessa árvore como de “aspecto monótono e sombrio”. Outro aspecto que o texto ressalta são as utilidades do pinhão como fonte de alimento para homens e animais, além, da madeira que é a mais usada nas construções da região, os nós, que são um bom combustível por desprenderem uma grande quantidade de calor; da celulose e das resinas que “uma indústria bem organizada poderia aproveitar integralmente, e que só agora, após a Segunda Guerra Mundial, é que começaram a ser exploradas em pequena escala”.¹⁰⁹

Outra importante espécie comercial da região é a erva-mate, que o autor chama de ‘dádiva da natureza’. A *Ilex paraguayensis* é descrita como uma árvore graciosa que atinge até cinco metros de altura e forma bosques nativos que atingem extensões de até um quilômetro ou aparecem isoladas em meio às matas. De suas folhas dessecadas e moídas faz-se por infusão um chá conhecido como mate. É uma árvore que leva três anos para crescer e dar sua primeira poda, depois do que, isso pode ser repetido a cada dois anos. Foi um importante produto de exportação do Brasil em fins do século XIX e início do XX. Além dessas, o autor cita importantes espécies florestais com o cedro, a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela (*Ocotea pulchella*), a grápia, a canjerana entre outras.

¹⁰⁷ LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

¹⁰⁸ Ibid., p. 33.

¹⁰⁹ Ibid., p. 33.

O habitante dessa área é descrito, em sua maioria, como “caboclo”, expressão que designa o índio e, mais tarde, o branco que “por viver nos matos e sertões, afeiçoado a caça, teve sua face requeimada pelo sol”¹¹⁰ e também o mestiço de ambos que, nas palavras do autor teria possíveis traços de sangue negro.¹¹¹ Esse homem da terra, na opinião de Aujor Ávila da Luz, era possuidor de traços físicos e morais específicos, resultante da miscigenação e da “influencia modificadora do meio”. O resultado físico apresentado para descrever esse caboclo era:

Estatura variável, de média a alta; tês que vai do moreno ao acobreado; robusto, de compleição atlética e de corpo anguloso de Dom Quixote; espadaúdo, desajeitado no andar, nos modos e nas atitudes. É de uma grande resistência física, que muitas vezes adormece num estado potencial para se desencadear no momento oportuno.¹¹²

Analisando as características atribuídas ao homem dessa região, o autor ressalta que o meio é um determinante para isso quando justifica o físico livre de raquitismo pela alimentação baseada em carne e leite; a força física pelo clima e terra mais salubres e o ar taciturno e grave pela baixa densidade da população e seu conseqüente isolamento.

1.2 O desflorestamento virou notícia

A indústria madeireira no sul do Brasil atingiu tal grau de importância em volume, pessoas envolvidas e capital que fez com que o Governo Federal passasse a dedicar mais atenção ao setor. A medida mais relevante tomada nesse sentido foi a criação do Instituto Nacional do Pinho, através do decreto-lei n. 3.124 de 19 de março de 1941. Dessa lei, o artigo primeiro versa sobre a criação do órgão e o segundo sobre suas atribuições.

Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional do Pinho, órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo. Parágrafo único. Serão representados no Instituto, os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (...)
Art. 2º Competem ao Instituto Nacional do Pinho (I.N.P.) as seguintes atribuições: coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho; promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do País; contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção do pinho; promover os meios de satisfazer os

¹¹⁰ Ibid., p. 44.

¹¹¹ Id.

¹¹² Id.

produtores, industriais e exportadores quanto às necessidades de crédito e financiamento; manter, em colaboração com o Ministério da Agricultura, a padronização e a classificação oficial do pinho; fixar preços mínimos; estabelecer quotas de produção e de exportação; organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores; providenciar sobre a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazéns para depósito de madeiras; regular a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira; promover a criação de órgãos industriais autônomos para a exploração de indústrias derivadas da madeira; manter um serviço de estatística e informações; fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores de acordo com as penalidades que forem fixadas no regulamento do Instituto Nacional do Pinho (I.N.P.); instituir e organizar os demais serviços necessários à realização dos seus objetivos.¹¹³

O Instituto era composto por uma Junta Deliberativa constituída pelo presidente do INP, um representante do Governo Estadual e outro dos produtores, industriais e exportadores de pinho de cada um dos três Estados do Sul. Eram atribuições dessa Junta Deliberativa:

a) sugerir aos poderes públicos providências adequadas à defesa da produção do pinho e fomento do seu comércio; b) deliberar sobre as medidas tendentes a estabelecer equilíbrio entre a produção e o consumo do pinho; c) instituir e regulamentar os serviços necessários à realização integral dos objetivos do Instituto; d) fixar as importâncias a que terão direito, por ocasião das reuniões, os membros da Junta Deliberativa, a título do despesas de viagem e estadia; e) organizar o quadro do pessoal do Instituto e determinar os respectivos vencimentos; f) elaborar o orçamento anual das despesas; g) proceder à tomada de contas por ocasião do encerramento do exercício.¹¹⁴

As atribuições e objetivos do Instituto Nacional do Pinho eram uma resposta à nova realidade da região sul do Brasil, grande produtora de madeira e que precisava de uma legislação que a estimulasse e organizasse. Desde que a madeira tornou-se o mais importante produto de exportação local, a inexistência de uma preocupação com a manutenção das florestas como “reserva” de recursos para exploração futura passa a merecer destaque nos jornais do Estado. A necessidade de reflorestamento estendia-se a todo o Oeste catarinense com destaque, especialmente por parte da imprensa, desde o início da década de 1940. O jornal *A Tribuna* do município de Joaçaba apresentava, em nota de 21 de maio de 1941, a importância de reflorestar e, com um texto por vezes otimista demais, discorria sobre os resultados já percebidos em toda a região oeste do Estado.

¹¹³ Decreto-lei n. 3.124 – de 19 de março de 1941 de criação do Instituto Nacional do Pinho. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁴ Id.

Importante, sem dúvida, sobre todos os aspectos, é o problema do reflorestamento. Há algum tempo já, sob os auspícios do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Estado, vem a campanha tomando os seus definitivos rumos. Hoje, podemos assegurar que, **para a felicidade do Brasil, o reflorestamento de nosso solo é uma questão vitoriosa. Em nosso Estado, graças ao trabalho vigilante do Interventor Nereu Ramos, essa questão vem sendo resolvida de forma satisfatória.** (...) Sabemos, pelos dados oficiais publicados que: em Porto União enquanto foram abatidos 26.980 pinheiros, foram replantados 100; Bracatingas e Acácias negras semeadas 60.000. No município de Canoinhas, foram plantados 106.000 pinheiros, contra 50.000 derrubados. É assim confortador o movimento em nosso Estado em prol do reflorestamento.¹¹⁵

Além da preocupação econômica do desflorestamento, os jornais também apresentavam possíveis problemas decorrentes disso como erosão, alteração no regime das chuvas ou assoreamento de rios ou córregos e conseqüentes alagamentos. Outra reportagem do mesmo jornal relata, também de forma otimista, o quanto o reflorestamento era bem sucedido em outros municípios do Estado.

De outros municípios de nosso estado nos chegam **notícias auspiciosas**, em relação ao trabalho de reflorestamento que nos mesmos se vem desenvolvendo. **Cruzada admirável** essa, que tem por objetivo a guarda de nossas reservas florestais. **Campanha digna dos maiores encômios, nascida da ação clarividente do governo da República** que, nos legou o Código Florestal*, síntese dos resultados de muitos anos de experiência e de vários projetos.¹¹⁶

A importância da madeira para o Brasil pode ser percebida pelos seus números que, apesar de Carlos Gomes de Oliveira, ao escrever para o Guia do Estado de Santa Catarina, em 1941, considerar como sendo inadequadamente explorada, devido, em muito, à falta de estradas e condições técnicas, alcançou índices consideráveis, como se observa no gráfico da figura 03. Com o intuito de avaliar esse potencial econômico do Sul do Brasil, o Departamento Estadual de Estatística, em colaboração com o Sindicato Patronal de Madeireiros de Joinville, elaborou um relatório, com dados colhidos até julho de 1940. De acordo com esses dados,

¹¹⁵ Importante. **A Tribuna**. Joaçaba. 21 de maio de 1941, n.24, p.02. (Grifo nosso). Acervo Biblioteca Pública do Estado De Santa Catarina.

* O início da legislação florestal do Brasil República se dá com o decreto nº23.793, de 23 de janeiro de 1934. Atualmente está em vigor o código florestal de 1965, com alterações em artigos específicos.

¹¹⁶ De outros municípios. **A Tribuna**. Joaçaba. 10 de agosto de 1941, n.47, p.02. (Grifo nosso). Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

nos pinheirais de Rio do Sul, foi avaliada a existência de 673.000 pinheiros, cuja altura média é de 15 mts. E cujo caule tem mais de 16 polegadas; em Bom Retiro, 5.888.200 pinheiros, em Campo Alegre, 240.200; em Canoinhas, 4.301.100; em Itaiópolis, 1.777.000; em Mafra, 1666.550; em São Bento, 644.400; em Curitiba, 15.950.000; em Lages, 31.800.000; em São Joaquim, 10.970.000; em Caçador 1.512.290; em Porto União, 1.565.000; pinheiros, todos esses últimos com altura variável, compreendida entre 13 e 16 metros. Vê-se, destarte, que é enorme a reserva catarinense de pinho do Brasil. Santa Catarina, porém, explora e exporta outras espécies, entre as quais cumpre ressaltar: canela, imbuía, cedro e peroba. Em 1939, exportávamos para o exterior e interior, nada menos que 221.033 toneladas de madeira, no valor comercial de 63.368:679\$000, dos quais 251.835 metros cúbicos (avaliados em 34.734:101\$500), para o exterior. Foram nossos principais compradores a Argentina, que absorveu cerca de 90% do total para o exterior, Alemanha e União Sul Africana.¹¹⁷

Os contribuintes do Instituto Nacional do Pinho, ou seja, as pessoas diretamente envolvidas com extração e comercialização de madeira, apresentaram em fins da década de 1940 e início de 1950, uma série de reivindicações ao Instituto. A região do Alto Vale do Rio do Peixe era, sabidamente, o maior centro produtor de pinho da América Latina e estava, de acordo com o *Jornal de Caçador*¹¹⁸, com sérios problemas, haja vista que “as reservas florestais ainda são imensas, conquanto a sua exaustão seja simplesmente alarmante.”¹¹⁹

Essa questão é considerada ainda mais grave, pois o INP, criado para estabelecer regras e promover políticas de incentivos à indústria madeireira, tinha, no Alto Vale do Rio do Peixe, sua maior fonte de arrecadação de tributos que, aliado aos demais municípios do Oeste catarinense, totalizavam “onze municípios cobrindo cerca de um terço da superfície total de um dos Estados que mais contribuem para o INP, (...) grande, portanto, é a sua contribuição e nulos são os benefícios recebidos. Acrescente-se a isto o fato de ser esta uma das zonas madeireiras mais sacrificadas, pela deficiência de transporte em todo o país.”¹²⁰Essa constatação sobre o transporte, já no início da década de 1950 é preocupante e ao mesmo tempo revela que, ainda que em condições precárias, grande parte das florestas da região foram exploradas e exportadas.

¹¹⁷ Indústria Extrativa. **Guia do Estado de Santa Catarina**, 1940, p.197/200. Chapecó e Joaçaba. Autor: Carlos Gomes de Oliveira.

¹¹⁸ Jornal editado desde 1949 no município de Caçador, apresenta posição fortemente favorável à indústria madeireira local.

¹¹⁹ Ibid. **Jornal de Caçador**. Caçador. 22/06/1952. p. 3. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹²⁰ Id.

Todas essas mazelas da indústria madeireira e o descaso do Governo, através do INP, em melhorar a situação da economia local, economia essa que era uma das responsáveis pela boa arrecadação das exportações do Estado e do país, provocou a indignação da “classe madeireira”. Essa indignação foi veiculada na imprensa através de uma lista de reivindicações apresentada por esses contribuintes do INP. Como muitas outras questões ligadas à indústria madeireira, essa recebeu destaque no *Jornal de Caçador*. No que diz respeito ao reflorestamento da região, o presidente do Instituto é duramente criticado por suas palavras no relatório apresentado à Junta Deliberativa em 1949. A direção do órgão afirmava que “o Instituto não pode assumir a responsabilidade de promover a formação de todas florestas de araucária necessária para exploração futura. O Instituto é uma instituição destinada a promover o estudo de métodos racionais para produção de material lenhoso destinado à indústria madeireira do futuro.”¹²¹ Essas palavras do presidente do INP são rebatidas com o seguinte comentário do jornal: “Muito bem. É exatamente o que almejamos. Nada mais do que isso é necessário, desde que saia do Relatório para a prática. Que a belíssima orientação do dinâmico Presidente seja uma realidade concreta.”¹²² Somando-se a isso, o jornal ressalta que

Não pode deixar o INP deixa (*sic*) de instalar na terra da madeira, uma Estação florestal, que estuda os ‘métodos racionais’ e transmita-os a todos aqueles que estão prontos a cooperar na solução do magno problema. Pode contar com a colaboração das Prefeituras e, sobretudo, dos produtores de madeira e proprietários de terras em geral. Todos estão interessados em recuperar para essas terras as exuberantes florestas que daqui são extraídas dia a dia. Nada mais justo que parte da vultuosa verba de reflorestamento seja investida na região donde saíram os maiores recursos para a referida verba.¹²³

Os proprietários locais já faziam, nesse momento, experiências de reflorestamento com o chamado Pinho Bravo Português (*Podocarpus lambertii*) e o Pinho Californiano, sem, no entanto receber do INP qualquer apoio de ordem financeira ou com o envio de técnicos.¹²⁴ O dinheiro que os produtores locais cobravam para ser investido na região de Caçador foi destinado a outras regiões não nomeadas pelo Instituto, tendo em vista que “em

¹²¹ Artigo sobre a fala do presidente do INP transcrita e contestada pelo *Jornal de Caçador* de 13/04/1952.

¹²² Id.

¹²³ Id.

¹²⁴ Id.

fins de 1948 o Relatório da presidência acusava um saldo de vinte milhões de cruzeiros na Verba de Reflorestamento, prevendo a redução desse saldo, durante o ano de 1949, para 5,4 milhões de cruzeiros. Quer dizer que foi aplicado durante o ano transato (*sic*), em outras regiões cerca de 15 milhões.”¹²⁵ Outra fonte de reclamação dos madeireiros locais era, segundo o *Jornal de Caçador*, a falta de financiamento, fato apresentado como controverso, tendo em vista o “Fundo de Financiamentos” do INP.¹²⁶

A preocupação com o possível fim das reservas naturais de madeira parece ter acionado um “alarme” em todos os envolvidos nessa indústria em fins da década de 1940 e início de 1950. A necessidade de implantar programas organizados de reflorestamento passa a ser assunto corriqueiro na imprensa local, além disso, o que se passou a chamar de “aproveitamento racional das reservas florestais”, indicava que se deveria “evitar o corte de árvores imaturas e, sobretudo das chamadas ‘porta-sementes’, que realmente são responsáveis por novos rebentos.”¹²⁷ Segundo o mesmo autor,

o Instituto Nacional do Pinho tem encarado com seriedade o problema florestal brasileiro e já possui 8 estações florestais, sendo uma em Minas Gerais, uma em São Paulo, duas no Paraná, uma em Santa Catarina e três no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais já foram plantadas até o ano de 1949 um total de 16.469.000 de covas de pinheiros. No Estado de Santa Catarina, o INP possui uma Estação Florestal localizada no Município de Canoinhas, com uma área de 1.864 alqueires, estação essa, em que foi plantado no ano de 1946, 3.147.500 covas.¹²⁸

De forma semelhante, houve plantios nos anos de 1947, 1948 e 1949.

O que o INP e a classe madeireira procuravam evitar era a repetição de casos como o das Indústrias Busato, que decretou falência no início da década de 1950. No *Jornal de Caçador* de 13 de abril de 1952, foi publicado o edital de concorrência para compra da massa falida dessa empresa. A lista de bens dessa que era uma das grandes madeireiras da região era composta por um locomóvel, dois quadros de serras Tissot, serras fita, gerador elétrico, equipamentos e prédios de três serrarias completas, sendo uma

¹²⁵ Id.

¹²⁶ Os fundos do INP eram mantidos pela arrecadação das taxas cobradas dos produtores sobre a madeira extraída. Os valores eram: até 2\$0 por metro cúbico de pinho serrado; até 3\$0 por metro cúbico de pinho beneficiado; até 5\$0 por metro cúbico de toros de pinho; até 5\$0 por metro cúbico de outras espécies florestais.

¹²⁷ BALSTER, Mario. Reflorestamento. In: **Jornal de Caçador**. Caçador. 24 de setembro de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹²⁸ Id.

instalada em Curitiba e duas em Caçador, além de um grande número de outros equipamentos e 26 casas, galpões e estábulos para operários, veículos, animais e armazém.¹²⁹

Essa estrutura, comum a algumas das grandes indústrias madeireiras locais demonstra quanto o crescimento e o desenvolvimento da região era baseado nela. Criava-se uma espécie de comunidade no entorno da serraria, com residências operárias, comércio e escolas, que podem ser mais bem observados na figura 28 no capítulo 3. Quando da falência, as terras de “reserva florestal” das Indústrias Busato eram compostas por pinhais na região de Curitiba com número estimado de 9.567 árvores com 40 cm ou mais e, em Caçador, três áreas de pinhais comprados e marcados pela empresa em terras de particulares que somavam um total de 8.810 árvores com mais de 35 centímetros, sendo o prazo para corte dessas, o ano de 1956.¹³⁰

O perigo de um esgotamento na matéria prima da indústria madeireira da região era tão presente que mobilizou, inclusive, o representante da região na Câmara Federal. O então deputado da UDN, partido de oposição no momento, Waldemar Rupp encaminhou ao INP um questionário com o objetivo de, a partir das respostas obtidas, identificar os maiores problemas do setor e possibilidades de resolvê-los. De acordo como INP em resposta as perguntas do deputado, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham, juntos, 3.018 serrarias registradas, ocupadas no corte de pinheiros, sendo esse um dos motivos do acelerado processo de desflorestamento. Desse, no Paraná havia 777 serrarias voltadas para a exportação e 46 para o consumo local, em Santa Catarina esse número subia para 984 serrarias com produção voltada para a exportação e 14 ao consumo local, no Rio Grande do Sul eram 1.182 voltadas à exportação e 15 ao consumo local. A grande maioria dessas serrarias foi instalada antes da criação do INP e seus registros junto ao órgão foram efetuados dentro do prazo estipulado pelo Decreto-lei número 3.124 de 19 de março de 1941, que limitava o registro e legalização das mesmas até o dia 30 de junho

¹²⁹ ADAMI, José. Falência de Indústrias Busato S.A. Venda por meio de propostas. In: **Jornal de Caçador**. Caçador. 13 de abril de 1952. (Reportagem reproduzida em anexo). Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹³⁰ Id.

de 1943. Isso não significa que todas as serrarias da região registraram-se, sendo esse número de 3.018 possivelmente menor que o real.¹³¹

Ainda em resposta ao deputado Waldemar Rupp, o INP afirmava em publicação do *Jornal de Caçador* de 29 de junho de 1952, que reservava 40% de sua arrecadação bruta para o trabalho de reflorestamento nos Estados, além de prestar auxílio técnico e financeiro a particulares¹³². Essa informação choca-se com as correntes reclamações locais sobre o descaso do Instituto para com a região no que se refere à destinação de recursos.

Todo o trabalho do Instituto Nacional do Pinho era realizado por 15 fiscais que trabalhavam sob o título de “inspetores de serrarias”, responsáveis pelos três Estados do Sul, número pequeno mesmo levando em conta que não era responsabilidade desses inspetores à limitação do corte de pinheiros. Esse, aliás, foi um dos grandes problemas ligados à exportação de madeira no Sul do Brasil. A fiscalização que controlava o corte de pinheiros era indireta, “realizada por meio de guias de produção, conjugadas à guias de requisição de vagões. Esse método de controle, segundo o INP impossibilitava o carregamento nas estradas de ferro e rodovias, de qualquer quantidade de madeira de pinho, por ventura produzida à mais”¹³³.

Essas guias eram uma espécie de formulário distribuído entre as serrarias registradas junto ao INP e estipulava, de acordo com o tamanho de cada madeireira, a cota de madeira possível de ser exportada pelos vagões da Estrada de Ferro. Tal medida pretendia impedir que as serrarias derrubassem mais árvores do que poderiam transportar para os portos de exportação, evitando assim o encalhe dessa madeira e uma possível queda nos preços do produto pelo excesso de oferta. Entretanto, existia um comércio de guias clandestinas para exportação de madeira serrada que, de acordo com o INP, eram apenas troca ou cessão de guias de um produtor a outro, o que não caracterizava aumento de produção. Porém, o órgão já anunciava mudanças que impediriam esse comércio.

O INP reiterou ao deputado Rupp sua preocupação com o uso de tratores para transportar toras de dentro da mata, prática danosa às plantas menores do local que eram devastadas, o mesmo ocorrendo quanto às denúncias de exportação clandestina de pinhões

¹³¹A Presidência do INP presta informações precisas. In: **Jornal de Caçador**. Caçador. 22 de junho de 1952. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹³²A Presidência do INP presta informações precisas (continuação). In: **Jornal de Caçador**. Caçador. 29 de junho de 1952. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹³³ Id.

para a Argentina, destinados ao plantio. Quanto a isso, o Instituto afirmava já ter deixado as autoridades competentes de prontidão, apesar de essa prática, se estivesse ocorrendo, não ser ilegal e de a Argentina não ter necessidade disso por possuir áreas de araucárias.¹³⁴ Dentre todas as reivindicações da classe madeireira, uma foi atendida em novembro de 1947, quando o Instituto Nacional do Pinho criou o Posto de Classificação e Medições de Caçador.¹³⁵ Essa medida ia ao encontro da nova realidade local do Município de Caçador que, de acordo com o censo de 1949, em uma área de 2.259 Km² tinha uma população total de 25.307 habitantes¹³⁶. Já o censo de 1950 revelou a existência de 1177 estabelecimentos recenseados em Caçador em uma área total de 68.705 ha, sendo que de lavouras 13.181 ha; pastagens 19.430 ha; de matas naturais 19.025 ha; de matas reflorestadas 339 ha e terras incultas 15.636 ha¹³⁷.

Outro produto local que envolvia grande contingente de pessoas e dinheiro era a extração, beneficiamento e exportação do mate. Tal atividade fez com que o Governo Federal criasse o Instituto do Mate ainda em 1938, ou seja, antes do INP. Em texto publicado no Guia do Estado de Santa Catarina de 1941, Carlos Gomes de Oliveira relatava que

as atividades dedicadas ao mate abrangem cerca de 20.000 produtores com mais de 100.000.000 de quilos de produção, e 30 firmas industriais representando um capital de 19.401:000 \$ 000, investidos nas indústrias de beneficiamento, interessando vastas zonas do “hinterland” dos Estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio-Grande do Sul, Mato Grosso e mesmo de São Paulo. A desorganização, porem, atropelava o esforço dos que se dedicavam à extração e à indústria do mate. Natural era, assim, que se criasse um órgão orientador das atividades ervateiras. O Instituto Nacional do Mate é esse órgão. (...) fixaram-se preços que atendem à realidade do nosso comércio, sem inconvenientes para os importadores estrangeiros. (...) E um convênio já feito com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, proporcionará os meios financeiros necessários à manutenção dos preços, questão fundamental para o produtor. A conquista de novos mercados está sendo encarada com o cuidado que uma propaganda bem orientada exige. (...) No estrangeiro, as feiras de Nova York e São Francisco foram oportunidades magníficas para uma tentativa de propaganda no imenso mercado norte-americano (...) E, coroando já o esforço deste primeiro ano de esforços, o presidente do Instituto, o Sr. Diniz Júnior, leva a termo um convênio com a Argentina, que desenvolvendo a nossa exportação, corrige erros passados e estreita relações com o país amigo.¹³⁸

¹³⁴ Id.

¹³⁵ Instituto do Pinho. In: Jornal **A Imprensa**. Caçador. 15 de fevereiro de 1948. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

¹³⁶ Censo do Estado de Santa Catarina de 1949. Fonte **IBGE – SC**.

¹³⁷ Censo do Estado de Santa Catarina de 1950. Fonte **IBGE – SC**.

¹³⁸ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Indústria Extrativa. In: **Guia do Estado de Santa Catarina**, Chapecó e Joaçaba. 1940. p.197/200.

Essa preocupação surgiu ainda na década de 1920 em Santa Catarina em função do auge da produção ervateira na balança de exportação na primeira década do século XX, quando era o produto mais valorizado do sul do país. A exploração da erva mate esteve ligada, desde o final do século XIX ao mercado externo, principalmente à Argentina, primeiro através dos caboclos e depois com os migrantes vindos especialmente do Rio Grande do Sul. A *Ilex paraguayensis* tinha seu consumo largamente difundido e o Brasil, seu maior produtor, obteve grandes lucros com sua exportação.

Por volta de 1910 inicia-se o plantio da árvore na região de Misiones, provocando um certo protecionismo por parte do governo argentino, até que, em 1931 ocorre a proibição da compra da erva mate brasileira.¹³⁹ Essa medida, aliada às taxas impostas à Santa Catarina pelo Estado do Rio Grande do Sul, levaram a produção ervateira a uma situação quase falimentar, situação essa que induziu os produtores e industriais da região a se unirem para salvaguardar seu capital. O resultado do cooperativismo foi a criação do Instituto Estadual do Mate em 1927 o mesmo ocorrendo um ano depois no Paraná. Esses interessados solicitam, junto ao governo federal, a criação de um órgão federal para proteger os interesses da economia ervateira. Assim surge o Instituto Nacional do Mate em 1938.¹⁴⁰ Essa percepção da importância da erva-mate como produto de exportação e atividade que envolvia tão representativo número de pessoas e tão grande estrutura, ocorreu aparentemente tarde. A criação do Instituto Nacional do Mate em 1938 foi uma tentativa de impedir uma queda ainda mais acentuada na produção e exportação desse produto.

Dentre as atribuições do Instituto Nacional do Mate estavam a determinação de cotas de produção, determinação da época de corte e padrões de construção dos engenhos. Um dos motivos para tais atribuições era a necessidade de elevar o padrão do produto para ganhar mercados, controlando o quanto possível, a mistura de “mato”¹⁴¹ ao produto. Apesar de serem medidas salutares no que diz respeito a incentivos à produção e controle de

¹³⁹ RENK, Arlene. **A Luta da Erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997. p. 164.

¹⁴⁰ Id.

¹⁴¹ Id. RENK diz que as plantas conhecidas como mato eram a congoinha, caverete, maria mole, orelha de mico, orelha de burro e caúnas, essas plantas, apesar de similares a erva mate, alteram o sabor e barateavam a produção. p. 163.

exploração de ervais nativos ou estímulo às plantações, muito das leis e decretos sobre o mate eram, no mínimo, não aplicáveis. Levando-se em conta os locais de extração, a mão de obra envolvida, ainda ligada, mesmo que indiretamente, aos métodos empregados pelos caboclos e as vias de escoamento do produto, o governo mostrava-se otimista sobre a aplicabilidade de algumas de suas determinações. Itens como os artigos número 1, 2 e 3 da lei n. 1590, de 5 de outubro de 1927, assinada pelo governador Adolpho Konder, eram difíceis de serem controlados. O texto dizia que

Art.1 - Os ‘carijos’ para seccagem de herva mate deverão ser cobertos de maneira que não penetrem as chuvas; art. 2 - A miragem da herva mate secca por este processo pôde ser feita por qualquer meio manual ou mechanico, se o for porém em canchas, estas deverão ser assoalhadas de taboas ou revestidas de algum tecido de maneira a evitar qualquer contacto directo com a terra; art. 3 – Os infratores dos dispositivos da presente lei bem como os que derrubarem arvores de mate, exceptuadas as indispensaveis para a construção de estradas de rodagem, ficam sujeitos à multa de 50 \$ a 200 \$000 e ao dobro nas reincidências, applicaveis pelos superintendentes municipais, exactores estaduaes, agentes de terra, delegados sub-delegados de polícia e inspetores de quarteirão, cada um dentro dos limites das respectivas circunscrições.¹⁴²

Outro aspecto importante referente a industria ervateira era a preocupação com a divulgação do produto. A propaganda passa a ser item de leis do governo estadual, como o Decreto n. 54, de 2 de dezembro de 1927 do Instituto do Mate, publicado na Imprensa Oficial em 1928.

Fica creada, a partir de 1 de janeiro de 1928, a sobretaxa de cinco reis (\$005) por kilograma de mate exportado, com o fim exclusivo de custear a defesa e propaganda desse producto no país e no estrangeiro, sendo a respectiva arrecadação entregue mensalmente ao Instituto do Mate, com sede na cidade de Joinville, que da sua applicação prestará contas semestralmente ao governo.¹⁴³

Contrário às aspirações dos produtores, exportadores e dos governos federal e estadual, a erva mate não retomou sua posição de destaque na balança de exportações brasileiras, ao contrário, tornou-se um produto secundário e, gradativamente, perdeu os incentivos federais e estaduais. Isso se deveu em muito ao fato de o produto brasileiro ser

¹⁴² Lei n. 1590, do Estado de Santa Catarina, de 5 de outubro de 1927. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴³ Decreto n. 54, de 2 de dezembro de 1927 do Instituto do Mate de Santa Catarina, publicado na Imprensa Oficial em 1928. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

tido como pouco competitivo devido a sua baixa qualidade. Por isso as medidas governamentais no sentido de prescrever padrões mínimos de higiene do produto e fixação do período de corte¹⁴⁴. Esse excesso de regulamentação em torno dos períodos de corte e de recolhimento, determinados por decreto, a regulamentação de quem poderia ser produtor, industrial ou comerciante e quais suas atribuições, foram mais uma tentativa frustrada de manter a indústria ervateira. Com a extinção do Instituto Nacional do Mate em 1967, as atribuições disciplinadoras passaram à competência do IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, atual IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.¹⁴⁵

¹⁴⁴ RENK. op.cit. p. 164.

¹⁴⁵ Id.

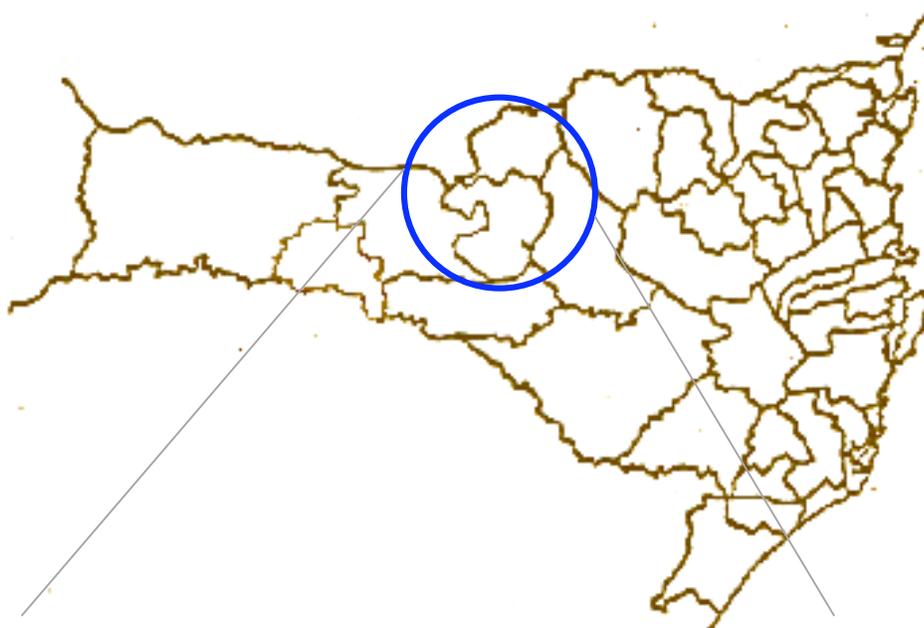
CAPÍTULO II

2. O Alto Vale do Rio do Peixe

2.1 Esboços de divisão regional

Com efeito, “civilização humana” era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza¹⁴⁶

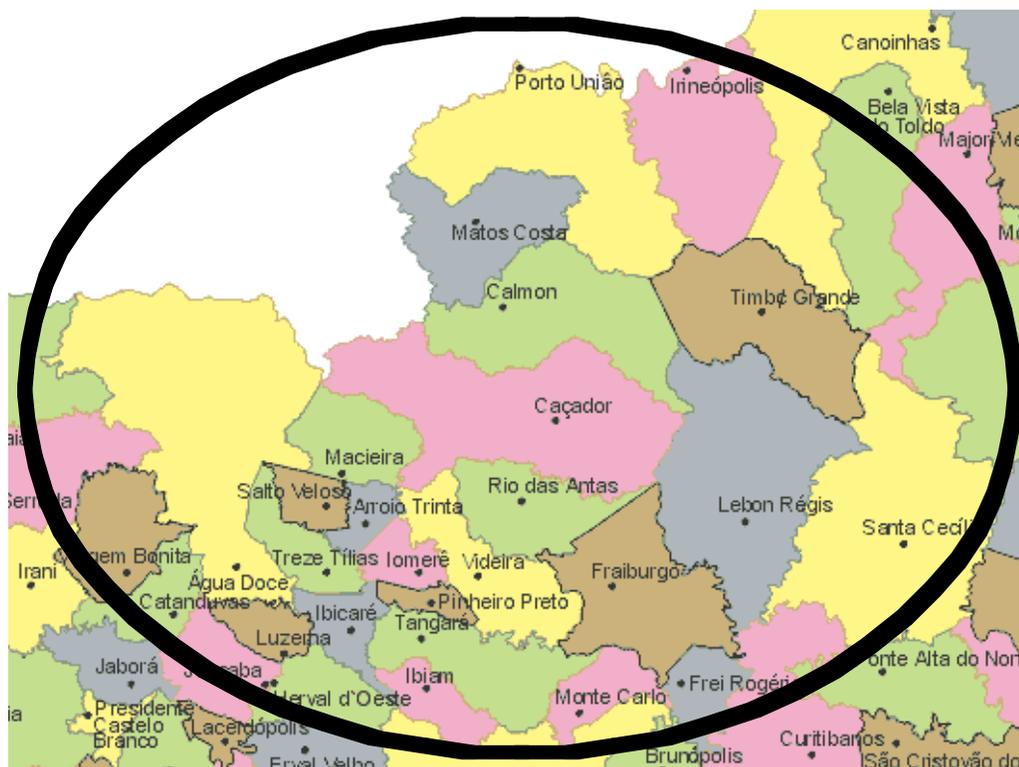
A região do Alto Vale do Rio do Peixe, objeto desta pesquisa, localiza-se na microrregião de Joaçaba, no meio-oeste catarinense, cujos limites são as microrregiões geográficas de Xanxerê, Concórdia, Curitibanos, Canoinhas, e também com o Estado do Paraná. É constituída atualmente de 21 municípios, sendo os analisados por essa pesquisa: Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Ibicaré, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Treze Tílias e Videira.¹⁴⁷



(Figura 04) Divisão política de Santa Catarina no final da década de 1930.

¹⁴⁶ THOMAS, Keith. **O homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 31.

¹⁴⁷ ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA/ Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos – RJ, Aerofoto Cruzeiro, 1991. p. 90.



(Figura 05) Fragmento em destaque no mapa de Santa Catarina, acima atual divisão municipal.

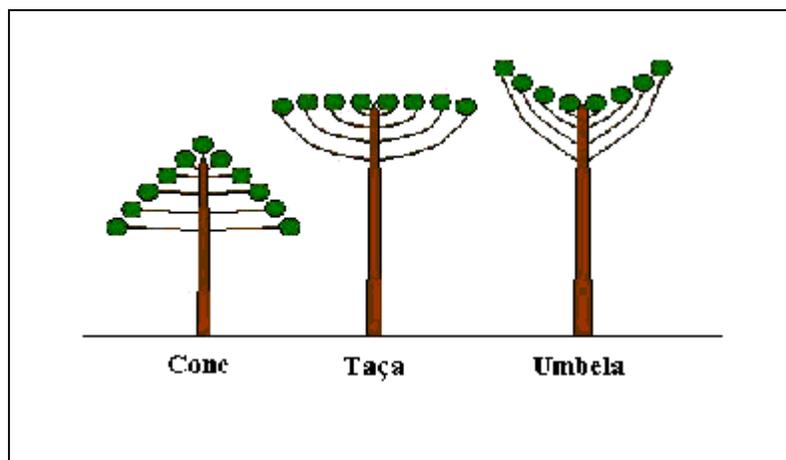
A área tem altitudes que variam entre 400 e 800 metros nos baixos e médios vales do Rio do Peixe. No norte de Água Doce e Caçador destacam-se as serras de Chapecó e Taquara Verde, com altitudes entre 1200 e 1600 metros¹⁴⁸. Essas características foram determinantes, juntamente com o clima úmido e as baixas médias de temperatura para a predominância da Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*)¹⁴⁹, árvore da família *Araucariaceae* com apenas duas espécies nativas na América do Sul: a *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana*, esta predominante no Chile.

A *Araucaria angustifolia* apresenta árvores altas de 20 a 50 metros de altura e um a dois metros de diâmetro em sua fase de maturidade, em geral com tronco reto, cilíndrico, raramente ramificado, com casca grossa e resinosa, cuja superfície externa desprende-se em placas cinzento escuras. A forma de sua copa é um indicativo de seu estágio ontogênico,

¹⁴⁸ Ibid. p. 90.

¹⁴⁹ KLEIN, R.M. Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil. *Sellowia; Anais Botânicos do Herbário "Barbosa Rodrigues"*, Itajaí, (36):5-54, p. 128. 1984.

havendo alterações à medida que a planta passa pelos estágios de juvenilidade, maturidade e senescência. Assim, árvores jovens apresentam copa com formato cônico e árvores senescentes copa em forma de taça ou umbela. Os ramos primários são cilíndricos, curvos para cima, enquanto os inferiores são maiores que os superiores, ambos apresentando ramos secundários (grimpas) alternos e agrupados no ápice¹⁵⁰.



(Figura 06) Conformações de copas de Araucárias. In: REIS, M. S. dos.; PUCHALSKI, A. Estrutura genética e demografia de populações do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*). Relatório de pesquisa.

Especificamente em Santa Catarina,

toda a Bacia média e superior do Rio do Peixe, bem como quase ao longo de todo o rio Marombas e seus múltiplos afluentes, havia originalmente vastas florestas com pinheiros que se perdiam de vista, subindo desde o fundo dos vales, até as abas das serras. Estas se caracterizavam, principalmente pelos seus gigantescos pinheiros de 35 a 40 metros de altura, bem como pelos seus intermináveis bosques e subbosques de imbuías e canelas, geralmente bastante densos e muito desenvolvidos¹⁵¹.

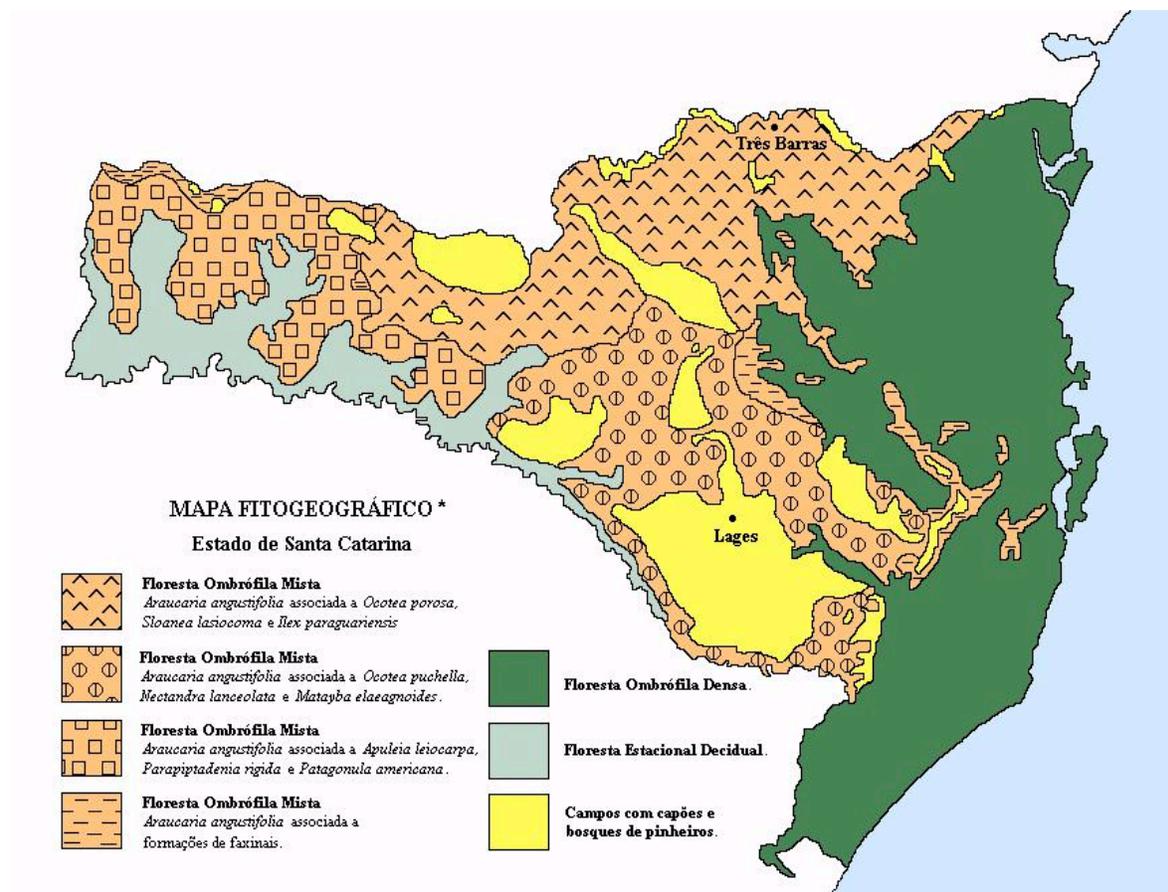
O clima de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina é classificado, segundo Köppen, como Cfb - Clima mesotérmico subtropical úmido, com verões frescos, sem estação seca e com geadas severas freqüentes; as temperaturas médias

¹⁵⁰REITZ, apud. REIS, M. S. dos.; PUCHALSKI, A. Estrutura genética e demografia de populações do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*). **Relatório de pesquisa.**

¹⁵¹KLEIN, R. M. Os Tipos Florestais com Araucária em Santa Catarina. In: **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica.** 1985.

dos meses mais quentes são inferiores a 22° C. A pluviosidade média está entre os 1300 e 1400 mm/ano.¹⁵²

Dentro da Floresta Ombrófila Mista, Klein¹⁵³ ao estudar alguns pinheirais do Estado de Santa Catarina, estabelece cinco formas de associações da Araucária.



(Figura 07) Domínios da Mata Atlântica e associações da FOM no Estado de Santa Catarina
In: KLEIN, R.M. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978., p.22.

São eles: Araucária e campo; Araucária e associações pioneiras¹⁵⁴; Araucária e *Ocotea pulchella* (canela-lageana); Araucária e *Ocotea porosa* (imbuia) e Araucária e mata

¹⁵² Atlas de Santa Catarina., op.cit.

¹⁵³ KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia* 12 (12): 17-44.1960.

pluvial. A região do Alto Vale do Rio do Peixe, cuja mata era composta pela associação de Araucária com *Ocotea porosa*, "até meados do século XIX esta região era território dos índios Kaingang que se dispersavam do norte do Rio Grande do Sul, pelos Campos de Palmas, sertões de Tibaji e Ivaí e penetravam em São Paulo"¹⁵⁵ e, posteriormente, de caboclos, que tiravam sua sobrevivência da natureza alterando a cobertura vegetal sem a criação de propriedades agrícolas com benfeitoras e plantações, ou seja, de forma diversa à que ocorreu com a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul.

Essa área até então inexplorada, praticamente desconhecida e sem fronteiras definidas, tanto à oeste com a Argentina como ao norte com o Paraná, e que passa a figurar nos mapas somente quando se torna útil aos grandes proprietários locais, como demonstra o fragmento a seguir:

Em 1728, foi aberta uma estrada ligando Viamão (RS) a São Paulo, passando através dos campos de Lages, por onde passou a ser transportado esse gado (gado xucro criado solto nos campos do Rio Grande do Sul e que era transportado para São Paulo e Minas Gerais para abastecer os trabalhadores dos cafezais e das minas). Por muitos anos, foi o único caminho para trânsito das tropas e, no seu trajeto foram se formando muitas fazendas e vilas, iniciadas, principalmente, nos locais de pousos que se espalhavam ao longo de toda a estrada.

Assim, surgiram Lages, Curitiba, Campos Novos e São Joaquim, como as principais vilas, onde localizavam-se as principais fazendas de criação do Planalto Catarinense.

Nesta época, todo o planalto e oeste de Santa Catarina atuais pertenciam à província de São Paulo e não existia nenhum caminho permanente de comunicação com o litoral catarinense. Quando, em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, tornando mais cara a carne.

Enquanto se formava a região do planalto catarinense, os paulistas já estavam penetrando nos campos de Guarapuava, ocupados pelos índios Kaingangs.¹⁵⁶

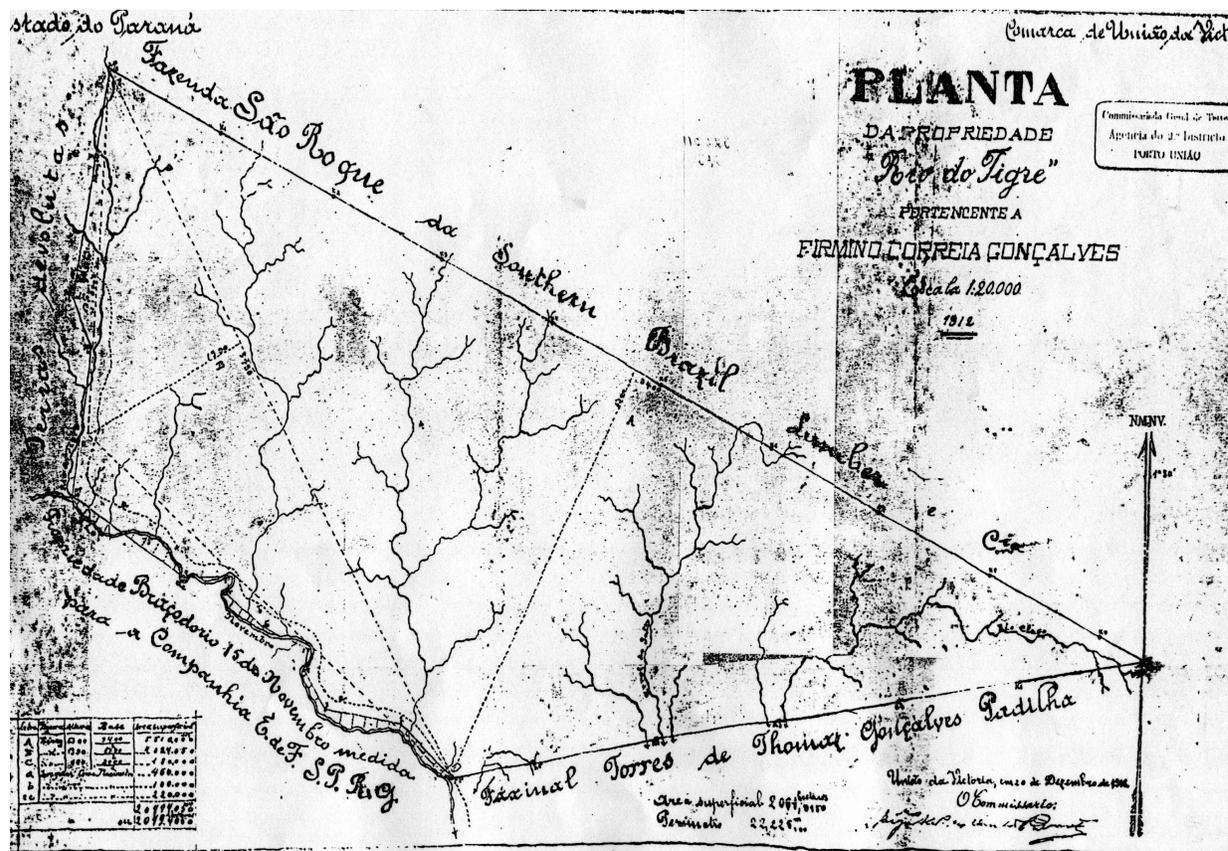
Esse novo caminho passava pelo atual extremo oeste do Estado de Santa Catarina e foi determinante para a criação de um grande número de fazendas que chegaram a ocupar

¹⁵⁴ Associação ou comunidade pioneira: primeiros organismos ou espécies que colonizam uma determinada área, dando início a uma sucessão ecológica. In: LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de; GUERRA, Antonio J.T.; MOUSINHO, Patrícia; BUENO, Cecília; ALMEIDA, Flávio G. de; MALHEIROS, Telma; SOUZA Jr., Alvaro Bezerra de. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2a ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002, p.182.

¹⁵⁵ ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. In: **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p.07.

¹⁵⁶ POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71.

terras até o Alto Vale do Rio do Peixe. Fazendas que ocuparam a região e promoveram o desmatamento de algumas áreas para pastagens, pecuária e agricultura de subsistência em baixa escala, ou seja, com fins diferentes do das coivaras indígenas que objetivavam limpar um local para plantar e instalar-se temporariamente, haja vista, muitas dessas tribos serem nômades.



(Figura 08) Planta da propriedade Rio do Tigre pertencente a Firmino Correia Gonçalves, 1912. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Essas fazendas ocupavam grandes extensões de terra, algumas delas com área superior a muitos dos atuais municípios da região, como Fazenda Bom Sucesso (dos Correia de Mello), Fazenda Cachoeira (dos Paes Carneiro), Fazenda Torres (dos Padilha), Fazenda Rio do Peixe e Fazenda Campina (dos Carneiro), Fazenda São Pedro (dos Moraes), Fazenda do Salto (dos Araújo) e as Fazendas São Roque, Jacutinga, Campo Alto,

Castelhano, Pimpão e Jangada, todas propriedades registradas nos cartórios de imóveis das comarcas de Palmas, Curitiba, Campos Novos, e mais tarde União da Vitória e Porto União¹⁵⁷. A figura 08 representa uma dessas propriedades, a fazenda Rio do Tigre tinha como divisas ao norte com a Fazenda São Roques em Calmon, pertencente a Southern Brazil Lumber e Cia, e ao sul com o Faxinal Torres de Thomas Gonçalves Padilha.

3.2 Terras Catarinenses

O processo que levou ao fim do Império e à Proclamação da República passou pela resignificação dos conceitos de "sertão" e pelo problema da integridade do território nacional¹⁵⁸. A ocupação do "Oeste Selvagem" ou do Sertão do Estado de Santa Catarina foi, muitas vezes, descrita como uma cruzada civilizatória. Nas palavras de Othon Gama D'Éça, quando da viagem com o Governador Adolfo Konder à região, em 1929, em uma das paradas da comitiva o local era descrito assim: "... estamos numa praia deserta, como Robinsons Cruzoés, sem barracas, sem churrasco, condenados a passar toda uma longa noite de frio em torno de uma fogueira [...] não vejo motivos porque ele não nos conduza a bom hotel, com lumes civilizados..."¹⁵⁹

O conceito de sertão que, confrontado às cidades equivalia a uma comparação entre civilizado e incivilizado, muitas vezes deve-se à falta de conhecimento do que eram realmente os sertões¹⁶⁰. Esse movimento de nomeação e demarcação de fronteiras atribuindo-lhes características naturais é o mesmo que ocorre com as "cidades", ou seja, é uma construção de identidades fundamentada em representações, nesse caso, dos conceitos de "cidade", "sertão" e "fronteira", termos esses que, segundo Bordieu, são atribuições de lugares, não "naturais", mas elementos, características que estão inscritas na cultura¹⁶¹.

¹⁵⁷ THOMÉ, Nilson. **Os Latifúndios da Região do Contestado**. FAERPE - Museu da Região do Contestado - Caçador, 1984. pag. 6 - 7.

¹⁵⁸ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru: EDUSC, 2000

¹⁵⁹ D'ÉÇA, Othon Gama. **...aos espanhóis confinantes**. 2. ed. Florianópolis: FCC/ Fundação Banco do Brasil/ Ed. Da UFSC, 1992. P.25.

¹⁶⁰ ARRUDA., op.cit. p. 20.

¹⁶¹ BORDIEU. apud. ARRUDA. op.cit. p. 20.

Esses "sertões", e especificamente o Oeste de Santa Catarina, eram cobertos por uma floresta exuberante que "deixa de ser simplesmente um espaço de contemplação estética ou de reflexão filosófica para tornar-se um elemento de integração e identidade das matrizes étnicas e culturais"¹⁶². Essas regiões só passam a "existir" como tal após um processo de reflexão e pesquisa, apesar de a história regional tomar um espaço geográfico como um "a priori", sem levar em conta o fato de elas estarem inscritas em uma rede de significados resultantes das práticas sociais. São denominações que não pretendem enunciar um lugar, mas sim suas características.¹⁶³

Eram terras que só despertaram o interesse do Estado quando a Argentina reivindica um "território historicamente brasileiro"¹⁶⁴. Essa disputa que acabou conhecida como "Questão de Palmas" ou "Misiones", despertou a atenção do governo de Santa Catarina para a necessidade de ocupar um território tido como seu e questionado pela Argentina. Para ocupar era necessário povoar a região, para tanto, foram criadas, pelo Decreto Imperial n. 2.502, de 16 de novembro de 1859, duas colônias militares na área, Chopim e Chapecó, somente efetivadas pelo Ministro da Guerra em 1881.¹⁶⁵

Com o acordo definitivo assinado em 1895, era necessário ao Brasil à ocupação efetiva destas terras para impedir que a Argentina voltasse a reivindicá-las. Isso principiou com um decreto que dava "privilégios e garantias de juros e terras devolutas para a construção de uma estrada de ferro que, partindo de Itararé, na província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Boca do Monte, na província do Rio Grande do Sul"¹⁶⁶. O privilégio para a construção foi concedido ao engenheiro João Teixeira Soares que, ainda em 1890 constituiu a Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, com capital europeu, para a qual passou a concessão da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

A 20 de junho de 1891, pelo decreto nº 397, a União autorizou a transferência da construção da maior parte da linha para a Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, ou seja, todo o trecho de Itararé a Cruz Alta (RS), com exceção do trecho de Santa

¹⁶² Ibid., p. 19.

¹⁶³ Ibid., p. 24.

¹⁶⁴ HEINSFELD, Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo Vale do Rio do Peixe. p. 71.

¹⁶⁵ Id.

¹⁶⁶ PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. 2 ed. rev, aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988. p. 250.

Maria a Cruz Alta, que ficou concessionado para a Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens.¹⁶⁷

Posteriormente essa concessão foi repassada, com autorização do Governo Brasileiro, à empresa Norte Americana “Brazil Railway Co”. O trecho catarinense foi iniciado em 1908. Grande parte da área do Alto Vale do Rio do Peixe, por onde passaria a ferrovia, era dividida em grandes fazendas, cujos proprietários requereram suas posses na segunda metade do século XIX, muitas delas antes de 1889 quando Teixeira Soares assinou o contrato de construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

A nona cláusula desse decreto de concessão cujo número era 10.432 de 09 de novembro de 1889 fixava em 90 anos o prazo do privilégio para a exploração da ferrovia e

estabelecia a cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais, inclusive os compreendidos em sesmarias e posses, numa zona máxima de 30 km para cada lado das linhas, desde que a área total cedida e demarcada não viesse a exceder a média uma faixa de nove quilômetros para cada lado da extensão total, a serem utilizados em colonização dentro de 50 anos¹⁶⁸.

A renovação do decreto feita pelo Governo da República em 07 de abril de 1890 reduziu a concessão de 30 para 15 km ao longo dos trilhos, no máximo, sem levar em conta qualquer posse anterior e, nova alteração, em 07 de junho do mesmo ano estipulava em 30 anos a garantia de juros livres de quaisquer impostos¹⁶⁹.

Quando da criação da Brazil Lumber and Colonization Company, que era uma subsidiária da Brazil Railway Company, em Portland EUA, autorizada a funcionar no Brasil em 13 de março de 1912, com o objetivo específico de demarcar as terras e dividi-las em lotes para colonização, grande parte das terras estava ocupada por fazendas e posseiros. As escrituras de muitas das fazendas anteriormente citadas, cujas posses foram adquiridas antes da assinatura do decreto 10.432, foram respeitadas¹⁷⁰, mesmo estando na área que por direito pertencia a Lumber. Os posseiros foram desalojados. Para compensar as áreas que

¹⁶⁷ THOMÉ., op.cit. p. 45.

¹⁶⁸ THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro: a ferrovia no Contestado**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 42

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ Id.

não foram desapropriadas a Companhia Colonizadora adquiriu outras terras fora da zona limite, em locais distantes e de difícil acesso as vias de comunicação.

As etapas que se sucederam para culminar nessa ocupação do Alto Vale do Rio do Peixe tiveram início com a conseqüente criação de várias empresas colonizadoras de menor porte que se encarregaram de fazer propaganda da região e recrutar pessoas para povoar o local. Essas Companhias adquiriram as terras de outras Companhias maiores que compraram, inicialmente, grandes áreas junto a Brazil Lumber and Colonization Co. Dentre essas, estão as empresas Irmãos Coelho de Souza Ltda, Empresa Rio Caçador Ltda, Alberto Schmitt e Kurudz e Bortolon.

A representação de regiões desconhecidas como de grande fertilidade, de clima extremamente saudável, inscreve-se nas produções simbólicas de maior efeito no imaginário humano¹⁷¹. Fazendo uso desse poder simbólico, o papel dessas colonizadoras era, por meio de seus agentes, ir até as colônias velhas do Rio Grande do Sul e expor aos imigrantes europeus e seus descendentes ali instalados, com especial destaque aos ítalos e teutos, as vantagens das novas terras. Facilitando esse trabalho estava o fato de que as famílias de colonos instalados no Rio Grande do Sul já estavam em suas segunda ou terceira gerações e o primitivo lote de terras que lhes foi concedido não comportava mais tantas pessoas e seu sustento, bem como de seus descendentes. Essa realidade é percebida ao analisarmos a política de distribuição de lotes para colonos. Antes da Lei de Terras de 1850, ocorria a doação de terras com área até superior a 70 hectares, destinados à imigrantes europeus. Com essa lei, a terra passa a ser um bem limitado, uma mercadoria a ser adquirida pelo colono e paga em prazos determinados pelas Companhias Colonizadoras que passam a atuar com força no Sul do Brasil. Nesse período, os lotes são reduzidos a 48,4 hectares e após a República para 25 hectares por família, forçando às gerações seguintes a deslocarem-se.¹⁷² Essa divisão da terra, aliada às propostas animadoras dos agentes colonizadores, foi responsável pelas primeiras levadas de migrantes que se instalaram no Alto Vale do Rio do Peixe.

A propaganda feita junto aos colonos do Rio Grande do Sul valia-se dos mais diversos artifícios. Panfletos e pequenos livros traziam fotos de estradas e benfeitorias nos

¹⁷¹ ARRUDA. P. 122.

¹⁷² WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo – Brasília: Ed. da UNB, 1995. p. 100.

supostos locais destinados a instalação dos colonos. Para facilitar o contato com os colonos muitas dessas propagandas eram escritas em alemão ou italiano, línguas de origem de muitos desses imigrantes.

Para melhor localizar a propaganda da figura 09, podemos descrever o local como próximo ao atual município de Videira, que “teve suas origens a partir da estação da estrada de ferro denominada Rio das Pedras. (...) Em 1921, o lugar passou a chamar-se Perdizes e foi elevado à categoria de distrito em 1927. Na margem direita do Rio do Peixe e defronte à vila, formou-se o povoado de Vitória. Juntas, as duas comunidades deram origem à atual sede do município.”¹⁷³

O texto da propaganda da figura 09 enaltece, de forma simples e clara, as estradas e benfeitorias já construídas e destacando as facilidades da Estrada de Ferro que passava próximo da colônia e, decorrente disso, as possibilidades de bons negócios e escoamento da futura produção por parte dos migrantes.

¹⁷³ NODARI, R. op., cit. p. 123.

Colonie BOM RETIRO e NOVA VICENZA (Santa Catharina)

Avvisiamo la nostra distinta e numerosa clientela che abbiamo comprato presso la nostra già molto sviluppata e fiorente colonia BOM RETIRO e NOVA VICENZA, la quale oggi è preferita da tutti coloro che la conoscono ed è chiamata la perla delle colonie dello Stato di Santa Catarina.

PIÙ DI 1400 COLONIE

di terra riconosciuta molto buona. La nostra colonia adesso è situata lungo la STRADA FERRATA DI S. PAOLO — RIO GRANDE, su di una estensione di 76 chilometri ed è servita da 4 stazioni, essendo le principali HERVAL e CAPINZAL, sul RIO DO PEIXE.

Abbiamo linee di telefono in costruzione, più di 80 CHILOMETRI DI strada carreggiabile fatta e facciamo specialmente osservare a tutti i nostri amici e clienti che la NOSTRA IMPRESA liga TUTTE le colonie con STRADE CARREGGIABILI colle SEDI DELLA COLONIA e NON costruisce semplicemente una strada generale, lasciando la maggior parte delle colonie senza vie di comunicazione! Consigliamo dunque i compratori di terre, quando fanno la loro SCELTA, a ricordarsi che le terre che pretendono comprare, e coltivare per farne fonte di risorse, NON SIANO MOLTO DISTANTI DALLA STRADA FERRATA, unico e economico mezzo per apportare il benessere degli abitanti e contribuire ad un rapido e prospero sviluppo delle colonie, oltre alla valorizzazione delle terre. Senza queste basi principali, le spese di trasporto dei prodotti assorbiranno tutti i lucri.

Terre, che sono distanti da UNA STAZIONE FERROVIARIA PIÙ DI 30 CHILOMETRI, apportano grandi pregiudizi ai loro proprietari, in confronto a quelle che sono VICINE ALLA STRADA FERRATA.

I Reverendissimi Padri Francescani, ancora in quest'anno, apriranno un CONVENTO, e, quantunque funzioni già una scuola pubblica, anche egli stessi Revdmi. Padri apriranno un COLLEGIO.

VENGANO DUNQUE E SI CONVINCANO DELLA REALTÀ E DELLA FERTILITÀ DELLE NOSTRE

TERRE

Non esitino un momento. Oggi stesso s'incammino e COMPRINO PASSAGGIO fino alla stazione: RIO BONITO, e smontino nel Devio BOM RETIRO, situato 5 chilometri al di là della stazione HERVAL!

Empresas Colonisadoras:

H. Hacker & Cia. (União da Victoria)
Jacob Petry & Cia. (Herval)

(d. n. 43. 13. v.)

(Figura 09) Staffetta Riograndense. Garibaldi, 30/01/1919. p. 03. In: RADIN, José Carlos. Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense. 2 ed. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

COLONIA "Benito Mussolini"

Nuova Colonizzazione di Formigheri & Cia. e José Petry

ESTAÇÃO PERDIZES

Distante 25 chilometri, con buone strade, dalla stazione di Perdizes si stanno colonizzando le migliori terre dello Stato di Sta. Caterina. Perdizes è conosciuta come la miglior zona di vino, frumento, milho, ecc.

La nuova Colonia "BENITO MUSSOLINI" è riservata solo a coloni italiani; si trova annessa alla colonia tedesca "Marechal Hindenburg". La colonia Marechal Hindenburg, fondata da un anno e mezzo, dispone già di una serraria, di due case commerciali, mulino per frumento e milho, hotel, dentista, levatrice ed infermiera, diplomata, falegnami, carpinteri, calzolai, una scuola statale, una particolare, una comunità cattolica e l'altra protestante, una *atafona*, officina idro-elettrica per forza e luce in costruzione, una fabbrica per distillazione di milho e segala. Vi dimora grande numero di teuti e tedeschi. Il prezzo di una colonia di 10 alqueiros varia da 3:000\$000 a 3:500\$000, con buone condizioni per il pagamento. Oltre a mato branco, abbiamo mirabili zone di pini.

A titolo di propaganda ed inizio della colonizzazione "Benito Mussolini" abbiamo risolto di vendere un blocco di 40 colonie unite al prezzo di 1:500\$000 alla colonia (60:000\$000 dei quali 30:000\$000 a vista e 30:000\$000 a 6 mesi). Gli acquirenti potranno scegliere queste 40 colonie tra 300.

Gli interessati devono ospitarsi in Perdizes nella pensione tedesca di Fridolina Prass, dove si pagano appena 5\$000 di pensione e dove risiede pure il direttore.

José Petry
ESTAÇÃO PERDIZES — Sta. Caterina.
 (46 4-2 v. m.)

(Figura 10) Staffetta Riograndense. Garibaldi, 19/12/1934. p. 04. In: RADIN, José Carlos. Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense. 2 ed. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

A propaganda da figura 10 foi publicada no jornal "Staffetta Riograndense", da cidade de Garibaldi no Rio Grande do Sul, em 19 de dezembro de 1934 e refere-se à colônia com o sugestivo nome de "Benito Mussolini", de propriedade de José Petry e Formigheri e Cia. O texto refere-se à curta distância da citada colônia em relação à Estação

Perdizes, apenas 25 km, o que facilitaria o escoamento da produção das propriedades agrícolas.

Semelhante a Colônia alemã de Marschall Hindenburg, figura 11, também na região, os lotes da Colônia Benito Mussolini estavam reservados apenas a colonos italianos e era descrita como a melhor zona de vinho, trigo e milho da região. Essa colônia, com todo o potencial descrito, brevemente alcançaria o êxito de Marschall Hindenburg que, apenas um ano e meio após sua fundação já

contava com uma serraria, duas casas comerciais, moinho para trigo e milho, hotel, dentista, parteira e enfermeira diplomadas, carpinteiros, sapateiros, uma escola pública e uma particular, uma comunidade católica e outra protestante, uma atafona, oficina (usina) hidro-elétrica para força e luz em construção, uma fabrica para destilar milho e centeio (para produção de bebidas), (...) além de possuir áreas com mata branca e extraordinárias zonas de pinhais.¹⁷⁴

Quanto aos preços, uma colônia de 10 alqueires em Marschall Hindenburg variava de 3:000\$000 à 3:500\$000, já a Colônia Benito Mussolini, com 40 lotes demarcados, era vendida à 1:500\$000 a unidade. Os interessados que chegassem à região deveriam se hospedar em uma pensão indicada nos folhetos de propaganda, lá obtendo desconto na hospedagem e o primeiro contato com o responsável pela venda dos lotes. Essa forma de propaganda, publicada em jornais que circulavam nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, obteve bons resultados, tendo em vista a grande ocupação da região por migrantes vindos do vizinho Estado do Sul.

Semelhantes às propagandas em jornais, manuais ou folhetos também eram distribuídos em muitas cidades do Rio Grande do Sul. Um desses folhetos refere-se Às colônias “Marschall Hindenburg”, “Schwobenland” e “New-Bresigheim”, de propriedade de José Petry, figura 11. Distante 21 km da Estação Perdizes e, de acordo com o colonizador, interligados por boas estradas e que, além do que foi descrito na propaganda da figura 10, era apresentada como tendo terras planas, no máximo com outeiros e, de modo geral, totalmente aráveis. Curiosamente o colonizador garantia não haver incidência de febre amarela/malária, pragas de insetos, formigas, etc, fator que tinha muito peso na

¹⁷⁴ Propaganda da Colônia Benito Mussolini de Formighieri & Cia e José Petry. Fonte: Staffetta Riograndense, Garibaldi, 19 de dezembro de 1934. p. 04. In: RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. 2 ed. Joaçaba: UNOESC, 2001. Tradução de Susana Cesco.

escolha de terras para a compra. Somando-se a isso a abundância de água e o fácil acesso a ela, a proximidade da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e, em função do forte movimento e trânsito de pessoas, ser o local ideal para a instalação de comerciantes e industriais de todos os ramos, tornavam a região muito atraente.¹⁷⁵

**Kolonien 'Marschall Hindenburg',
'Schwabenland' und 'Neu-Besigheim'
Nur mit Deutschsprechenden wird besiedelt.**

Der Stadtplatz Hindenburg, nur 21 km von der Station Perdizes entfernt, mit guter Fahrstrasse verbunden, obwohl erst vor 1½ Jahren angelegt, hat sich bei aller Krisis sehr gut und rasch entwickelt. Es sind bereits eine Privatschule, Staatsschule, Mahl- und Sägemühle, 3 Venden (Kaufläden), Gesangvereine, katholische und evangelische Kirchengemeinde vorhanden. Ebenso Hotel, Bierbrauerei und Schnapsbrennerei; Oelmühle und Farinmühle werden demnächst errichtet, wofür die Unternehmer bereits angesiedelt sind.

Die Hauptstrasse von Perdizes über die Kampstädtchen Campos Novos, Curitibanos und Lages nach Blumenau führt durch die Ländereien. Die Ländereien sind nicht gebirgig, sondern hügelig, fast durchschnittlich pflüger und von sehr guter Qualität mit absolut gesundem Hochlandklima; Malariafieber, Insektenplagen, die verheerende Kampameise usw. sind unter Garantie ausgeschlossen. Die Höhenlage des Geländes ist 800 m über dem Meeresspiegel; jede Kolonie hat absolut gesundes Quellwasser. Erstklassiges Land und Klima: Weizen, Roggen, ~~...~~ Erbsen, Kartoffeln, Äpfel, Birnen.

(Figura 11) Primeira página de folheto de propaganda em língua alemã. Acervo: EZA (Evangelischer Zortrolarchiv), Berlin.

Os dados e as promessas presentes na propaganda da figura 11 são claramente favoráveis aos proprietários da Cia Colonizadora. A visita à área já implicava um certo grau de compromisso de compra por parte do colono, pois dificilmente esse investiria tanto

¹⁷⁵ Folheto de propaganda em língua alemã. Acervo: EZA (Evangelischer Zortrolarchiv), Berlin. Tradução de João Klug. (Documento reproduzido na íntegra no anexo 08).

dinheiro em transporte e acomodação se não houvesse acreditado nos termos do folheto e a ida ao local não significasse apenas a oficialização de uma decisão já tomada. As próprias aspirações e sonhos de uma colônia próspera para morar e enriquecer não davam margem a considerar os termos da propaganda como enganosos. Era sim uma promessa de que com muito trabalho haveria progresso.

Os valores dos lotes da colônia Marschall Hindenburg variava de acordo com o número delas que o investidor adquirisse:

Uma colônia com 242.000 m² (24,2 ha) é vendida por 3.500 milréis. 5 a 10 colônias por 3.300 milréis. 10 a 20 colônias por 3.100 milréis. 20 a 30 colônias = 2.900 milréis. 30 a 50 colônias = 2.750 milréis. 50 a 100 colônias = 2.500 milréis. 100 ou mais colônias por 2.200 milréis por cada colônia. Condições de pagamento: 10 a 20% no ato da assinatura do contrato; 30% entre 60 a 90 dias e o restante 50% em dois anos com juros de 8% no último ano. Essa taxa, no entanto, ainda pode ser negociada. **Compradores que saldarem suas dívidas, quitando-os entre 60 – 90 dias, terão abatimento de 10% sobre os preços acima anunciados.** Lotes/terrenos urbanos serão vendidos a 700 réis/m². Chácaras entre 10 – 50 mil m², ao lado da cidade, serão vendidas entre 50 a 100 réis/m².¹⁷⁶

A posição da colônia em relação à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, considerada pelo colonizador José Petry a mais importante do Brasil, é constantemente ressaltada na propaganda, o que facilitaria uma lucrativa indústria madeireira, já que ainda existiam áreas cobertas de mata de pinho de primeira classe. Além da madeira, as grandes e férteis terras de Marschall Hindenburg possibilitavam os mais variados tipos de exploração agrícola e pastoril. Para ampliar o estímulo à migração, José Petry apelava para a inteligência dos colonos teutos para que conhecessem o local. Por fim, são explicados os procedimentos pelos quais os interessados ali chegassem sem problemas. Orientações desde o desembarque no porto de São Francisco do Sul, passando pela viagem de Perdizes a Marschall Hindenburg, hospedagem e possibilidades de moradia não deixavam dúvidas quando a eficiência do Colonizador José Petry no que se refere a sua Companhia.¹⁷⁷

Esses textos eram em sua maioria exagerados, apesar de descreverem com veracidade lotes com solos férteis, empolgavam os migrantes com a existência de estradas que permitiam o acesso a outras vilas e cidades, benfeitorias que facilitariam suas vidas e, com especial destaque, a densa floresta que cobria toda a região. Apesar dessa riqueza em

¹⁷⁶ Ibid., (Grifo no original).

¹⁷⁷ Ibid.

madeiras nobres poder reverter-se em lucro imediato, pois existia grande interesse por parte das serrarias, especialmente a Southern Brazil Lumber Co., proprietária de uma grande serraria em Três Barras e uma "filial" desta em Calmon, não ficava claro nas propagandas as dificuldades de explorá-la. A importância da floresta que cobria os lotes coloniais era tão grande que em alguns contratos a Lumber, assim como outras companhias, estipulava cláusulas específicas sobre como o colono poderia dispor dela. Como o processo de compra de terras por Bertholdo Mendes de Queiroz, com área de 3.630.000 m² no distrito de Ouro Verde em 1928:

a outorgante reserva para si:

a madeira de qualquer espécie existente na aludida parte de terras, ficando o outorgado obrigado a evitar que lhe sejam danificadas por fogo ou outras causas sob pena de responder por seu valor; o direito de retirar as madeiras reservadas em qualquer tempo e de construir, na mencionada parte de terras, estrada de ferro ou de rodagem, trafegando-as enquanto lhe convier, sem obrigação de indenizar qualquer danos que resultem dos serviços a seu cargo; o outorgado entretanto poderá utilizar-se, para suas necessidades, de dois pinheiros ou de duas árvores de madeira de lei por alqueire, no máximo, prestando autorização escripta do fiscal da outorgante[...]¹⁷⁸

O resultado da venda de lotes foi extremamente satisfatório. Muitos migrantes instalaram-se na região; uns vieram com suas famílias, outros sozinhos, com a intenção de constituir família no local. Esse processo iniciou-se logo após a criação e início dos trabalhos da Brazil Lumber and Colonization Co. em 1908, porém, consolidou-se e tornou-se intensa nos anos posteriores a Guerra do Contestado, a partir de 1917, quando da criação dos primeiros municípios na região e da anexação definitiva desse território ao Estado de Santa Catarina. “Desde o período colonial, as unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo (e, a partir de 1853, do Paraná) disputam a jurisdição sobre a região do planalto serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçu e ao sul do rio Negro.”¹⁷⁹ Além disso, a transferência de Lages da Província de São Paulo para Santa Catarina em 1820, apenas estendeu os problemas de disputa de limites para o sertão.

¹⁷⁸ Processo de venda de terras da Lumber a Bertholdo Mendes de Queirós, Comarca de Porto União em 16 de outubro de 1928. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁷⁹ MACHADO., op.cit., p. 124.

A indefinição quanto aos limites do território do termo municipal de Lages e a ocupação do Iguazu e dos campos de Palmas por paulistas e paranaenses fariam com que esta questão fosse objeto de polêmica durante todo o século XIX. (...) Durante o século XIX, como o comércio do caminho das tropas passou a ser encarado pelas províncias como algo tributável, conflitos institucionais a respeito da colocação e retirada de barreiras fiscais motivaram algumas medidas do governo imperial, no intuito de estabelecerem jurisdições provisórias, enquanto a disputa principal em torno dos campos de Palmas não tinha seu desfecho definido.”¹⁸⁰

As violações territoriais impetradas pelo Paraná e a apatia das autoridades catarinenses criaram um profundo desgaste político na região¹⁸¹. Essa questão sofreu intervenção do Supremo Tribunal Federal pela primeira vez em 1904 e a sentença foi favorável a Santa Catarina, o que provocou uma exaltação dos ânimos na região. Nesse ano os Estados fazem um acordo de divisas provisório, a oeste pelo Rio do Peixe e ao norte pelos municípios de União da Vitória e Rio Negro. "Essa concordância não pôs fim aos novos conflitos, uma vez que não eram claros os limites dos municípios acima citados"¹⁸². O Paraná recorreu da sentença de 1904 e em 1909 a sentença anterior, a favor de Santa Catarina, foi confirmada. Para a defesa de sua causa o Paraná contratou Rui Barbosa que entrou com embargos às sentenças anteriores, embargos esses rejeitados pelo STF. Apesar do ganho de causa, a execução da sentença não cabia ao STF – Superior Tribunal Federal, e arrastou-se por alguns anos ainda¹⁸³.

A Guerra do Contestado desenrola-se nesse período de indefinição de fronteiras e, um novo acordo, negociado entre os dois Estados, é evitado pelo então governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, até o fim de seu mandato em 1914. No governo Felipe Schimdt (1914-1917), Santa Catarina consegue uma negociação vantajosa, sendo reconhecidos os rios Negro e Iguazu até União da Vitória, como divisa definitiva entre os estados litigantes¹⁸⁴. “As disputas de terras e a precariedade das posses dos pequenos lavradores era crítica nas regiões de jurisdição contestada com o Paraná. A indefinição das respectivas jurisdições estaduais apenas acentuava os aspectos violentos que revestiam a luta pela posse da terra.”¹⁸⁵

¹⁸⁰ Idem., p. 125.

¹⁸¹ Idem., p.116.

¹⁸² Ibid., p. 123.

¹⁸³ Ibid., p. 125

¹⁸⁴ Ibid., p. 126.

¹⁸⁵ Ibid., p. 127.

O fim do conflito se dá em 1916 quando os governadores Felipe Schimdt (SC) e Afonso Camargo (PR) assinam um acordo. Nesse acordo, os limites que passam a vigorar são: "ao norte com o Estado do Paraná: a partir da nascente do rio Peperi-Guaçu, segue pelo divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Iguazu, rumo leste até o rio Jangada; a oeste, com a República Argentina: iniciando na foz do rio Peperi-Guaçu, no rio Uruguai, segue o rio Peperi-Guaçu acima até sua nascente".¹⁸⁶ Após essas definições no que diz respeito a posses e limites, o governo do Estado de Santa Catarina vê a necessidade premente de povoar as terras conquistadas e cria em 1917, através da lei n. 1.147 os municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba¹⁸⁷.

Essa política ligada ao estímulo à colonização de descendentes ítalos e teutos não levou em conta muitas posses dos pequenos agricultores, em sua maioria caboclos que habitam a região durante o período da Guerra do Contestado e mesmo antes disso, e não tinham dispositivos, como demarcação de terras e registro em cartórios, para regularizar o que até então eram suas terras. Essa expropriação contribuiu em muito para a instabilidade na região. Somando-se a isso, o grande número de pessoas que ficaram na região, sem "trabalho", após a conclusão da estrada de ferro SP - RG e o início da "tomada da área" por parte da Lumber, com a conseqüente derrubada da mata (incluindo os ervais) e as fontes de subsistência dos habitantes locais, foram determinantes para que houvesse um início de "resistência organizada" contra a nova realidade local.¹⁸⁸

As colônias tinham quase que a totalidade de seu território coberto por florestas, como cita o relatório do colonizador Alberto Schmitt apresentado à Diretoria de Terras e Colonização em 1934. O relatório refere-se a duas colônias sob direção da empresa colonizadora "Alberto Schmitt"; as referidas colônias são "Colônia 15 de Novembro" então pertencente ao município de Porto União e a área de "São Bento e Rio Bonito" (parte do atual município de Videira). A colonização nessas áreas iniciou em 1918 e o relatório, após fazer referencia à divisão dos lotes, preços e produção, atem-se às "condições geraes naturaes" e "solo e cultura". O autor destaca que

a hydrografia é exelente, sendo que as terras são cortadas por muitos rios e arroios, afluentes do Rio do Peixe, de modo que cada lote é banhado por águas correntes; mata

¹⁸⁶ ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. op.cit., p. 8.

¹⁸⁷ NODARI, E., op.cit. p. 28.

¹⁸⁸ Mais informações sobre o tema ver MACHADO., op.cit.

virgem, não existe campo (...) A qualidade geral do solo é humoso; a cor do solo é escura (tosca); na qualidade das matas predomina a de mato branco, encontrando-se pinheiros ralos e ainda alguma mancha de pinheiro fechado e de grande porte, sendo as demais madeiras de lei, como: angico, sedro (sic), louro, cabriúva, etc.¹⁸⁹

Os preços apresentados pelo colonizador nessa área eram os seguintes: “a) na venda avulsa de 180\$ - 200\$000 por hectares; b) em maior quantidade menos 15 - 20%; c) nos casos de "a" e "b" de 30%; d - juros de 6% ao anno e prazo ate dois annos; e - 10% de desconto sendo a vista”.¹⁹⁰

Apesar de ser uma área aparentemente sem incidência de pinhais, que era uma característica das terras de Floresta Estacional Decidual ou mata branca, onde parte das terras das citadas colônias estava inserida, a existência de outras madeiras nobres usadas como atrativo para a aquisição dos lotes, vem corroborar a realidade catarinense das duas décadas anteriores e que já despertava preocupação no governo sobre a necessidade de explorar de forma ordenada e de reflorestar áreas já utilizadas. Prova disso é o decreto nº 25 de 23/02/1927 em que o então governador Adolfo Konder anuncia medidas para a defesa das matas e nascentes e exploração de terras devolutas. Essa preocupação era demonstrada com comparações entre o descaso brasileiro e a "ação protetora dos países organizados, que sempre precede o cuidado particular"¹⁹¹. A necessidade de uma defesa florestal que prevenisse o "desbaratamento inconseqüente", nas palavras de Adolfo Konder, das florestas do Estados, não se faz notar com a ênfase esperada, haja vista a grande transformação que a paisagem do Estado e em especial do Alto Vale do Rio do Peixe sofreu nas décadas seguintes.¹⁹²

A Colônia 15 de Novembro, demarcada e dividida em lotes para colonização em 1918, quando pertencia ao município de Porto União, englobava terras dos então distritos de Santelmo e Taquara Verde, com área de 5.800 hectares. A área de São Bento e Rio

¹⁸⁹ Processo de Terras. Legitimação de posse requerida por Alberto Schmidt no ano de 1935 junto ao Governo de Santa Catarina. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁹⁰ Id.

¹⁹¹ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo a 22 de julho de 1927, pelo dr. Adolfo Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. P. 39. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁹² Id.

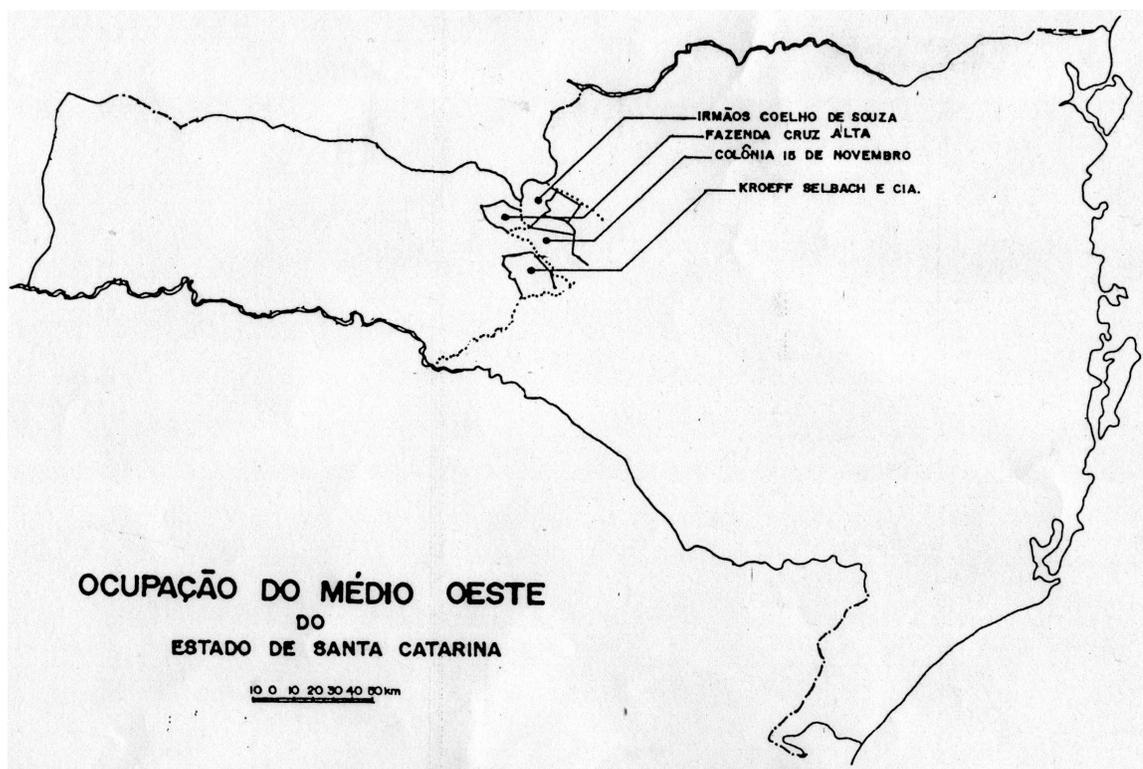
Bonito era de 4.500 hectares. De acordo com o que consta no processo de legitimação de posse adquirido por Alberto Schmitt,

estão escrituradas cerca de 460 lotes; os lotes vendidos e não escriturados são somente alguns; os lotes vendidos e não pagas são de numero 190; existem oito povoações; os lotes escriturados passa o numero de 400; não existem lotes pagos e não escriturados; area vendida e não paga 190 lotes; pelo ultimo recenseamento feito havia cerca de 60 intrusos nas minhas terra, porem, hoje esse numero deva ser bastante acrescido chegando para o menos de 100, continuando a invasão; (vae uma lista do nome dos intrusos hora conhecidos em separado) A existencia desse elemento muito me tenham prejudicado na minha colonização, apesar de serem convidados (sic) por diversas vezes, para adquirir as terras por eles ocupadas por preço comodo, nem tampouco entram num acordo para me vender os seus ranchos também por preço razoável, continuando fazendo estragos por toda a sorte, fazendo derrubadas em grandes extensões inutilizando as terras como também as condições meteorológicas pela devastação, soltando a criação por todos os terrenos, enfim, já se tornavam uma praga. Caso o governo não achará um meio, para terminar esse assunto por um meio administrativo, dando terras devolutas a esse elemento, serei obrigado a increisar (sic) em juízo, requerendo o despejo, pois, já não disponho mais de terra livre onde colocar os colonos em vista que os intrusos tomaram conta por todo o terreno, não admitindo entrada de colonos e, ainda estabelecendo-se algum, este não fara colheta, pois os animais soltos, estragam as plantações.¹⁹³

O relato aponta a questão dos intrusos que, segundo o declarante Alberto Schmitt, estão crescendo em número e danos causados à área e a dificuldade de vigilância e punição dos mesmos, apesar de serem pessoas conhecidas e acusadas nominalmente, como evidencia a lista de nomes que seguia o processo originalmente (lista essa que não foi encontrada quando da realização da pesquisa). O fato de esses intrusos serem convidados a adquirirem por um preço cômodo os lotes que haviam invadido, de acordo com o colonizador, e se negarem a isso, bem como a recusa em vender seus ranchos por baixo preço é entendida como uma afronta, acrescentando-se a isso as derrubadas em grandes extensões que eram vistas como responsáveis por alterações meteorológicas, como diminuição das chuvas e aumento da temperatura. A questão estava acompanhada de uma clara crítica ao governo que estava abstendo-se de uma atitude mais vigorosa para proteger a propriedade privada. Essa crítica estava permeada pela advertência de que se essa situação não fosse alterada não mais seria possível receber colonos que trariam progresso à região, isso seria algo maléfico para o colonizador e para o Estado.

¹⁹³ Processos de Terras. Legitimação de posse requerida por Alberto Schmitt no ano de 1935 junto ao Governo de Santa Catarina. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

As terras mencionadas no relatório do colonizador Alberto Schmitt podem ser observadas no mapa da figura 12, que mostra também áreas de propriedade dos Irmãos Coelho de Souza, da Fazenda Cruz Alta e de Kroeff Selbach e Cia., local denominado São Bento e que foi adquirido por Andréas Thaler, ex-ministro da agricultura da Áustria, passando a denominar-se Treze Tílias.



(Figura 12) Ocupação do Médio Oeste de Santa Catarina. In: PIAZZA, Walter. A Colonização de Santa Catarina. 2 ed. rev, aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

Outro exemplo dessa divisão de lotes são as terras do terreno “Rio do Peixe”, de propriedade de João Simeão Carneiro e outros, que foi originalmente medida em 1899 quando ainda pertencia ao Estado do Paraná e que, em 1934 foi legitimada em Santa Catarina e, posteriormente, loteada e vendida, figura 13. Essas terras fazem parte dos atuais municípios de Caçador, Rio das Antas, Videira e Macieira.

A lei nº 1.181 de 1917, sancionada pelo Governador de Santa Catarina após a Guerra do Contestado, estipulava em dois anos o prazo para que os proprietários de terras com títulos expedidos pelo Paraná e cujas terras agora pertenciam a Santa Catarina legalizassem suas posses, prazo esse que foi prorrogado. Esses pedidos e seus respectivos processos faziam uma descrição dos lotes em questão, passando dos marcos de limite até as estradas, benfeitorias e cobertura vegetal. Isso aparece muito claramente nas terras situadas no Distrito de Taquara Verde, então município de Porto União e que foram concedidas por legitimação de posse a Antonio Luiz da Costa, cujo título de propriedade foi expedido pelo governo do Paraná em 23 de outubro de 1900. A área era assim descrita:

Figura da area medida e demarcada: Poligono mixtilineo. Perimetro dez mil seiscentos e noventa metros lineares (10.690 ms). Area cultivada seis milhões trezentos e oitenta e seis metros quadrados. Area inculta não tem. Area total seiscentos e trinta e quatro hectares e sete mil trezentos e oitenta e seis metros quadrados (634 hec. 73^a 86 cen.) Aviventação dos rumos: não tem.¹⁹⁴

Além desses pontos, o proprietário destaca a inexistência de lavouras e o fato de o terreno ser todo coberto por faxinais¹⁹⁵, como podemos observar na figura 13, destinados a produção vacum e cavalari. As pessoas envolvidas no cultivo e exploração do terreno eram apenas o posseiro e sua família, sendo a parceria o sistema de serviço em vigor. Também recebe destaque a natureza dos terrenos e as culturas a que se adaptam que, segundo o colonizador, eram fumo, milho e outros cereais, além de a área demarcada não conter campos, matas ou capoeirões sendo a extensão dos faxinais de seis milhões trezentos e quarenta e sete mil e trezentos e oitenta e seis metros quadrados, sendo a única indústria explorada no momento a pastoril e a agrícola apresentando boas possibilidades.

Por fim, o terreno é descrito como sendo banhado pelo rio Quinze de Novembro, afluente da margem esquerda do Rio do Peixe e ser “atravessado por dois caminhos, uma picada que vai entroncar na estrada de Campos Novos e um caminho que se dirige para os moradores da Costa do Rio Preto. Em frente à barra do Rio Quinze de Novembro a vinte

¹⁹⁴ Rio do Peixe, terras requeridas por João Simeão Carneiro e outros no Município de União da Vitória em 1899. Terras originalmente medidas em 1899 quando ainda pertenciam ao Estado do Paraná e que, em 1934 foram legitimadas em Santa Catarina. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁹⁵ Segundo Klein, op. cit., 1978, faxinal é uma área de transição entre Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista e é caracterizada também pela presença abundante de taquarais.

kilometros do terreno aproximadamente passa a linha de estudos da estrada de ferro São Paulo Rio Grande.”¹⁹⁶

O processo referente ao Arroio da Fartura é uma área de 6.347.386 m², legalizada em 10 de maio de 1920 na Comarca de Porto União, sem preço estipulado, mas cujas benfeitorias foram descritas e avaliadas sob título de bens móveis e imóveis:

Avaliação dos móveis e imóveis:

Uma casa de madeira de lei, pinho 500\$000.

Duas casas de madeira, digo de rachões cobertas de taboinhas 100\$000

Dois monjolos 50\$000

Cem cabeças de gado a 50\$000 = 5:000\$000

Cem animaes cavalaes a 30\$000 = 3:000\$000

Trinta cabeças de gado suino a 20\$000 = 600\$000

Total = 9:250\$000.¹⁹⁷

Esse processo de legalização de lotes junto ao governo do Estado de Santa Catarina consta, quando de sua legitimação, como área de faxinais e não contendo campo, matas ou capoeirões. Porém, quando da medição original em 1900, a descrição dos marcos de referência mostra como a paisagem da área era então e como se transformou nessas duas décadas:

(...)Esta testemunha do marco precedente é um pinheiro de 3 ms de circunferencia que vizei na direção sul e a distancia de 8 metros.

Este marco intermediario é uma imbuia de 1,80 m de circunferencia com tres faces falqueadas e a inscrição 1k. Esta colocada a direita da linha na altitude de 880 ms.

Esta testemunha do marco precedente é um pinheiro, na cabbeceira, digo, na beira da estrada que se dirige para os terrenos de Procopio da Costa. (...)

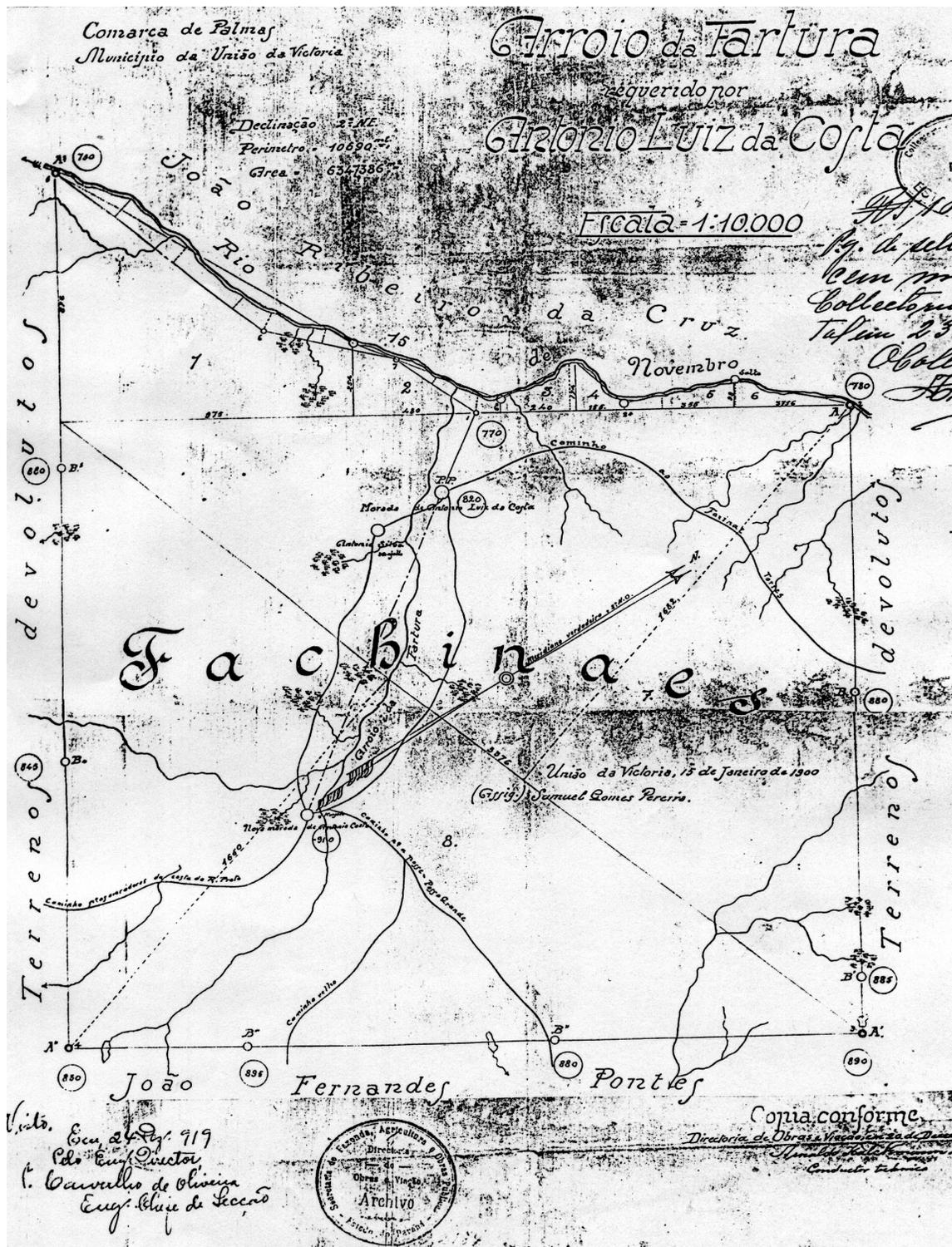
Esta testemunha do marco precedente é um cedro de 1,80 m de circunferencia que vizei na direção 55° S.º e a distancia de 9 metros do marco B³. (...)

Esta testemunha do marco precedente é um pinheiro de 2,20 m de circunferencia que vizei na direção 59° N.º e a distancia de 25 ms do marco A².¹⁹⁸

¹⁹⁶ Processo de legitimação de posse de Antonio Luiz da Costa, título de propriedade expedido pelo governo do Paraná em 23 de outubro de 1900. Acervo Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

¹⁹⁷ Arroio da Fartura, terras requeridas por Antonio Luiz da Costa, no Município de União da Vitória, Distrito de Taquara Verde, cujo título de propriedade foi expedido pelo governo do Paraná em 23 de outubro de 1900. Acervo Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

¹⁹⁸ Escritura pública de confirmação de promessa de compra e venda de terras entre a Southern Brasil Lumber Colonization Company e Bertholdo Mendes de Queiroz. Valões, 16 de outubro de 1928. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



(Figura 14) Arroio da Fartura, terras requeridas por Antônio Luiz da Costa no Município de União da Vitória, Distrito de Taquara Verde. Processo de legitimação de posse cujo título de propriedade foi expedido pelo governo do Paraná em 23 de outubro de 1900. Secretária de Estado da Agricultura de Santa Catarina. Acervo Secretária de Estado da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Como árvores do porte das descritas acima não surgiram em áreas de faxinais de forma isolada, temos um indício de como era a cobertura vegetal original do local e que foi, gradativamente, devastada e vendida para as serrarias da região para beneficiamento. No caso acima citado, as árvores de grande porte que restaram na propriedade foram, em sua maioria, as que serviram de marcos delimitadores do terreno.

3.3 Um novo desenho geográfico

O novo “desenho” da região, no que se refere a crescimento e progresso, deveu-se, sobremaneira, à estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, obra que veio na esteira das grandes ferrovias do Brasil. A grande expansão capitalista do final do século XIX e início do XX foi calcada na exportação de capitais, especialmente através da infraestrutura e do financiamento, de modo a ligar novos mercados.¹⁹⁹ De acordo com análise feita por Renato Nodari, “um dos instrumentos utilizados para essa expansão foi a construção de ferrovias. Aparentemente destinadas a levar o desenvolvimento às regiões mais atrasadas, essas obras serviram para garantir a exportação de mercadorias das indústrias siderúrgica e carbonífera, bem como garantir retorno sob a forma de juros sobre os capitais emprestados.”²⁰⁰ E, ainda segundo o autor, no tocante à Santa Catarina, “a preocupação com o progresso baseado na disponibilização de infra-estrutura por parte do Estado passou a ser uma característica marcante do pensamento político catarinense”.²⁰¹ Essas posições se refletem nas falas dos governadores do Estado, como na Mensagem do Coronel Gustavo Richard – Vice-Governador, em 29 de setembro de 1891:

A indústria e a lavoura ressentem-se extraordinariamente da falta de comunicações. Diversos municípios quase que se acham impossibilitados de comunicar-se com a capital por falta de estradas, impedindo assim de dar uma saída aos seus produtos. Enquanto não estiverem os municípios dotados de boas e numerosas vias de comunicação, muito sofrerão o comércio e a lavoura do Estado que só podem desenvolver-se com excelentes estradas que ponham em rápido contato o produtor e o consumidor.²⁰²

¹⁹⁹ NODARI, R., op.cit., 32.

²⁰⁰ Id.

²⁰¹ Ibid., p. 51.

²⁰² Id.

Esse novo interesse por parte do Brasil tem início com a “Lei Feijó”, sancionada pelo então regente do Império, em 31 de outubro de 1835, que visava ligar o Rio de Janeiro às capitânicas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia e serviu como impulso à construção de ferrovias em todo o país.

A “Lei Feijó”

estabelecia, entre outras vantagens, privilégio de quarenta anos, isenção de direitos de importação para todas as máquinas durante os cinco primeiros anos, cessão gratuita de terrenos necessários à estrada, se pertencessem ao governo, e o direito de desapropriação no caso de pertencerem a particulares, estabelecendo, ainda o prazo de oitenta anos para a concessão, findo o qual reverteria ao patrimônio nacional. Apenas não definia nem delimitava zona privilegiada.²⁰³

Mesmo não sendo executada no período proposto, essa lei é um indicativo da importância das ferrovias para o “desenvolvimento” planejado do Brasil, especialmente a partir de 1850. Como consequência desse interesse,

a lei nº 641, de 26 de junho de 1852, marca o início da segunda fase da história ferroviária do Brasil. Vasada em moldes mais práticos do as leis anteriores, isto é, cercando as concessões de favores mais sólidos e positivos, como o ‘privilégio de zona e a garantia de juros’, encerra a fase inicial, o período das tentativas e dos ensaios precursores, e abre a era em que efetivamente começa a construção de linhas férreas no país.²⁰⁴

Muitas ferrovias foram construídas no afã de levar o “progresso” aos sertões do Brasil. Em Santa Catarina, até a década de 1930, já existiam trilhos que ligavam Imbituba a Araranguá, de Blumenau a Rio do Sul, do Porto de São Francisco a Porto União e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande cujos trilhos atravessavam o Estado da cidade de Porto União à divisa com Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.

No Alto Vale do Rio do Peixe, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande cortava o território das então vilas de Caçador, que pertencia ao município de Campos Novos, e Santelmo, município de Porto União, como já citado anteriormente e que, posteriormente, em 1934, foram emancipados com o nome de Caçador, com terras dos municípios de Porto União, Cruzeiro/Joaçaba e Campos Novos. O município de Caçador recebeu esse nome

²⁰³ Id.

²⁰⁴ Ibid., p. 51.

devido a grande quantidade de caça que havia na região ainda quando fazia parte do distrito de Rio das Antas, município de Campos Novos. Em 25 de março de 1934 foi instalado o novo município com a posse do seu primeiro prefeito, Senhor Leônidas Coelho de Souza²⁰⁵.

De acordo com documento da prefeitura municipal de Caçador, de 11 de abril de 1935, o município já contava, um ano após sua criação, com uma população de 17.000 habitantes, distribuídos pelos distritos de Rio das Antas (atual município de mesmo nome), Rio Preto (atual localidade de Rio das Antas), Victória (atual Videira), São Luis (atual Iomerê), Taquara Verde e a sede Caçador. Todos esses distritos possuíam casas comerciais, serrarias, escolas estaduais ou municipais, igreja e alguns, agência do correios e hotéis.²⁰⁶

Esse forte e, relativamente, rápido crescimento do município deve-se, em parte, à estrada de ferro, que serviu, desde o princípio, como elo de ligação do Alto Vale do Rio do Peixe com o restante do país. É sabido que “a concessão dada pelo Império em 1889 a Teixeira Soares não previa somente a construção e exploração da ferrovia entre Itararé e Santa Maria, como também, implicitamente, o estabelecimento de núcleos coloniais ao longo dos trilhos. Por esta razão é que lhes foram cedidos, entre outros privilégios, os terrenos marginais à estrada.”²⁰⁷

Que a construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foi um grande impulso para a colonização do Oeste de Santa Catarina é fato amplamente discutido, entretanto, essa obra implementou o desenvolvimento das áreas em tornos dos trilhos ainda durante sua construção. O engenheiro Achilles Stengel, responsável pelo trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ainda em 1909, “providenciou a construção de 12 grandes armazéns, arrendados a particulares, para fornecimento aos trabalhadores, ao longo da extensão, junto às estações inauguradas, em construção ou a construir.”²⁰⁸ A criação dessas casas comerciais na região foi bem sucedida, o mesmo ocorrendo com a colonização das áreas marginais aos trilhos da estrada

²⁰⁵ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros v. XXXII. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. p. 49.

²⁰⁶ Texto datilografado da Prefeitura de Caçador de 11/04/1935. Original encontrado na Biblioteca Municipal de Caçador.

²⁰⁷ THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 177.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 95.

de ferro. Isso se deveu, em muito, aos incentivos e obrigatoriedades impostos pelo governo para que se cumprisse o prazo estipulado para a colonização, que era de 50 anos a começar em 1890, quando da assinatura do acordo entre Teixeira Soares e o Governo Federal. O mesmo incentivo ao progresso local estava presente na organização dos núcleos coloniais que, segundo Thomé, pretendia-se que se desse a partir da divisão desses em um número de cinco a cada 100 quilômetros, sendo que

cada núcleo deveria ter no mínimo 100 lotes rurais, que seriam vendidos aos imigrantes mediante pagamento à vista ou a prazo, em preços que dependeriam de aprovação do governo. Nestes núcleos, a companhia deveria proporcionar aos imigrantes todos os meios ao seu alcance para o melhor beneficiamento dos produtos, animando a criação e o incremento de pequenas indústrias, promovendo o estabelecimento de escolas de instrução primária e profissional gratuita, de campos de experimentação e demonstração, e construindo templos religiosos para os cultos professados.²⁰⁹

Apesar de a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande não aceitar todas essas cláusulas e contestá-las junto ao governo, muitas delas foram postas em prática no decorrer da colonização, dentre elas a abertura de estrada partindo das estações em direção ao interior e a instalação de sedes ao longo das linhas do trem.

Era também através da estrada de ferro que Caçador escoava seu produto mais valioso e que possuía em maior quantidade: madeira. A floresta Ombrófila Mista que cobria a região era a matéria prima das muitas serrarias do local. Das grandes às pequenas, estabelecimentos como a Serraria Duat e a Serraria Busato, instalaram seus barracões ao longo dos trilhos da Estrada de ferro e, em poucos anos foram as responsáveis pela mudança da paisagem local.

De acordo com depoimento de Luiz Paganelli, as serrarias eram responsáveis pela maioria dos empregos dos moradores locais que não se dedicavam à agricultura. Ele, migrante de origem italiana que se mudou para o Alto Vale do Rio Peixe aos quatro anos de idade com a família, provinda de Garibaldi, no Rio Grande do Sul. Filho de funcionário da Empresa Colonizadora Caçador Ltda, que contratou a construção da estrada de rodagem de Caçador a Curitiba em 1929.²¹⁰

²⁰⁹ Ibid., p. 179.

²¹⁰ PAGANELLI, Luiz Francisco. Entrevista realizada por Susana Cesco no município de Caçador em 06 de abril de 2004.

Tendo feito o curso de técnico em contabilidade no Colégio Aurora, referência educacional da região, Luiz Paganelli trabalhou como auxiliar de escritório da serraria Driessen, Irmão e Cia, no município de Caçador, posteriormente transferindo-se para a Madeireira Duat S.A. Toda a estrutura que pode ser observada na figura 15 estava destinada à fabricação de caixaria de araucária para consumo interno e para exportação. Comprando madeira serrada e beneficiada de serrarias menores, essa madeireira era, segundo o entrevistado, uma das oito que faziam o mesmo tipo de serviço na região do Alto Vale do Rio do Peixe. Com 250 funcionários trabalhando, além do pessoal do escritório, a Duat construiu casas para um certo número de funcionários, tendo os outros que alugar ou construir suas próprias moradias. Os salários eram pagos semanalmente e todos os funcionários eram registrados em carteira.²¹¹



(Figura 15) Madeireira Duat no final da década de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

O transporte por carroças era comum para a retirada das toras da mata e para o locomoção dentro dos pátios das serrarias e madeireiras, “na década de quarenta, que a

²¹¹ Id.

madeira estava mais explorada, havia registro na prefeitura de quase mil carroças²¹², posteriormente, esse trabalho foi feito por tratores. Quando do fechamento da Madeireira Duat, seus equipamentos foram vendidos separadamente.²¹³

Outra pessoa envolvida com a exploração e comércio de madeira na região é Ardelino Grandó. Filho de migrantes de origem italiana do Rio Grande do Sul, o entrevistado relata que veio

... da região de Carazinho, na época era Rio Colorado. Na época era um distrito de Carazinho, hoje é município de Colorado. Chamou-se antigamente de Boa Esperança e hoje é o município de Colorado no Rio Grande do Sul. Meus pais vieram em 1939. Na época que começava a industrialização dos pinheirais. Aqui era região de araucárias densas, só tinha araucária. Vieram e montaram serrarias. Quem trouxe meu pai foi Antonio Castelli, um senhor já falecido a tempo. E meu pai trabalhava pra família Castelli no Rio Grande do Sul em Serraria e convidou meu pai pra ser seu sócio e vieram e montaram uma serraria aqui na região de Taquara Verde.²¹⁴

Em seu depoimento Grandó aponta fatos interessantes sobre a exploração madeireira local, como a mudança das serrarias de menor porte. Instaladas em meio a matas ela exploravam a área circundante por alguns anos e depois, quando as árvores de grande porte esgotavam-se, eram desmontadas com seus equipamentos transportados e novamente instaladas em outros locais de floresta. Segundo o entrevistado esse procedimento era comum por tornar mais fácil o transporte da madeira por animais até serrarias maiores ou até os barracões as margens dos trilhos da estrada de ferro onde era estocada pois as distâncias seriam menores, como pode ser observado na figura 16.²¹⁵

Quando sua família instalou-se em Caçador, foi com o objetivo de montar uma serraria, atividade já exercida no Rio Grande do Sul. Além de comprar terras, a Madeireira da família Grandó comprou áreas de pinhais apenas para exploração. Muito parecida com a formação de outro entrevistado, Luiz Paganelli, Ardelino Grandó fez o curso de técnico em contabilidade no Colégio Aurora e trabalhou com o pai na madeireira da família, foi

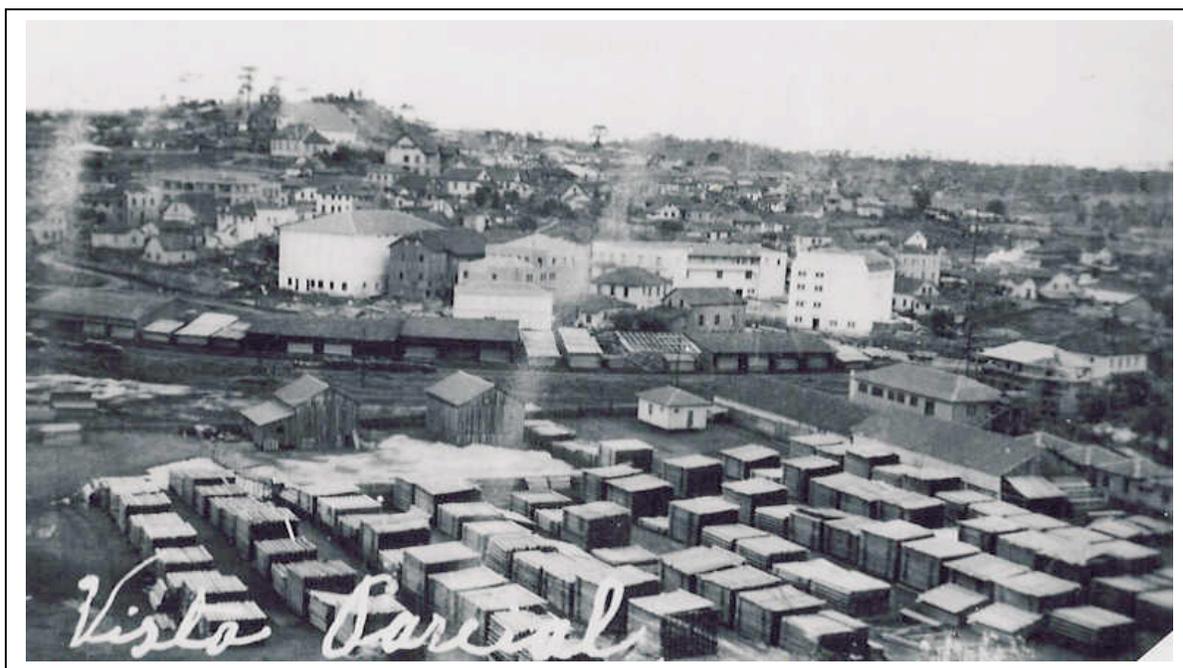
²¹² Id.

²¹³ Id.

²¹⁴ GRANDÓ, Adelino. Entrevista concedida a Susana Cesco. Caçador, 07 de abril de 2004.

²¹⁵ Ibid.

bancário e hoje a madeireira fundada pelo migrante que chegou em Caçador na década de 1930 trabalha com *Pinus eliotis* proveniente de reflorestamento.²¹⁶



(Figura 16) Vista parcial do município de Caçador em 1940. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

2.4 A Floresta do Alto Vale do Rio do Peixe

Conforme a classificação do Projeto *RADAMBRASIL*²¹⁷, o Estado de Santa Catarina é coberto por formação de Floresta Ombrófila Densa, que ocupa predominantemente o Litoral e se estende até as Serras Geral, do Mar e do Espigão, quando começa a Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença do pinheiro brasileiro (*Araucaria*

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ Sigla de um projeto cujo primeiro objetivo foi conhecer a realidade cartográfica e os recursos naturais da Amazônia. Foi criado em 1970, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), com o nome de Comissão de Levantamento Radagramétrico da Amazônia (CRADAM). Mais tarde, em 1975, tendo a área do projeto se estendido para todo o território brasileiro, passou a chamar-se Comissão Executora do Projeto RADAMBRASIL. Em 1985, o projeto foi integralmente incorporado ao IBGE, passando a figurar na estrutura deste Instituto e capacitando-o para desenvolver pesquisas de recursos naturais e meio ambiente, com o objetivo de formar uma memória nacional nesta área.

angustifolia). Além destes tipos, aparece a Floresta Estacional Decidual, característica do Vale do Rio Uruguai, no Oeste Catarinense.

Assim sendo, a região Oeste era coberta por duas florestas: a Floresta Estacional Decidual (FED) e a Floresta Ombrófila Mista (FOM). A Floresta Estacional Decidual (FED), anteriormente denominada de floresta Subtropical do Rio Uruguai, conhecida pelos colonizadores como a “Mata Branca” devido à ausência de pinhais, em oposição à “Mata Preta” (FOM), onde há a ocorrência de pinhais, compreende uma superfície aproximada de 47.000 km², sendo localizada, principalmente, no Extremo-Oeste.

A FOM está circunscrita a uma região de clima pluvial subtropical, ocorrendo abaixo do trópico de Capricórnio, em altitudes que variam de 500 a 1.200 metros, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrendo ainda em regiões mais elevadas dos estados de São Paulo e Minas Gerais e, ainda, na parte nordeste da Argentina, na Província de Misiones, divisa com Santa Catarina, ocupando os mais diferentes tipos de relevos, de solos e de litologias, geralmente em latitudes maiores que 23^o.²¹⁸

Como pode ser observada no mapa “Domínios da Mata Atlântica e associações da FOM no Estado de Santa Catarina”, figura 07, a região do Alto Vale do Rio do Peixe, objeto desse estudo, tem a predominância da FOM na associação araucária (*Araucaria angustifolia*) e imbuia (*Ocotea porosa*), erva mate (*Ilex paraguayensis*) e sapopema (*Sloanea lasiocoma*) e, em menor escala, pelos campos com capões e bosques de pinheiros. As características das espécies que predominavam no local foram elementos importantes na direção que a colonização da região tomou. Uma análise mais específica dessas espécies serve como explicação para os usos atribuídos a elas.

A erva mate (*Ilex paraguayensis*) é uma árvore de 10 a 15 metros de altura com tronco reto, de 20 - 40 centímetros de diâmetro. Ocorre em regiões sub-tropicais e temperadas da América do Sul, abrange além do Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Colômbia, a Bolívia, o Peru e o Equador. No Brasil encontra-se em formações naturais e ambiente ecológico peculiar determinado pelos grandes rios Paraná, Paraguai e Uruguai.²¹⁹ Geralmente está associada ao pinheiro e a imbuia. Os maiores ervais se encontram na

²¹⁸ HUECK, K. Distribuição e habitat natural do Pinheiro do Paraná. **Bol. Fac. Fl. Cien. Univ. São Paulo. Botânica**. 10: 1-24, 1953.

²¹⁹ REITZ, R.; KLEIN, R.M.; REIS, A. **Projeto madeira de Santa Catarina**. Herbário Barbosa Rodrigues - Itajaí - Santa Catarina, 1978. p. 168 - 175.

região dos imbuiais ao norte do Estado de Santa Catarina, desde Campo Alegre até Xanxerê, no noroeste. Ocorre principalmente nas matas de imbuias em solos úmidos, compactos e pouco inclinados, onde por vezes se torna bastante abundante, como, aliás, em todas as matas da parte norte do planalto catarinense. Cresce preferencialmente nas associações mais evoluídas dos pinhais, onde predomina a imbuia (*Ocotea porosa*), a sapopema (*Sloanea lasiocoma*) e menos freqüente nas associações caracterizadas pela canela-lageana (*Ocotea pulchella*).²²⁰

O uso desta planta como bebida tônica e estimulante já era conhecido pelos índios da América do Sul. O nome “mate” vem da palavra quéchua “mati” que significa cuia, cabaça. O uso da cuia e da bomba com que se toma esta erva em infusão ainda hoje é largamente usado. É o apreciado chimarrão. Além do chimarrão, a erva era usada para chá e para a indústria de tinturas.

A imbuia (*Ocotea porosa*) é árvore comumente de 15 a 20 metros de altura e com diâmetro de 50 a 150 centímetros na altura do peito; tronco grosso tortuoso, formando copa ampla, pouco densa de folhagem verde-clara muito característica. Ocorre em vastas áreas ao norte do Estado de Santa Catarina na linha Campo Alegre - São Bento - Mafra - Porto União onde foi a árvore mais importante depois do pinheiro, imprimindo a fisionomia à paisagem. Era a dominante nas sub-matas dos pinhais. Estende-se em sentido oeste até Água Doce, Xanxerê e Concórdia, cobrindo aproximadamente a metade do planalto. Em manchas isoladas, cresce também na zona da mata atlântica (municípios de Imbuia, Anitápolis e São Bonifácio, onde atinge a Serra do Tabuleiro).²²¹

No planalto norte catarinense a imbuia apresenta uma freqüência bem elevada em virtude de sua distribuição bastante uniforme através das diversas condições edáficas. Pode ser observada desde o fundo dos vales até o alto das encostas, sem pronunciadas alterações na sua freqüência. Nas submatas dos pinhais constitui a árvore mais abundante, tendo sido encontrada comumente de 6 a 20 imbuias bem desenvolvidas por hectare.²²²

Tratando-se de árvore característica dos pinhais do planalto e de submatas mais desenvolvidas, suas plantinhas são pouco exigentes à luz, crescendo preferencialmente em ambiente de sombra e de umidade do ar elevada com crescimento bastante lento. Madeira

²²⁰ Ibid.

²²¹ REITZ, R.; KLEIN, R.M.; REIS, A. op.cit. p.190.

²²² Ibid., p. 195.

dura, pesada, muito variável, indo do pardo-claro-amarelo ao pardo-escuro-avermelhado, mais comumente marrom-escuro ou clara, geralmente percorrida por finos veios paralelos ou manchas escuras ou ainda, onduladas, formando por vezes desenhos variados. Extremamente durável também em obras expostas e por isso utilizada em construção civil, móveis, dormentes e carpintaria²²³. Essas características relativas à utilização e ocorrência são semelhantes no caso da sapopema.

Em traços gerais, o pinheiro se encontra formando agrupamentos densos, principalmente na parte leste e central do planalto meridional do Brasil, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grandes do Sul. A área de ocorrência do pinheiro era de aproximadamente quatro vezes a superfície do Estado de Santa Catarina²²⁴. De acordo com o estágio de desenvolvimento do pinhal, das condições edáficas ou ambientais, a frequência do pinheiro era muito variável, indo sua quantidade desde apenas 1 (uma) até mais de 200 árvores por hectare. (1 ha = 10.000 m)²²⁵

Na região das imbuías, não obstante sua elevada produtividade em madeiras, a quantidade de árvores por unidade de área, não era tão elevada. Nesta área predominavam os bem desenvolvidos pinheiros com o tronco grosso e muito elevado, que chamou a atenção dos exploradores.²²⁶ O pinheiro ocupa preferencialmente as depressões dos campos, cursos d'água, onde se iniciam os capões e matas de galeria, que se estendem por quase todos os campos.²²⁷ Essa grande qualidade madeirável, a quantidade e o porte dessas árvores explicam porque a região que, em 1934, compreendia o recém criado município de Caçador, já tinha registrado mais de 50 serrarias um ano após a emancipação²²⁸. Número significativo para uma área de colonização tão recente.

²²³ Ibid., p. 196.

²²⁴ Ibid., 245.

²²⁵ Ibid., 246.

²²⁶ Ibid., 146.

²²⁷ Ibid., 244 - 248.

²²⁸ Texto datilografado da Prefeitura de Caçador de 11/04/1935. Original encontrado na Biblioteca Municipal de Caçador.

3.5 Transformando “paisagem” em produto: a Indústria Madeireira

Empresas como a Serraria Duat e a Serraria Busato entre outras, beneficiavam as toras de pinheiro, imbuia e outras. A remoção das cascas de pinheiros, a transformação em tábuas ou laminados de madeira era seguida pela estocagem nos inúmeros barracões que essas serrarias possuíam ao longo da via férrea. Dali, essa madeira era carregada nos trens e transportada para os portos de destino, nesse caso, em sua maioria, para São Francisco do Sul, onde eram escoados para Argentina, Rio de Janeiro e São Paulo.²²⁹

Até a construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande a produção madeireira no Alto Vale do Rio do Peixe era pequena, devido às dificuldades de escoamento do produto, além do fato de a madeira só ser efetivamente explorada a partir da colonização da região. Sem o transporte ferroviário, o local estaria “isolado” dos grandes centros consumidores, pois não possuía sequer as “facilidades” naturais para escoamento, como o caso de todo o Vale do Rio Uruguai, onde a produção madeireira era levada, através de balsas, que desciam o rio, navegável desde sua nascente até sua foz. Tendo como mercado a Argentina.

Portanto, a devastação é mais rápida devido, em grande parte, à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Por isso também ser conhecida a “vocaçãõ” madeireira do Alto Vale do Rio do Peixe. Essa produção, especialmente na década de 1930, foi tão grande que causou preocupação no Sindicato Patronal dos Madeireiros de Santa Catarina e provocou a Assembléia Geral dos Madeireiros Catarinenses. Esse sindicato levou o assunto ao Congresso dos Madeireiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que se realizou em Curitiba na primeira semana de janeiro de 1940.

As medidas analisadas tinham por objetivo "descongestionar a superprodução"²³⁰ que, devido ao fato do inadequado desenvolvimento dos meios de transporte para escoamento da produção, inclusive as vias férreas do norte e centro do Estado, provocou um temor de baixa nos preços da madeira, aliado a conjuntura de guerra que o mundo estava enfrentando. No ápice da II Guerra Mundial as exportações de madeira não estavam em alta e essa realidade só veio somar ao problema anterior da superprodução. Grande

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Congresso de madeireiros em Curytiba. In: Jornal **A Imprensa**. Caçador. 21 de janeiro de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

quantidade dessa madeira estocada nos pátios das serrarias e ao longo das vias férreas levou o preço da madeira em 1933 ao mais baixo registrado nos últimos dez anos, devido em muito por ser um período de recessão mundial decorrente da crise de 1929. Diante disso, medidas de controle da abertura de novas serrarias, bem como as restrições impostas principalmente aos Estados do Paraná e Santa Catarina, os maiores exportadores, foram entendidas como necessárias economicamente, não tendo relação direta com a conscientização de preservar as florestas.

Um dos resultados da portaria de 08 de fevereiro de 1940 foi o estabelecimento, por parte da Comissão da Economia Nacional, de quotas para vagões. Essa decisão passou por uma verificação da capacidade produtiva das empresas madeireiras de Santa Catarina e do Paraná e percentualizou a exportação para cada estabelecimento, além de determinar...

[...] “proibição de montagens de novas serrarias e fábricas de beneficiamento; será estabelecida a padronização da madeira para exportação; os exportadores de madeira farão o seu registro de acordo com as instruções que forem baixadas, na secretaria de indústria e comércio. - para os Estados do Paraná e Santa Catarina: limitação até 70% da capacidade prática de produção das serrarias; as estradas de ferro fornecerão mensalmente um quadro sobre a capacidade de transporte para o mês seguinte, nas estações de embarque de madeira; de acordo com esse quadro será atribuída a cada serraria um quota de transporte que não excederá a uma porcentagem capaz de equilibrar o comércio de madeira na atual emergência”²³¹.

Essa situação tida como emergencial gerou algumas medidas para os três Estados do Sul, enquanto que as outras medidas, específicas para Paraná e Santa Catarina, ditavam a limitação a até 70% da capacidade das serrarias; as estradas de ferro passariam a fornecer um quadro mensal sobre a capacidade de transporte e, a partir disso, se estabeleceriam quotas para cada serraria, seriam supervisionadas por uma comissão com membros dos dois Estados e os pedidos de vagões para transporte só seriam atendidos mediante caução de 20% do total do respectivo frete²³².

Tais normatizações marcaram o surgimento de uma nova etapa na devastação das florestas do Alto Vale do Rio do Peixe. A atividade madeireira passou a ser institucionalizada, com sindicatos patronais e operários organizados que passam a olhar o meio ambiente da região não mais como uma fonte inesgotável de recursos, mas sim como

²³¹ Id.

²³² Id.

um "produto" que se não for repostado, esgotar-se-á. Surgem a partir de então as reservas madeiráveis e as áreas de reflorestamento que promoveram a inserção de espécies exóticas como o *Pinus eliotis* na região e passaram a cobrar o cumprimento do decreto lei nº 132 de 1938, cujos artigos passaram a ser matéria de destaque dos jornais locais. Um exemplo disso é o jornal *A Imprensa* de Caçador que transcreve, em sua edição de 28 de abril de 1940 o artigo 04 do citado decreto:

Para o conhecimento de V.S. transcrevo abaixo o artigo 4 do decreto Lei N. 132 de 11 de 1938. Art.4 E obrigatória o replantio das florestas de rendimento de composição heterogênea , povoadas de essências de valor econômico, como em Imbuia, Canela, Pinho, Cedro, Peroba, Óleo Vermelho, Arariba e outras que venham a ser declaradas. Parágrafo único – far-se-a o replantio na proporção de 1:1. estando se aproximando a época do plantio chamo a vossa atenção, para o que exige o artigo acima citado, do referido decreto, frisando que sera procedida uma rigorosa fiscalização nesse sentido e que, todo aquele que não satisfazer as exigências da Lei, incorrerá na multa prevista no artigo 16 do citado Decreto Lei, o qual abaixo transcrevo: Art. 16 – Pela não observância do artigo 4 e seu parágrafo, serão multados em 20\$000 por unidade de essências não replantadas os proprietários de florestas de rendimento em exploração.²³³

Essa preocupação com a defesa das florestas tem início em 1901 por iniciativas que não prosperaram da Seção Botânica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, porém, só se efetivou com a promulgação do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Tido como marco inicial da legislação florestal brasileira, esse decreto “coloca sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza.”²³⁴ Esse texto, muito geral, não deixa claro o que se entende por monumentos históricos artísticos e naturais ou locais dotados pela natureza. Isso se reflete no decreto nº 1.035, de 10/01/1939, que criou Parque Nacional do Iguaçu ou o decreto nº 1.713, de 14/06/1937 que criou o Parque Nacional de Itatiaia, todos fundamentados no artigo 180 da então Constituição Federal.

²³³ Decreto Lei N. 132 de 11 de 1938. Jornal **A Imprensa**. Caçador, 28 de abril de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²³⁴ Decreto nº 29.793, de 23 de janeiro de 1934. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D49875.htm. Consultado no dia 15 de janeiro de 2005.

O código florestal de 1934 já possuía as figuras de Floresta Nacional que era suscetível de exploração econômica e floresta Protetora, com o objetivo de proteger remanescentes em propriedades privadas. De 1934 (código florestal) até 1965 (novo código florestal) foram criados as Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, Protetoras e Remanescentes, e as reservas Florestais.

Em âmbito estadual, o decreto nº 132 de 11 de julho de 1938, determina providências para defesa do patrimônio florestal. No texto, assinado pelo então governador do Estado Nereu Ramos, recebiam destaque os seguintes pontos:

Considerando que há necessidade de preservar os tipos florísticos de valor econômico; Considerando que a supressão das essências de porte, como vem sendo feitas em várias localidades do Estado, acarreta profundas alterações na fertilidade das terras agricultáveis, nos mananciais, no clima e na salubridade locais; Considerando que a extração de madeiras, para quaisquer fins industriais, deve ser feita de modo que, pelo plantio, seja assegurada a feição de floresta originária; Considerando que cabe ao Governo do Estado estabelecer medidas de proteção e defesa às florestas; (...) Art. 1 – São consideradas no seu conjunto, bens de interesse coletivo, as florestas existentes no território do Estado, exercendo-se o direito de propriedade com as restrições que as leis em geral, Código Florestal e este decreto, determinarem. (...) Art. 4 – É obrigatório o replantio das florestas de rendimento de composição heterogênea, povoadas de essências de valor econômico, como imbuíã, canela, pinho, cedro, peroba, óleo vermelho, arariba e outras que venham a ser declaradas. (...) Art. 11 - As florestas de propriedade privada consideradas protetoras, no todo ou em parte, só poderão ser exploradas com autorização especial da autoridade competente, a quem caberá determinar o replantio, oportunidade, extensão e intensidade da exploração.²³⁵

Mesmo considerando que as autoridades federais e estaduais demonstravam interesse quanto à necessidade de preservar a natureza, não podemos esquecer outra necessidade do Estado e do país: progresso. Não podemos negar que houve destruição da floresta, porém, essas alterações profundas na paisagem do Alto Vale do Rio do Peixe e que são, hoje, vistas como destrutivas e invasivas, eram entendidas pelas pessoas desse período como consequência natural da necessidade de crescimento da região. O que atualmente é entendido como devastação ambiental era, no olhar das pessoas da época, o progresso chegando à região, uma região cujos recursos naturais pareciam inesgotáveis.

²³⁵ Decreto Lei N. 132 de 11 de 1938. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

No capítulo seguinte será apresentada e analisada uma série de imagens fotográficas da região em questão, permitindo uma melhor visualização do processo de ocupação e transformação do Alto Vale do Rio do Peixe, além de questionar as idéias de paisagem construídas e difundidas pelas fotografias será possível “ver” o local e as mudanças que os produtores dessas imagens queriam mostrar.

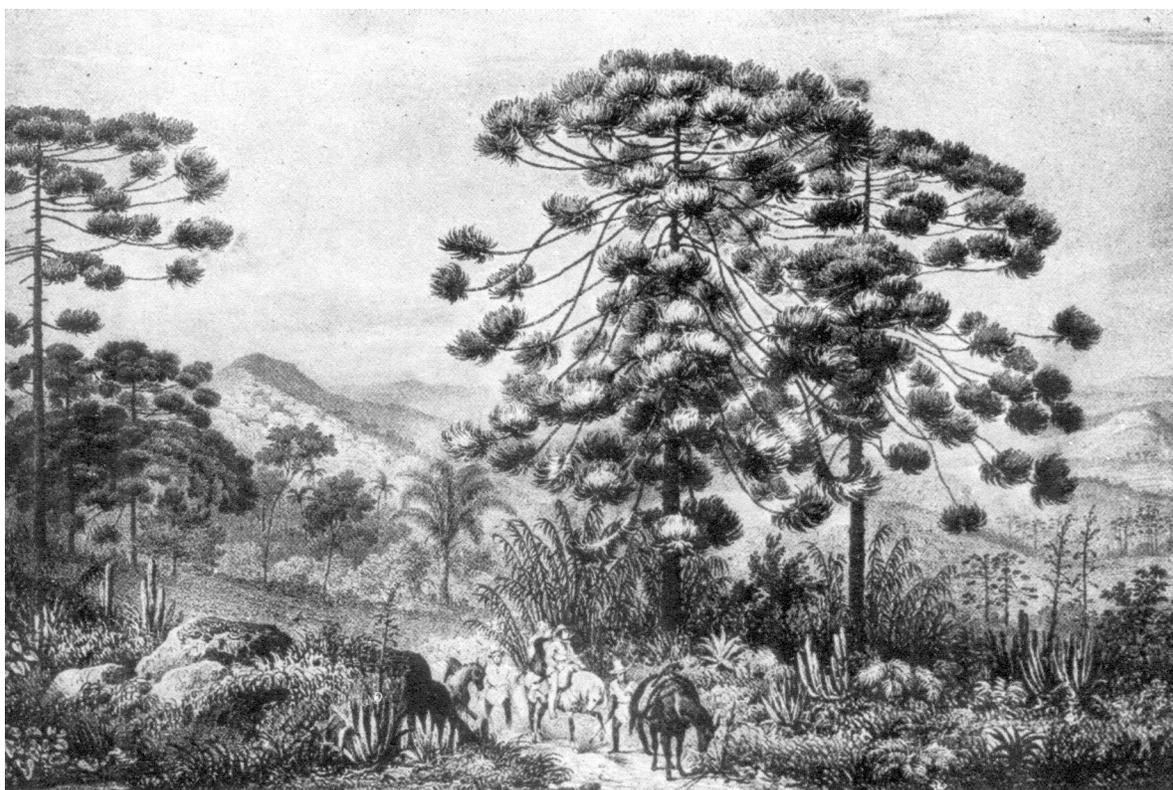
CAPÍTULO III

3. Imagens do Passado - As fotografias da região nas décadas de 1920 a 1950.

3.1 As transformações da paisagem observadas através de imagens e depoimentos.

Eu leio textos, imagens, faces, gestos, cenas, etc²³⁶.

A natureza geralmente foi representada pela pintura de forma bucólica e romântica. Um exemplo disso são as pinturas de Rugendas que retratam as florestas brasileiras, como a “Floresta Virgem de Mangaratiba” no Rio de Janeiro ou a “Serra do Ouro Branco” em Minas Gerais que, acompanhadas de um comentário do próprio artista, dão a dimensão exata de como eram vistas essas florestas.



(Figura 17) Serra do Ouro Branco na Província de Minas Gerais. In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo: Martins, 1940-1952. v. 01.

²³⁶ BARTHES, Roland. In: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru – SP: EDUSC, 2004. p. 213.

Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido.²³⁷

Essa natureza era representada como cenário para a atuação de índios e desbravadores, esses sim, os personagens da história. A natureza “existia unicamente para servir os humanos”²³⁸, haja vista que o homem se vê como separado dela. Essa percepção de que fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais ou de que cada sociedade e a cultura humana são inteligíveis apenas em si mesmas ignora a formação física do planeta e como essa formação condicionou as manifestações culturais humanas em diferentes locais.

A idéia de natureza foi alterada, gradativamente, pela História quando esta passou a considerar as paisagens como construções culturais muito mais que naturais, uma vez que “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia”²³⁹ e, a idéia de paisagem das sociedades contemporâneas é permeada pela presença humana, pois como afirma Simon Schama, “o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local, pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”²⁴⁰. A percepção de natureza, transformada pela intervenção e pelos olhos do homem, passa, especialmente a partir do século XVIII, a “ser considerada por si mesma. Mas até aquela que parece ser a mais fiel das imagens não passa da tradução de uma tomada de posição filosófica”²⁴¹. Esse papel ocupado pelo homem de modificador do espaço geográfico não é mais que uma posição “natural” tendo em vista que esse homem é parte do meio que transforma. Sua interação com o local que habita ocorre em escala diversa de outros animais, mas não é e em momento algum pode ser considerada como fator externo. O homem também é a natureza que ele modifica. “Quando as imagens visuais, dentre elas a fotografia, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funcionam como

²³⁷ RUGENDAS, citado por ARRUDA, G.op. cit. p. 73.

²³⁸ THOMAS, op.cit., p. 22.

²³⁹ SCHAMA, op.cit., p. 17.

²⁴⁰ Id.

²⁴¹ BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. op.cit. p.1.

mediadores e não como reflexo de um dado universo sociocultural (...) Pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica.”²⁴²

No entender de Maria Eliza Linhares Borges, se considerarmos que “para além de sua dimensão plástica, elas (as fotografias) nos põe em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários”²⁴³, podemos, a partir de uma seleção de imagens fotográficas do Alto Vale do Rio do Peixe, local objeto dessa pesquisa, analisá-las não como uma ilustração da região em questão, mas como uma fonte para avaliarmos a construção dos conceitos de paisagem empregados historicamente para representar as transformações ambientais chamadas de “progresso”. Essas imagens visuais “são formas simbólicas cujo significado não existe de *per se*”²⁴⁴, são representações que variam de acordo com os códigos culturais de quem as produz. Esses códigos, retratados nas idéias de paisagem construídas para a região, produziram muitas imagens fotográficas do Alto Vale do Rio do Peixe que serão aqui discutidas. Essas observações oferecem pistas aos espectadores no que se refere aos pequenos detalhes das imagens que, de acordo com Peter Burke, são representações públicas de um eu idealizado²⁴⁵ e que, apesar de seu “efeito de realidade”, expressão cunhada por Roland Barthes²⁴⁶, precisam ser contextualizados pelo historiador, sem partir de um pressuposto de realidade. Essas imagens, mesmo que apresentadas com aparente realismo, podem ter sido selecionadas para mostrar um determinado detalhe. Como exemplo disso, temos

as primeiras fotografias de cidades [que] mostram com freqüência ruas implausivelmente desertas para evitar os borrões nas imagens causados pelos movimentos rápidos, ou representam pessoas em poses estereotipadas, como se os fotógrafos tivessem sido inspirados por pintores antigos. De acordo com suas atitudes políticas os fotógrafos escolhiam representar as casas mais deterioradas, a fim de apoiar a campanha pela extinção dos cortiços, ou os de melhor aparência, para se oporem a isso.²⁴⁷

Essa construção de uma imagem de realidade, muito presente em pinturas e fotografias de reis e governantes, apresenta uma dimensão mais clara do quanto o fotógrafo

²⁴² BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 18 e 19.

²⁴³ Ibid., p. 79.

²⁴⁴ Ibid., p. 80.

²⁴⁵ BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru – SP: EDUSC, 2004., p. 85.

²⁴⁶ BARTHES, R. apud. BURKE, P. op.cit., p. 26.

²⁴⁷ Ibid., p. 106.

ou pintor sente-se livre para selecionar tema, moldura, lentes, de acordo com sua sensibilidade.²⁴⁸

Usando essa mesma forma de análise para fotografias tiradas do Alto Vale do Rio do Peixe, podemos perceber como a imagem da região foi estrategicamente construída para atrair compradores para os lotes demarcados pelas companhias colonizadoras, especialmente a partir da década de 1920. Essa análise requer, a princípio, uma discussão sobre a paisagem local usada como atrativo e, com mais ênfase, uma discussão sobre os conceitos de paisagem usados por historiadores, geógrafos e intelectuais que permitem uma compreensão mais ampla das apropriações e recriações da imagem local.

Levando em conta conceitos como o de Vítor Antônio Peluso Júnior em artigo publicado no Boletim Geográfico do Estado de Santa Catarina de 1947, onde entendia paisagem como:

Quando damos ao ambiente que nos cerca o nome de paisagem? Não o aplicamos, sem dúvida nenhuma, ao céu manchado de nuvens, ao rio de águas serenas, à casa ensolarada ou à planície que se estende à aba das montanhas, se a esses elementos olharmos isoladamente. Chamá-lo-emos de paisagem, porém, se o virmos em conjunto, como unidade, ainda que essa unidade não obscureça a relevância dos pormenores.²⁴⁹

É nossa intenção analisar os motivos pelos quais as fotografias aqui apresentadas retratam determinados ângulos em detrimento de outros. Outras abordagens para o tema “paisagem” podem contribuir para percebermos como algumas regiões foram “moldando” sua imagem a determinados interesses. Para o geógrafo alemão Leo Waibel, “a paisagem, no sentido usual, é aquele recorte da superfície terrestre, e a correspondente abóbada celeste, que cabe no horizonte que podemos enxergar a partir de um determinado ponto. Nós sempre enxergamos a paisagem em perspectiva²⁵⁰”. Outra abordagem de paisagem, para a geografia, surge com mais força, segundo Waibel, após a I Guerra Mundial. Essa abordagem dava ênfase às formas de relevo em detrimento da geografia dos homens. Surge então uma diferenciação entre paisagem natural e paisagem cultural.

²⁴⁸ Ibid., p. 27.

²⁴⁹ PELUSO JR. Vítor Antônio. Paisagens catarinenses. In: **Boletim Geográfico do Estado de Santa Catarina**. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. IBGE, ano 1, janeiro de 1947, n^o1.

²⁵⁰ ETGES, Virgínia Elizabeta. **Geografia Agrária - a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 89.

Por isso nós, hoje, também falamos de paisagem natural, pela qual entendemos a manifestação dos fenômenos da natureza e a colocamos lado a lado com a paisagem cultural, que só abrange o que resulta da ação dos homens. Uma tal paisagem natural é, por exemplo uma floresta desabitada ou um deserto. Num sentido um pouco mais amplo, alguns geógrafos falam ainda de paisagem natural quando os fenômenos da natureza são fisionomicamente mais expressivos do que a transformação feita pela ação do homem. Uma floresta com pequenas áreas desmatadas ainda seria uma paisagem natural. No entanto, se a floresta estiver toda desmatada, e em seu lugar aparecem campos e colônias, então podemos falar de uma paisagem cultural.²⁵¹

Esses conceitos de paisagem elaborados nas décadas de 1930 e 40 por Waibel foram, em alguns momentos, entendidos como contraditórios. Schmithüsen, por exemplo, via na obra de Waibel três significados diferentes para o termo paisagem:

1 – como conceito qualitativo para o caráter conjunto de lugares semelhantes. Nesse sentido Waibel fala da fisionomia e da fisiologia da paisagem, exatamente como nós hoje também fazemos.

2 - Encontramos paisagem no sentido de um espaço de paisagem específico, delimitado.

3 – A palavra paisagem, apoiada na linguagem usada por outros autores de seu tempo, também foi utilizada por Waibel, não no sentido de paisagem como um todo, mas para designar partes abstraídas desta, como no caso da expressão *Naturlandschaft* (paisagem natural), para o que nós denominamos *Landersnatur* (característica paisagística de uma região), e a expressão *Kulturlandschaft* (paisagem cultural), através da qual Waibel não entendia, como nós hoje, a paisagem produzida também pelos homens, senão somente as obras dos homens na paisagem.²⁵²

Outro autor que aborda e conceitua o termo paisagem é Simon Schama, apesar de estarmos “habitados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rochas²⁵³”. Somando-se a isso, Schama questiona o entendimento vigente por muito tempo de existir uma paisagem natural intocada. Essa idéia, muito presente quando da colonização do Alto Vale do Rio do Peixe e que era “confirmada” por fotografias e relatos, choca-se com a idéia do autor de que o próprio ato de identificar o local pressupõe a presença do homem e, toda sua pesada bagagem cultural.²⁵⁴ Em termos lingüísticos a

²⁵¹ Ibid., p. 91.

²⁵² Id.

²⁵³ SCHAMA., op.cit. p. 17.

²⁵⁴ Id.

palavra paisagem (landscape em inglês) tem sua raiz na palavra germânica *Landschaft*, e pode “significar tanto uma unidade de ocupação humana – uma jurisdição na verdade – quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura²⁵⁵”.

Essas diferenças no entendimento do termo paisagem serão levadas em conta neste capítulo que se propõe a fazer uma análise de fotografias. No entanto, paisagem será aqui entendida como o recorte de superfície terrestre, como cita Waibel, observável de determinado ponto, abrangendo a manifestação dos fenômenos da natureza e o resultado da ação dos homens.

De acordo com Vania Carneiro Carvalho, "a pintura se detém na representação da natureza selvagem e da vida no campo, o fenômeno da urbanização é amplamente registrado pela fotografia²⁵⁶". Essa natureza urbanizada, adaptada ao desenho das cidades é amplamente observada nas fotografias tiradas na primeira metade do século XX no Alto Vale do Rio do Peixe.

Essas imagens visuais demonstram um novo interesse pela natureza; há um redimensionamento de valores. Ela, a natureza, passa a figurar como símbolo de progresso, desde que dominada, domesticada. "A fotografia era usada como forma de dar visibilidade, tornar públicas as formas de dominar a natureza e de organizar os espaços sociais e os tempos distintos de vida²⁵⁷". Esse recurso foi empregado pelas companhias colonizadoras na impressão de programas e manuais de colonização destinados às colônias de itálos e teutos instaladas no Rio Grande do Sul. Essa integração entre discurso textual e visual reforçou a idéia de homem vencendo a natureza. Se afirmarmos que toda a fotografia é um resíduo do passado, precisamos considerar que

se, por um lado, ela nos oferece indícios que permitem o levantamento e a análise dos vários elementos que lhe deram origem em determinado espaço de tempo, num dado momento histórico, por outro lado, sua imagem, segundo os valores que enfatiza, constitui-se no ponto de partida de um processo gerador de inúmeras possibilidades de interpretações e aplicações em áreas específicas das ciências e das artes.²⁵⁸

²⁵⁵ Ibid., p. 20.

²⁵⁶ ARRUDA, G. pag. 82.

²⁵⁷ MACIEL, Laura. Citada por ARRUDA, p. 125.

²⁵⁸ KOSSOY, Boris. **A Fotografia como Fonte Histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980. p. 13.

Essa fotografia vista como resíduo do passado é, antes de tudo, uma construção. “Como outras imagens, elas também pressupõem um jogo de inclusão e exclusão. É escolha, e como tal, não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz”.²⁵⁹ Isso aplicado às fotografias do nosso local de estudo, na primeira metade do século XX e que serão aqui analisadas, quer dizer que o primeiro ponto a ser abordado não é a imagem fotografada, mas sim quem a fotografou e o que a foto devia mostrar. “Sob quaisquer pontos de vista, angulação, enquadramento, proximidade ou distância, a fotografia é sempre um feixe de indicadores de posição ideológica, consciente ou inconsciente, ocupada pelo fotógrafo em relação àquilo que é fotografado”²⁶⁰.

... o testemunho de imagens parece ser mais confiável nos pequenos detalhes. Ele é particularmente valioso como evidência da arrumação dos objetos e de seus usos sociais, não tanto a lança, ou garfo, ou livro em si, mas a maneira como empunha-los. Em outras palavras, imagens nos permitem reinserir velhos artefatos no contexto social original.²⁶¹

Tendo como exemplo a figura 18, que representa a então vila de Caçador em 1926, faremos uma descrição do que é mostrado:



(Figura 18) Vista da cidade de Caçador em 1926. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

²⁵⁹ Ibid., p. 83.

²⁶⁰ SANTAELLA e NÖTH. **Imagem, Cognição e Semiótica**. São Paulo: Iluminuras, 2001.p. 120.

²⁶¹ BURKE., op.cit. p. 125.

O observador/fotógrafo está posicionado em uma elevação desmatada e “limpa”, olhando para a vila. De seu ponto de vista, a “civilização”, representada pelas casas, ruas e pela estrada de ferro está localizada à frente e o “selvagem”, representado pela floresta não desbravada, que está ao fundo. Esse ponto de vista, mostrando o progresso sobrepondo-se à natureza, que figura como pano de fundo, prestes a ser alcançada, tinha por objetivo mostrar ao colono candidato à compra de um lote na região, que ali a natureza já estava “domada”, que já existia uma infraestrutura adequada com estradas e via férrea para o escoamento das futuras colheitas, além de igreja, escola e um florescente comércio. Por outro lado, a floresta que ainda não havia sido desbravada poderia ser uma fonte de lucro quando o lote era comprado com sua cobertura vegetal, que poderia ser vendida para uma das várias serrarias já instaladas na região. Se o lote fosse comprado sem a cobertura vegetal, também não constituiria problema para o colono, pois a colonizadora que o vendia se encarregaria de “limpar” a área mediante as cláusulas contratuais estabelecidas no ato de compra da referida propriedade.

Nesses casos, como em qualquer outro em História, não podemos argumentar quanto à outra possível forma de uso dos recursos locais que não tenha se efetivado, porém é provável que a paisagem seria entendida de forma diversa se o observador/fotógrafo estivesse do lado oposto da imagem, em meio à mata, que então apareceria em primeiro plano, transformando a então progressista vila de Caçador em um pequeno aglomerado de casas em meio a uma grande floresta.

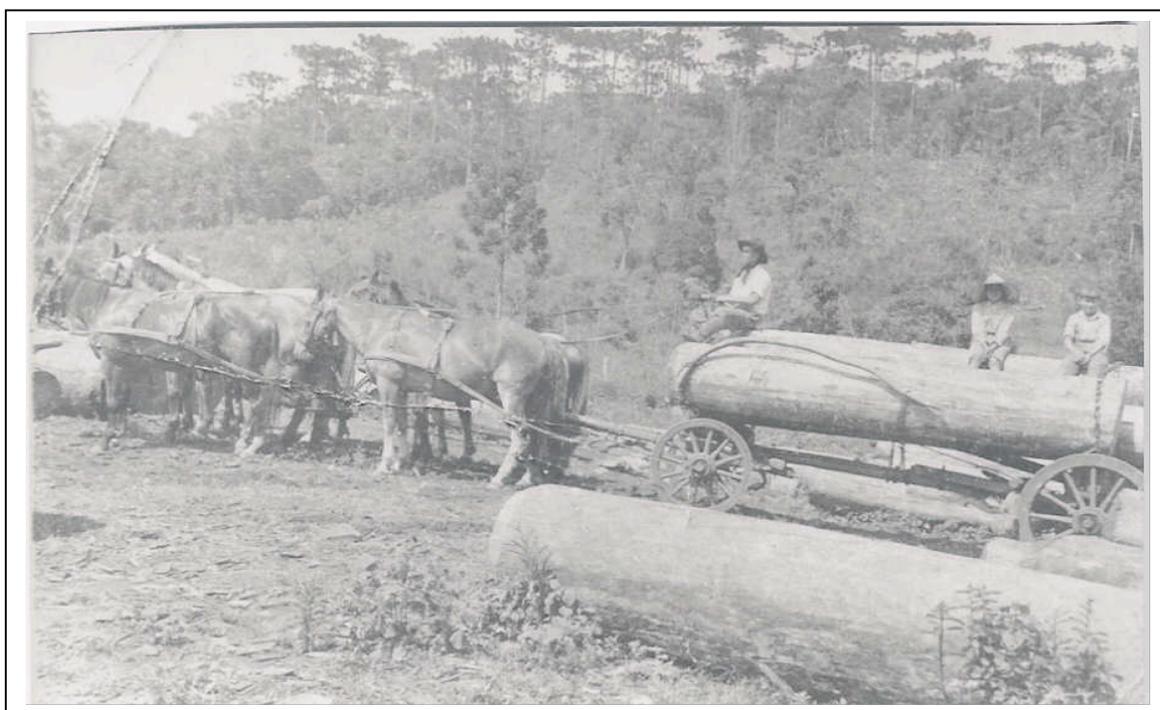
Essas imagens adquirem força e poder de convencimento ao apresentar um local, como a jovem cidade de Caçador da figura 22 (Caçador, 04/12/1936). Essa imagem do município com dois anos e meio de emancipação indica as grandes possibilidades de progresso, evidenciadas pelo cenário de uma densa floresta ao fundo sendo “invadida” pela civilização; civilização essa que transforma as árvores de um sertão bravio em casas, estabelecimentos comerciais, igrejas e dinheiro em forma de pilhas de madeira ao longo dos trilhos do trem, esperando para serem exportadas.

Esse conceito de progresso que encara o ambiente ou “em última análise, a noção biogeográfica de ambiente não designa mais do que a natureza do substrato material,

oferecido de qualquer modo, a priori, a potenciais seres vivos²⁶²”, foi largamente reproduzida pelos jornais locais durante toda a primeira metade do século XX, como percebemos nas análises feitas no capítulo II.

Essa análise “não pode dispensar a contextualização da produção do documento, da mesma maneira que deve estar atenta aos diferentes sentidos que lhe vão sendo atribuídos ao longo do tempo²⁶³”. Nessa direção, indagações como: quem produziu tal documento? A quem é dirigida a mensagem? O que o produtor pretende com a mensagem que está passando? São fundamentais para compreender os objetivos por trás das imagens.

Na figura 19 que segue, a imagem que o fotografo/observador tem é a de trabalhadores equipados com animais e carroças construídas para o transporte de toras de araucária. A área em questão é provida de boa estrada para os padrões da época e o entorno já apresenta pontos em que a mata, explorada, deu lugar a uma vegetação rasteira.



(Figura 19) Transporte de madeira na década de 1920. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

²⁶² BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. op.cit.

²⁶³ BORGES., op. cit., p. 82.

Se considerarmos que “quando se trabalha com imagens, sejam elas textuais, sonoras ou visuais, devemos levar em conta que a ênfase da narrativa histórica se desloca do fato para as versões do fato. Em muitas situações, essas versões podem produzir outros fatos²⁶⁴”. Isso aplicado à fotografia acima permite perceber o destaque que as grandes toras “limpas” e já serradas em tamanho ideal para o transporte dão a aparência de simplicidade ao complicado processo de seleção, corte, remoção dos galhos e retirada dessa tora de sua área de origem, ou seja, em meio à mata ou em uma área recentemente explorada e cheia de tocos, raízes e outras formações vegetacionais. As carroças e estradas, exemplificadas nessa fotografia parecem desmentir a realidade vigente no período que era de péssimas vias para transporte de madeira, o que provocava o constante encalhe dessas carroças devido ao peso do material transportado, ocasionando atrasos e dificuldades aos trabalhadores envolvidos na ação. “Às vezes um pinheiro tinha 30 metros ou mais de altura e faziam várias toras²⁶⁵” e essas toras eram cortadas em função do tamanho indicado para a posterior transformação em taboas.

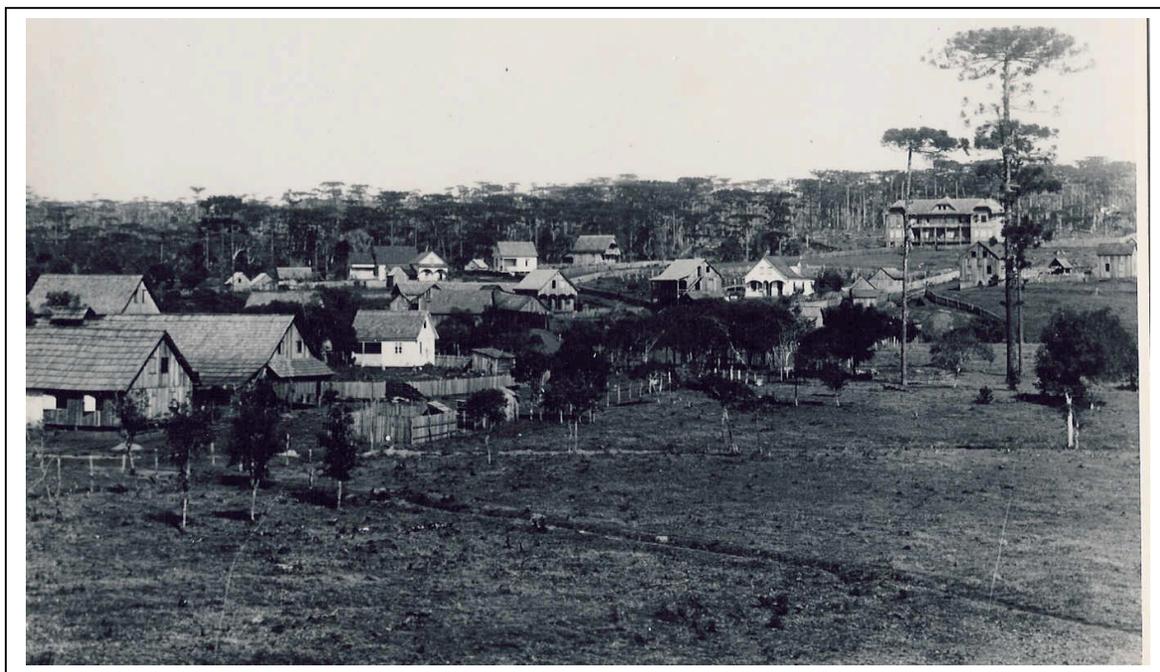


(Figura 20) Colégio Aurora, construção do prédio em 1930. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

²⁶⁴ Ibid., 81.

²⁶⁵ PAGANELLI., op.cit.

Outro importante atrativo para a migração no Alto Vale do Rio do Peixe era a possibilidade dos filhos dos migrantes terem acesso à escola. O Colégio Aurora, figura 20, fundado pelo casal de origem italiana, Dante e Albina Mosconi, na década de 1930, era o único colégio da região e, segundo depoimento de Luiz Paganelli, que frequentou a escola, o mesmo acontecendo com irmãos, era um colégio bem conceituado e a qualidade do ensino era muito boa²⁶⁶. A construção imponente para os padrões da época e para o pequeno município de Caçador, atendia alunos de ambos os sexos, na forma de internato²⁶⁷. A presença do Colégio Aurora e sua dimensão podem ser mais bem percebidas na imagem da figura 21, a seguir, em que a cidade aparece à frente e o prédio da escola ao fundo, cercado pela floresta de araucárias.

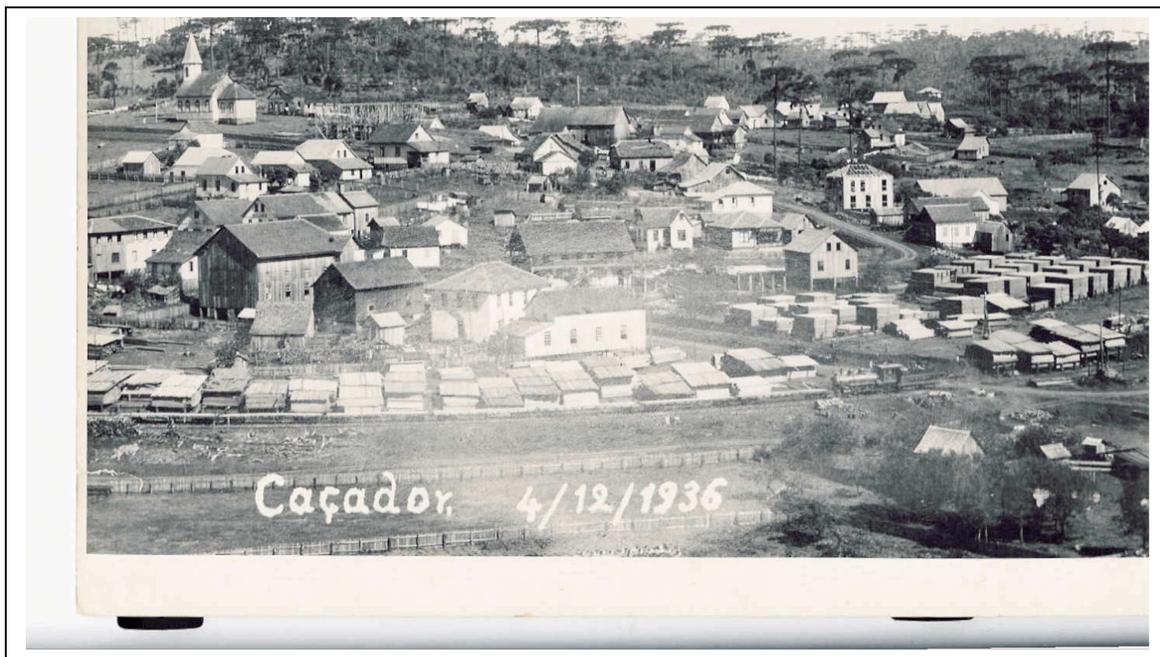


(Figura 21) Caçador em 1935. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ A separação de alunos e alunas dá-se com a criação do Colégio feminino Nossa Senhora Aparecida, no ano de 1936, passando, então, o Colégio Aurora a atender apenas alunos do sexo masculino.

Na mesma perspectiva de análise, em que a fotografia busca apresentar um produto a um possível comprador, a figura 22 é uma verdadeira vitrine da então jovem cidade de Caçador.



(Figura 22) Vista parcial de Caçador em 04/12/1936. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Seguindo uma característica comum aos recém criados postais do final do século XIX, em que a burguesia elegeu como pitorescas vistas de paisagens, cenas de vida rural e urbana²⁶⁸, a figura 22 é uma tomada em que o observador/fotógrafo posiciona-se em um ponto que permite o enquadramento do que “a cidade tem de melhor” segundo a idéia vigente de progresso. Essas imagens em que o “objeto” da fotografia aparece em primeiro plano, visto de cima, é semelhante ao ângulo que um espectador tem de um palco. A imagem em questão dá a dimensão grandiosa alcançada pela produção madeireira na década de 1930 e a sensação é de que a região desenvolve-se, exclusivamente, em torno dos trilhos da Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e da extração de madeira. Certamente esse foi o mote da colonização local, porém, atividades importantes como a agricultura e a

²⁶⁸ BORGES., op. cit., p. 59.

pecuária foram registradas em menos quantidade pelos fotógrafos, evidenciando que o enfoque ou atrativo para a migração não eram esses, a princípio, apesar de serem atividades a certamente desenvolveriam-se nos lotes coloniais depois da exploração da floresta.

Os lotes coloniais vendidos a esses migrantes tinham dimensões em torno de 25 hectares e eram estruturados de forma semelhante. A imagem vendida pelas companhias colonizadoras incluía a descrição das casas coloniais construídas com a própria madeira encontrada nos lotes adquiridos pelo migrante.



(Figura 23) Casa na região de Caçador na década de 1930. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

A figura 23 retrata uma propriedade comum na região de Caçador nas primeiras décadas do século XX: uma casa de madeira, a área em torno está “limpa” da mata que antes cobria todo o local e que agora só pode ser vista ao fundo, nos limites da propriedade e a terra pronta para o cultivo.

Outra característica de muitas fotografias da região nesse período é a perspectiva de enquadramento em que o observador/fotógrafo encontra-se ao longe olhando para o “objeto” de cima. A figura 24 é uma imagem mais próxima do que é uma cidade em franco

crescimento. Nela, podemos quase “sentir o progresso”. As quadras centrais das então vilas de Caçador e Santelmo, demarcadas no início da colonização, apresentam poucos lotes vagos, e esses já estão em fase de ocupação e construção eminente.



(Figura 24) Vista aérea parcial de Caçador na década de 1930. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

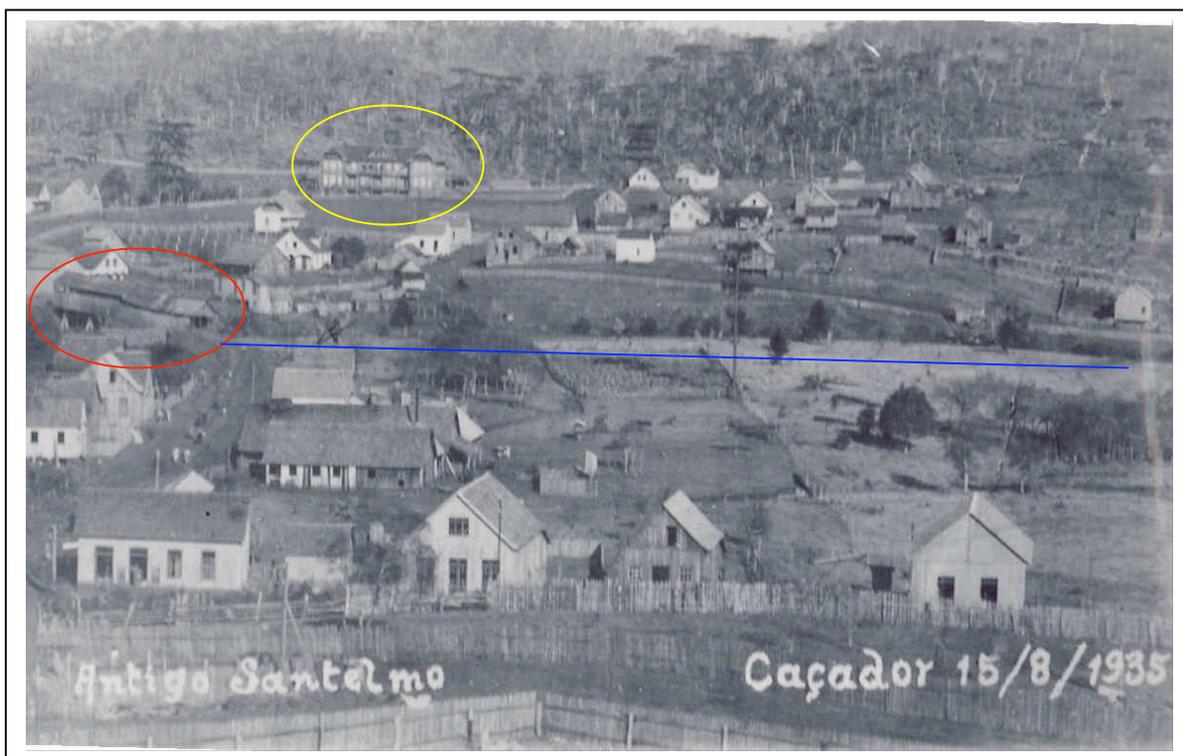
Com a mesma abordagem da figura 24, a figura 25, de 1935, apresenta a jovem cidade de Caçador, emancipada no ano anterior, no ponto em que as então vilas de Caçador e Santelmo faziam divisas e que formaram o centro da cidade. A princípio, com a chegada dos trilhos da estrada de ferro, instalou-se nessa área a estação de Rio Caçador.

Na época, as terras localizadas à margem direita do Rio do Peixe pertenciam ao Paraná e as da margem esquerda a Santa Catarina. Com a definição dos limites, manteve-se a divisão permanecendo o lado direito do rio integrado ao município de Porto União e o esquerdo ao município de Curitibaanos. Em 1923, a margem esquerda, onde ficava a estação Rio Caçador, foi elevada à categoria de distrito. Em 1928, a margem direita também tornou-se distrito com o nome de Santelmo.²⁶⁹

Foi da união dessas vilas e dos distritos de Taquara Verde, parte de São João dos Pobres (Matos Costa), Rio Caçador, Rio das Antas e parte de São Bento (atual Treze

²⁶⁹ NODARI, R. op. cit., p. 123.

Tílias), que se originou o município de Caçador. Isso pode ser mais bem percebido na figura 25, que é uma tomada à distância e segue os mesmos padrões de tantas outras fotografias usadas como atrativo para a colonização local; um centro urbano bem planejado, com boas casas e uma boa infraestrutura viária que serviram de exemplo do quanto era possível alcançar em termos de “progresso” a quem se instalasse na região. Por outro lado, o pano de fundo deixa claro o quanto ainda pode ser feito e quantas terras de floresta ainda existem para ser ocupadas.



(Figura 25) Vista parcial à distância das divisas das vilas de Caçador e Santelmo em 1935. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Ainda sobre a figura 25, vê-se ao fundo, tendo a floresta como cenário, Santelmo, um aglomerado de casas em torno do Colégio Aurora, circulado por uma linha amarela. A linha azul demarca o Rio do Peixe, linha de divisa das anteriormente vilas, agora município. Na parte de baixo da foto Caçador, com seus terrenos divididos por cercas de madeira, casas com telhados altos e sobrados. O ponto de ligação entre as duas vilas,

marcado por um círculo vermelho, era uma ponte de madeira coberta construída por Pedro Bortolon e inaugurada em 1925.



(Figura 26) Enchente em 03/06/1936. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.



(Figura 27) Município de Caçador na localidade antes designada de Santelmo, 04/12/1936. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

A cidade que estava crescendo ao longo do Rio do Peixe, em dois momentos (1932 e 1936) sofreu grandes enchentes que destruíram grande parte das construções ao longo do rio. A imagem da figura 26, feita em 03 de junho de 1936, mostra o alcance das águas no município de Caçador.

As casas construídas em toda a região do Alto Vale do Rio do Peixe assemelham-se arquitetonicamente as moradias construídas pelos primeiros imigrantes de origem européia que se instalaram no Rio Grande do Sul. Telhados altos, geralmente com a presença de sobrados. No caso na figura 27 destacam-se moradias do centro da cidade de Caçador e percebe-se que as mesmas são construídas muito próximas às ruas e com suas fachadas voltadas para a via; na maioria das casas nota-se a presença de varandas abertas nas laterais e pouca distância entre as residências.

A indústria madeireira atingiu tão grande importância e dimensão na região, que tornou as serrarias locais em pólos de atração de pessoas. A figura 28 é um retrato disso. Uma serraria ao centro, cercada por pilhas de madeira, tem em seu entorno uma série de casas de operários, construídas pela serraria como um dos benefícios oferecidos aos seus trabalhadores.



(Figura 28) Centro de Caçador na década de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

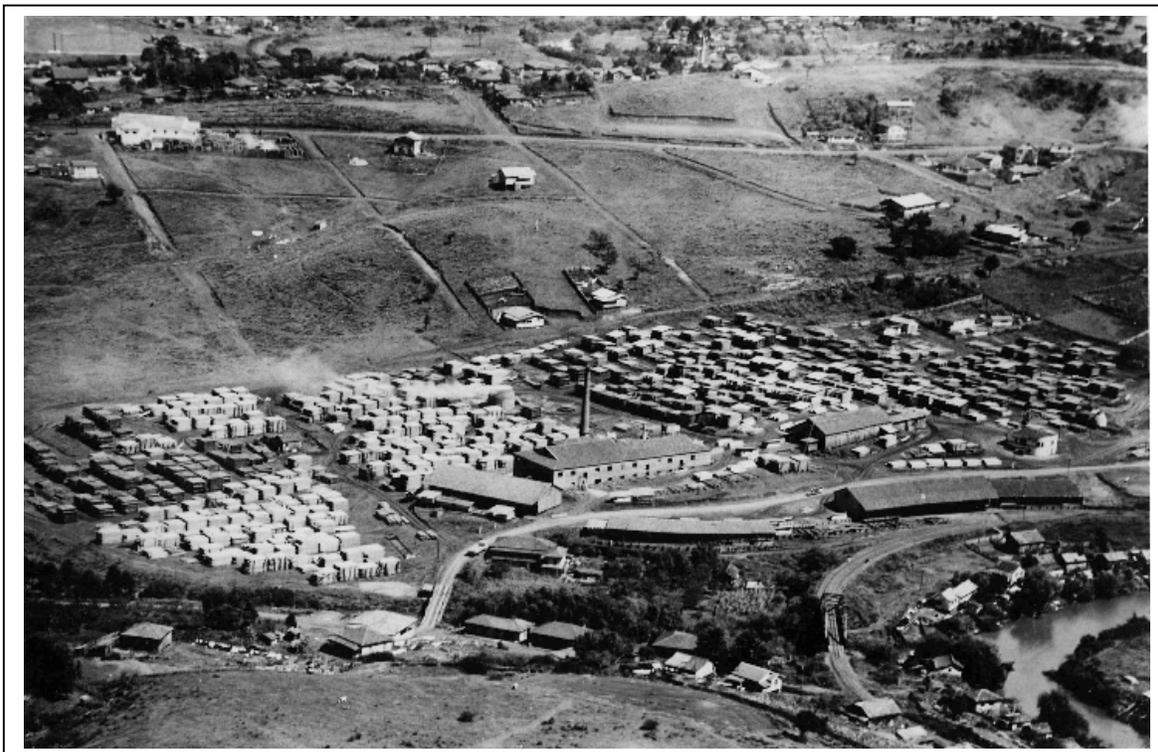


(Figura 29) Fornecimento de vagões de carga de madeira. Caçador, 18 de janeiro de 1939. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Em 1939 o problema da grande produção, cujo transporte e exportação não acompanhou, provocou o acúmulo de madeira ao longo dos trilhos por toda a região de Caçador. A distribuição de vagões, feita por quotas, estava atrasada e, de acordo com a figura 29 esse atraso já chegava há nove meses. As grandes madeireiras locais que dispunham de vagões exclusivos foram prejudicadas, o mesmo ocorrendo, e em escala consideravelmente maior, com os pequenos produtores.

A Madeireira Duat, uma das maiores indústrias do período na região, comprava madeira serrada e beneficiada de serrarias menores da área e fabricava caixa para embalagens, ramo muito lucrativo na primeira metade do século XX, pois, segundo Luiz Paganelli, essa era a forma usual de transporte de mercadorias como tecidos, alimentos, bebidas e uma série de outros produtos que atualmente são transportados em embalagens de plástico, além de forros e lambris. Parte dessa produção, especialmente de madeira de

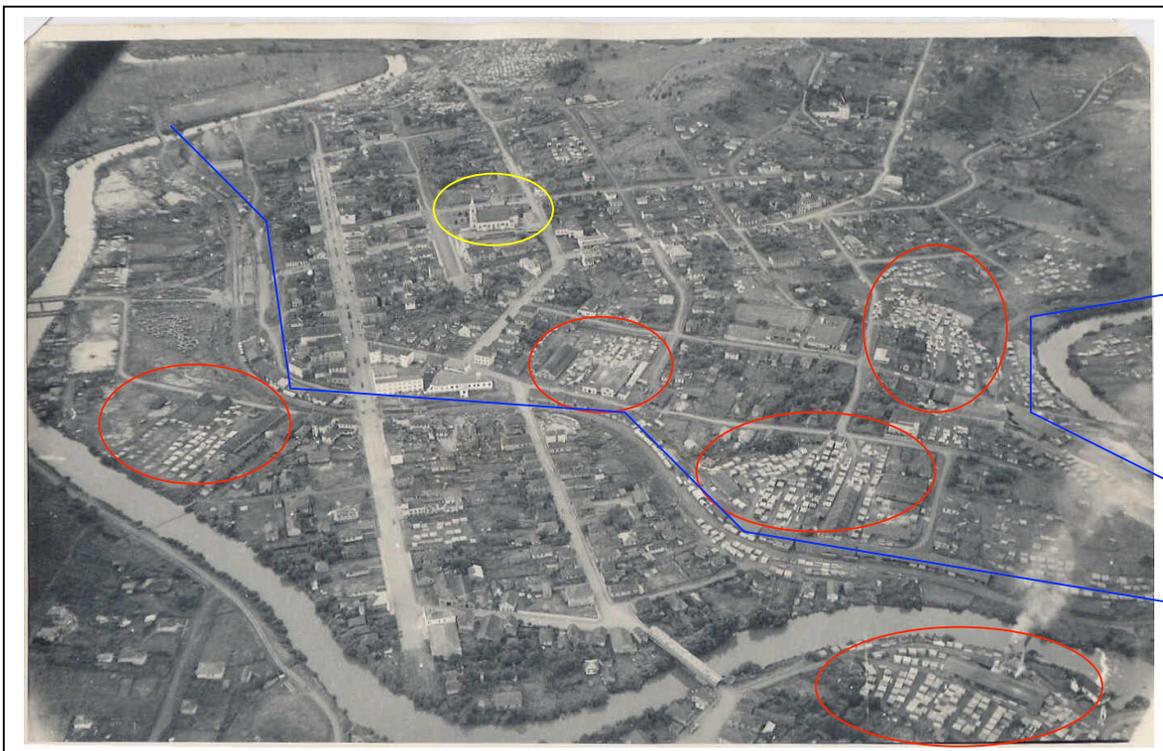
primeira qualidade, era exportada para a Argentina, através das filiais da empresa nos portos de Itajaí e São Francisco²⁷⁰.



(Figura 30) Madeira Duat no final da década de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

A Madeira Duat funcionou em Caçador de 1938 até 1982 quando as reservas de araucária não mais puderam ser exploradas e os proprietários não adaptaram o maquinário para o trabalho com *Pinus eliotis*, optando por vender.

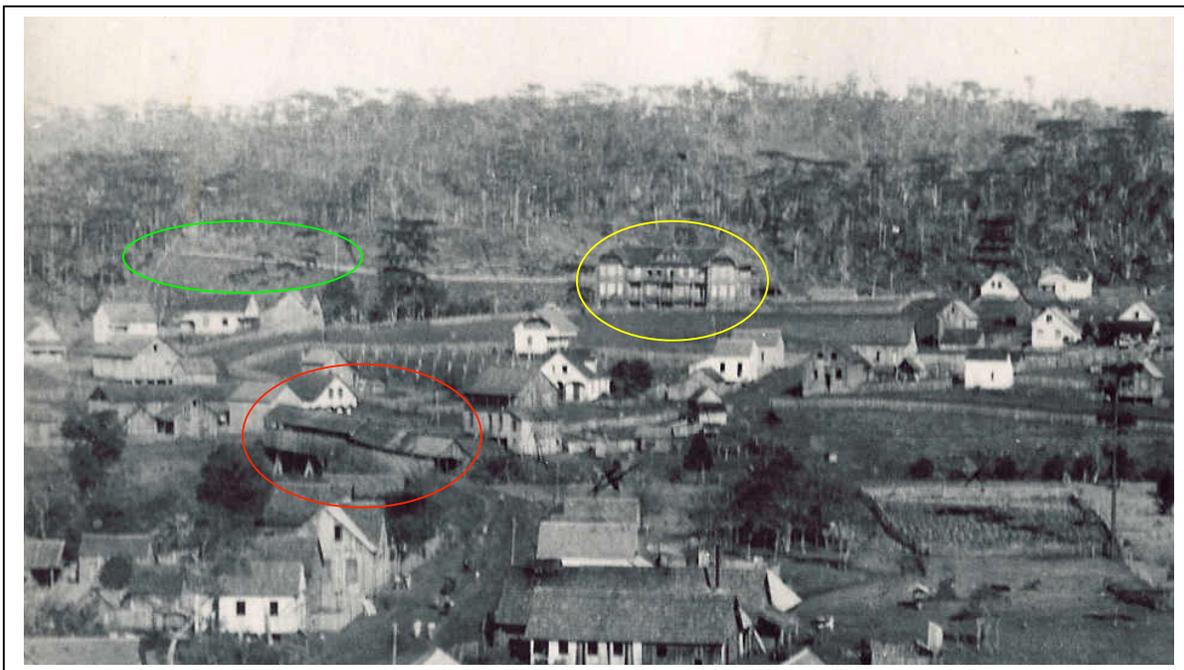
²⁷⁰PAGANELLI., op. cit.



(Figura 31) Caçador, final da década de 1950.

Na figura 31, uma foto aérea da cidade de Caçador no final da década de 1950, percebe-se a existência de várias serrarias, circuladas por uma linha vermelha, no entorno dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, assinalados em azul. A cidade desenvolveu-se nas imediações das serrarias e madeireiras que foram montadas nas margens do Rio do Peixe e da estrada de ferro. Ainda na figura 31 percebe-se o crescimento da cidade tendo como centro a igreja católica, circulada por uma linha amarela. As quadras se sucedem, estendendo a cidade por uma longa área.

A figura 32 é uma imagem mais aproximada da antiga divisa das vilas de Santelmo, acima, e Vila Caçador, abaixo; o Colégio Aurora aparece circulado de amarelo e a ponte Antônio Bortolon, sobre o Rio do Peixe, circulado em vermelho. Na área circulado em verde percebe-se mais claramente como a cidade está “invadindo” a mata, com suas cercas estendendo-se cada vez mais para dentro da floresta. Vinte anos após esse registro fotográfico, o local ao fundo do Colégio Aurora já se apresentava ocupado por casas e a mata já havia recuado consideravelmente.



(Figura 32) Área em torno do Colégio Aurora em 1936. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

A figura 33 é uma tentativa de mostrar como a cidade de Caçador tinha características de uma cidade desenvolvida para sua época e local. O fotógrafo procurou destacar prédios modernos e ruas largas com canteiros centrais iluminadas por luz elétrica. Curiosamente não se vêem veículos circulando, o que pode ser explicado pelos ocasionais borrões nas fotografias que registravam movimentos rápidos. As pessoas que aparecem estão vestidas de forma elegante, tanto a mulher à esquerda quanto os homens na calçada à direita da imagem. Esse fato merece destaque por não serem essas, possivelmente, as vestimentas usuais dos moradores locais, pequenos comerciantes, donas de casa, operários da indústria madeireira e agricultores, em sua maioria, é um detalhe que pode indicar ter sido esse um “cenário” montado para que a fotografia desse visibilidade ao “progresso” e “urbanidade” da cidade de Caçador, mesmo que a imagem tenha sido produzida em um domingo ou dia de festa.



(Figura 33) Avenida Barão do Rio Branco, década de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Essa idéia de uma cidade com ares de metrópole é ressaltada em um vídeo feito no início da década de 1960, em que os hotéis, restaurantes, clubes que promoviam bailes e gincanas para seus sócios, eram apresentados como peças modelo da sociedade caçadoreense. Nesse mesmo vídeo é destacada a pujança de Caçador no setor madeireiro, fato gerador de um desenvolvimento rápido e de uma cidade moderna em arquitetura, veículos, além de servida por um aeroporto e pela pavimentação em massa de suas estradas.

A idéia de uma mesma fórmula para várias fotografias (o que fica ao centro, como a cidade e o que fica ao fundo, como a mata) pode ser interpretado como uma tentativa de congelar a ação, de captar a história numa única imagem, porém, “leitores de imagens que vivem numa cultura ou num período diferentes daqueles no qual as imagens foram produzidas se deparam com problemas mais sérios do que leitores contemporâneos à época da produção. Entre os problemas está o da identificação das convenções narrativas ou ‘discurso’” .²⁷¹

²⁷¹ BURKE., op.cit. p. 180.

Essa discussão nos remete à necessidade de interpretar as imagens além da idéia “positivista” que crê que elas (as imagens) veiculam informações confiáveis sobre o mundo exterior ou a idéia estruturalista que focaliza a atenção somente na imagem e nas relações entre suas partes, desconsiderando a “realidade” que existe além dela.²⁷² Essa interpretação mais profunda das imagens permite um entendimento mais claro das “formas pelas quais ela opera para persuadir ou obrigar os espectadores a fazer determinadas interpretações, estimulando-os a identificar-se com o herói ou com a vítima”.²⁷³ Tais formas variadas de interpretação das imagens procura mitigar, com legendas ou destacando alguns pontos em detrimento de outros, fazendo uso de cores ou tamanhos diferenciados, o que enfraquece a “noção de senso comum”²⁷⁴ e chama atenção para “as diferenças, algumas vezes agudas, entre intenções e efeitos, entre a mensagem como é difundida (...) e a mensagem como é recebida por diferentes grupos de espectadores, leitores ou ouvintes.”²⁷⁵

Isso dá a dimensão do quanto as imagens aqui analisadas foram produzidas para cumprir uma função ou uma variedade delas, e tiveram, indiscutivelmente, um papel na “construção cultural”²⁷⁶ da sociedade do Alto Vale do Rio do Peixe. O fato de as estarmos aqui discutindo e de olharmos para elas como “testemunhos do passado”²⁷⁷ corrobora a idéia de que elas são “maneiras de ver e pensar o passado”²⁷⁸. Mais do que nunca o ponto de vista de Peter Burke sobre as imagens cabe aqui como o enfoque adequado à nossa análise sobre elas:

As imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre esses extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação.²⁷⁹

²⁷² Ibid., p. 232.

²⁷³ Ibid., p. 227.

²⁷⁴ Idem., p. 229.

²⁷⁵ Id.

²⁷⁶ Ibid., p. 234.

²⁷⁷ Id.

²⁷⁸ Id.

²⁷⁹ Ibid., p. 232.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelar o real valor da floresta e a relação mantida entre o homem e o meio natural foi o que procuramos apresentar com esse trabalho. Um valor muito além do setor econômico, a floresta do Alto Vale do Rio do Peixe foi parte das causas e conseqüências da colonização; foi personagem importante do processo de ocupação e transformação da região no início do século XX.

Passando por conflitos como a Guerra do Contestado e a demarcação definitiva do território catarinense até a divisão das terras em lotes coloniais, procuramos rever alguns conceitos a muito repetidos da colonização local. Sem tentar oferecer modelos para a análise de acontecimentos, o que consistiria em um equívoco analítico, nossa intenção foi ressaltar alguns elementos que devem, necessariamente, fazer parte dos estudos sobre a história local, como o papel das florestas no processo de transformação social e cultural de uma região, além de chamar a atenção para os sentidos que são atribuídos aos recursos naturais e qual o grau das intervenções humanas ocorridas ao longo da primeira metade do século XX.

Entendendo que o desenvolvimento econômico da região e as profundas transformações ambientais que acarretaram uma devastação em torno de 96% da cobertura vegetal original da área intensificaram-se, não se iniciou propriamente, com a construção da Estrada de Ferro São - Paulo Rio Grande, que serviu como “elo de ligação” do Alto Vale do Rio do Peixe com o resto do país. Uma região que até a implantação da ferrovia era coberta de matas, especialmente a Floresta de Araucária (FOM), tinha sua economia, comumente chamada de rudimentar, baseada na extração da erva mate por parte dos caboclos, como eram conhecidos os habitantes locais, e de pequenas roças para subsistência. Ainda contava com a presença de populações indígenas e não tinha “facilidades naturais” como um rio navegável para o escoamento de produtos, ou seja, era uma região selvagem, expressão usada tanto por políticos do Estado como por viajantes estrangeiros e intelectuais catarinenses.

A partir da segunda década do século XX, com a conclusão da ferrovia no Estado de Santa Catarina, a área passa a ser interessante tanto para a colonização e conseqüente ocupação do território catarinense, como para o desenvolvimento de vários ramos de

indústria, agricultura e pecuária. As propagandas das companhias colonizadoras, os estímulos à própria criação dessas empresas, juros reduzidos e concessão de terras devolutas no caso da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, tudo isso contribuiu para o “progresso” e o desenvolvimento do Alto Vale do Rio do Peixe.

Considerando novos ângulos, conseguimos observar melhor a floresta que cobria o então "oeste selvagem" de Santa Catarina e as relações sociais existentes em torno dela e dos usos que lhe foram atribuídos. Observando as primeiras tentativas de povoamento, as propagandas para venda de terras e a instalação de migrantes de origem européia vindos do Rio Grande do Sul, percebemos que o corte indiscriminado da floresta, na primeira metade do século XX não era motivo de preocupação, pois ela era vista somente sob seu aspecto econômico, como uma “reserva” de dinheiro a ser administrado.

Tendo por base, além dos conhecidos textos sobre a região, entrevistas e fotografias, nos foi possível ver a colonização sob aspectos variados. Como as fotografias foram “manipuladas” ou construídas para passar a imagem de progresso e desenvolvimento, como os novos habitantes locais relacionaram-se com a mata que cobria suas terras recém adquiridas e como as descreviam em contratos e processos de legitimação. Toda a pesquisa, que passou pelo trabalho em arquivos e museus até as entrevistas feitas, serviu para mostrar o quanto a construção da história do oeste catarinense é interessante e complexa.

O resultado dessa pesquisa também evidencia que ainda há muito que ser dito sobre essa região e, especialmente, há muito que ser ouvido e visto. O que é aqui retratado por algumas entrevistas, documentos e fotografias poderia, certamente, ser aprofundado junto aos personagens desse "processo" de colonização. Velhos madeireiros, comerciantes e pessoas ligadas à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que ainda tem muitas histórias para contar e muitas fotografias guardadas em velhos baús, material para mais trabalhos que estão esperando serem escritos.

Mais que encerrar um debate, nossa intenção foi mostrar que a história do Alto Vale do Rio do Peixe e “outras histórias” careceram, durante muito tempo, de um personagem: as florestas, e de uma análise das relações dos “antigos” e dos “novos” habitantes da região com essa floresta.

BIBLIOGRAFIA

ANAIS - XI Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais - 1984.

ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico**: el medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru: EDUSC, 2000.

ATLAS de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC - Assembléia Legislativa/ São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950**. 1991. Dissertação – UFSC. Florianópolis.

BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 8 p. 138-160.

BOITEUX, Henrique. **Madeiras de Construção de Santa Catarina**. IHGSC, Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, Publicação nº. 27, 1942.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. 2 ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que Eu Conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 6. 3ª fase, p. 7-73, 1975.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAÇADOR. **ÁLBUM** do Cinquentenário do Município de Caçador, Jubileu de Ouro. Uma história de realizações - 1934 - 1984.

CARVALHO, Ely B. **Sombras do Passado, Projetos de Futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947 – 2003.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: da revolução verde a agro-ecologia.** (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CESCO, Susana. **Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX.** Trabalho de conclusão de curso. Graduação em História. UFSC, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: ED. Da UFSC, 1999.

CORRÊA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense: O Estado e as Idéias.** v. 1. Florianópolis: Editora da UFSC/ Diário Catarinense, 1997.

COSTA, A. Ferreira da. **O Oeste Catharinense - visões e sugestões de um excursionista.** Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia., 1929.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

D'ASSUNPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado.** Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 1917.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **O Italianos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST/ EDUCS/ Correio Riograndense, 1984.

D'EÇA, Othon. **...Aos espanhóis confinantes.** 2. ed. Florianópolis: FCC/ Fundação Banco do Brasil/ Ed. Da UFSC, 1992.

DIACON, Todd A. **Millenarian Vision, Capitalist Reality.** Duke University Press: Durham and London, 1991.

DRUMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: Eduff, 1997.

DRUMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. **As madeiras de Santa Catarina 1930 - 1974**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 1974.

ENCICLOPÉDIA dos municípios Brasileiros. v. XXXII. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de ferro de Baturité: 1870 – 1930**; Projeto História do Ceará, política, indústria e trabalho 1930-1964. Fortaleza, edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. 8 ed. Barcelona: GG Mess Media, 1993.

GROSSELI, Renzo Maria. **Vencer ou Morrer - Camponeses Trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Santa Catarina 1875 - 1900**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1987.

GUERRA, Miguel Pedro; SILVEIRA, Vanildo; REIS, Maurício Sedrez dos e SCHNEIDER, Lineu. Exploração, Manejo e Conservação da Araucária. In: SIMÕES, Luciana Lopes e LINO, Clayton Ferreira (org.). **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômico e Religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HAISFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo Vale do Rio do Peixe - SC**. Joaçaba: Ed. Da UNOESC, 1996.

HILAIRE, August Saint. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1974.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUECK, K. **Distribuição e habitat natural do Pinheiro do Paraná**. Bol. Fac. Fl. Ciênc. Unv. São Paulo. Botânica. 10: 1 - 24, 1953.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. **Sellowia** 12 (12): 17-44.1960.

KLEIN, R.M. Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil. **Sellowia; Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”**, Itajaí, (36):5-54, 1984.

KLEIN, R. M. Árvores Nativas da Floresta Subtropical do Alto Uruguai: **Sellowia**. **Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”**, Itajaí, 24 (09-62)-30 dez. 1972.

KLEIN, R.M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978., p.22.

KLEIN, R. M. Os Tipos Florestais com Araucária em Santa Catarina. In: **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica**. 1985.

KOSSOY, Boris. **A Fotografia com Fonte Histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira e FELDMAN-BIANCO, Bela. **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1996.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de; GUERRA, Antonio J.T.; MOUSINHO, Patrícia; BUENO, Cecília; ALMEIDA, Flávio G. de; MALHEIROS, Telma; SOUZA Jr., Alvaro Bezerra de. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2a ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de Pioneiros - Vale do Rio do Peixe 1930 - 1984**. 2 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado – a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)**. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Pulo: Alfa-Omega. Sociologia política, 1974.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introdução a história oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996.

MORENO, Diego. **Dal Documento al Terreno: storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali**. Bolonha: Il Mulino, 1990.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999.Tese. (Doutorado) - Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. In: **Esboços - Dossiê Migrações**. N. 9. UFSC, 2002.

NODARI, Eunice; CESCO, Susana; WERLE, Márcio; CARVALHO, Miguel M.X. As Florestas do Sul do Brasil na Imprensa Alemã e a Atração de Imigrantes. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A.B.; TRAMONTINI, M. J. (org.) **Imigração e Imprensa**. São Leopoldo: EST Edições, 2003.

NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900 – 1940**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

NORA, Piere. Entre memória e história - a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo (10) dez. 1993.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PELUSO JUNIOR, Vitor Antônio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC ed/ ed. Da UFSC, 1991.

PELUSO JR. Vítor Antônio. Paisagens catarinenses. In: **Boletim Geográfico do Estado de Santa Catarina**. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. IBGE, ano 1, janeiro de 1947, nº1.

PEREIRA, Carlos Costa. A região das Araucárias: conquista, desbravamento, riquezas naturais e seu aproveitamento. **Revista do IHGSC – Florianópolis**. 11(2), 1943.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. 2 ed. rev, aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

PONI, Carlo. **Fossi e cavedagne benedicon le champagne: studi di storia rurale**. Bologna: Il Mulino, 1982.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. 2 ed. Joaçaba: UNOESC, 2001.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaios de monografia natural**. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. **Ferrovias Paranaguá – Curitiba 1885 – 1985: uma viagem de 100 anos**. Curitiba: Rede Ferroviária Federal, 1985.

REIS, A.; REIS, M.; MANTOVANI, A. **Inventário para caracterização de estágios sucessionais na vegetação catarinense**. Joinville: Ed. Da UFSC, 1986.

REITZ, apud. REIS, M. S. dos.; PUCHALSKI, A. Estrutura genética e demografia de populações do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*). **Projeto de pesquisa**.

REITZ, Raulino. **Madeiras do Brasil**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

REITZ, R.; KLEIN, R.M.; REIS, A. **Projeto madeira de Santa Catarina**. Herbário Barbosa Rodrigues - Itajaí - Santa Catarina, 1978.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

ROSETTO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. In: **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo: Martins, 1940-1952. v.01.

RUSCHEL, Ademir. **Avaliação e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do Alto Uruguai, Santa Catarina**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina,

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem, Cognição e Semiótica**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. **Vida e Trabalho na floresta: uma análise da interação entre os colonos e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SERPA, Elio. **A Guerra do Contestado (1912 - 1916)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Chapecó e Joaçaba: A Visita do Governador Irineu Bornhausen e Sua Comitiva**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemment, 1952.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemment, 1952.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renè. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
- SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A D. Pedro I Railway**. São Paulo: João Scortecci Editor, 1987.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.
- THOMÉ, Nilson. **Família Corrêa de Mello: raízes da história de Caçador**. Caçador: IUL, 1982. 75p
- THOMÉ, Nilson. **Isto é Caçador: estudo geográfico do Município**. Caçador: Imprensa Universal, 1978.
- THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American History**, New York, 1953.
- WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba. Imprensa Oficial do Paraná, 1995.
- WERLANG, Alceu. **A Colonização as margens do rio Uruguai no Extremo-Oeste Catarinense – Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954**. Florianópolis: UFSC. 1992.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo – Brasília: Ed. Da UNB, 1995.
- WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

FONTES

- “Jornal de Caçador”. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.
- Jornal “A Imprensa”. Acervo Biblioteca Pública do Estado se Santa Catarina.
- Jornal “O Estado”. Acervo Biblioteca Pública do Estado se Santa Catarina.
- Jornal “A Tribuna”. Acervo Biblioteca Pública do Estado se Santa Catarina.
- Falas dos Governadores 1926 – 1950. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Relatórios do Acordo Florestal. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
- Códigos Florestais Brasileiros. Acervo IBAMA.
- Relatórios de Defesa Sanitária Vegetal. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Relatórios do Instituto Nacional do Mate. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Relatórios do Instituto Nacional do Pinho. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Relatórios da Diretoria de Terras e Colonização. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Relatórios da Lumber. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Processos de Terras. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina.
- Decretos e Leis Estaduais e Federais sobre terras, colonização e meio ambiente. Acervo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Atas da Cooperativa Agrícola de Caçador 1957 (livro de matrículas). Acervo Museu do Contestado – Caçador.
- Livro Tombo da Igreja Católica de Caçador 1934 - 1983.
- Entrevista com Ardelino Grando
- Entrevista com Luiz Paganelli
- Entrevista com Dione Tesaro
- Censos agrícolas e populacionais. Acervo IBGE – Santa Catarina

ACERVOS PESQUISADOS

- Biblioteca Comendador Primo Tedesco UNC – Caçador.
- Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos – Caçador.
- Prefeitura Municipal de Caçador.
- Biblioteca Universitária – UFSC.
- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina.
- Biblioteca do IBGE - Santa Catarina.
- IBAMA.
- FATMA.
- EPAGRI.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
- Museu do Contestado – Caçador.

ANEXOS

Anexo 01



Locomotiva da Lumber em 1908. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Anexo 02



Vila Caçador na década de 1920. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Anexo 03



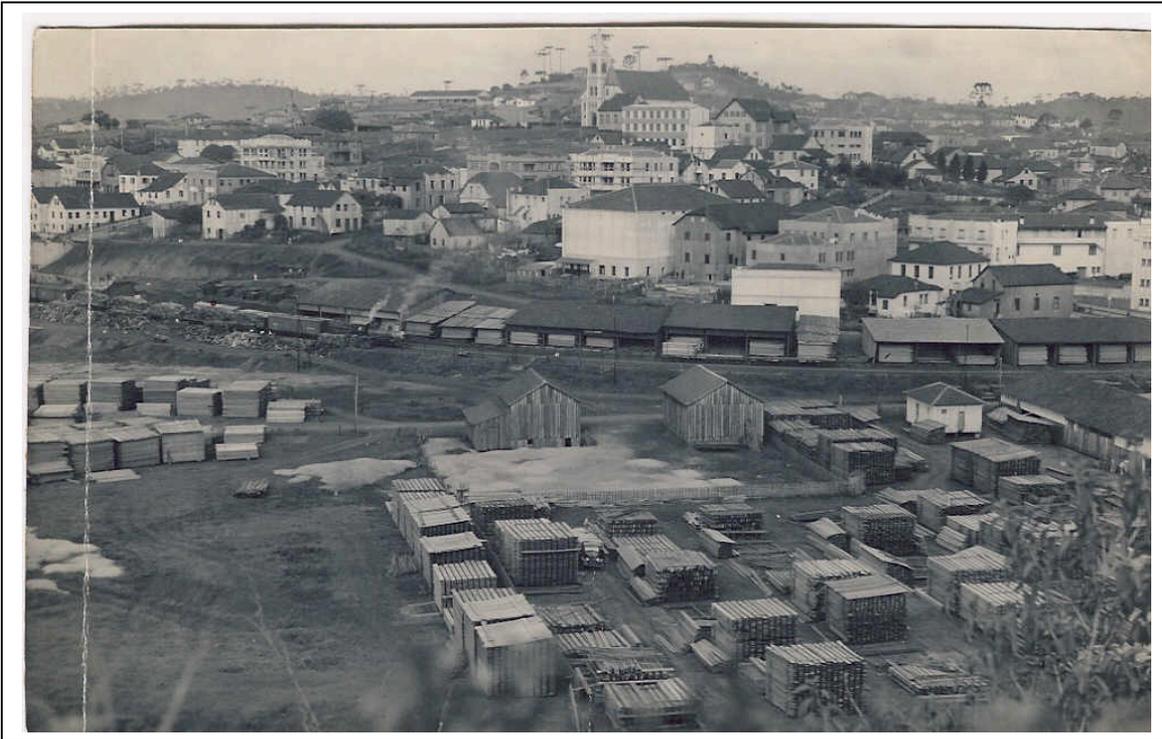
Estação ferroviária na década de 1930. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Anexo 04



Centro de Caçador na década de 1950. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Anexo 06



Estocagem de madeira ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Anexo 07

Página

JORNAL DE CAÇADOR

13 de abril de 1952

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAÇADOR

FALÊNCIA DE INDÚSTRIAS BUSATO S. A.

VENDAS POR MEIO DE PROPOSTAS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

O síndico da falência supra, com fundamento no Art. 118, da Lei de Falências, e devidamente autorizado pelo M.M. Juiz de Direito da Comarca, chama concorrentes para a compra dos bens desta falência existentes fora da sede, a saber:

1º) Equipamento e prédios de uma serraria completa, denominada «São Paulo», situada no local denominado «Taboão», município de Curitiba, em terras de Wenceslau Breves e outras, assim descrita:

1) Locomóvel «Laurz» de 40/55 HP, com rodado

2) Quadros de serra TISSOT, gatos automáticos, rolamentos, tipo reforçado — 1 Serra circular de mesa, com cavaletes, para refilar — 2 Serras circulares de mesa, simples — 2 Serras de penúlio, para destopar — 2 Tornos de cabos de vassoura e longarinas — 1 Gerador Elétrico, com chaves e instalação geral e uma rodadura — 2 Wagonetes (trolley), com trilhos de ferro para toros e táboas — 1 Jogo de transmissões, polias, correias, mancais, para a movimentação das máquinas — 1 Lote de ferramentas, como alavancas, chaves, machado, martelo, bigorna, fole, torno de banco, furadeira, picaretas, pás, foices, marretas, bessoro, cangas — 1 Lote de material, como serras verticais e circulares, resbolo de esmeril, parafusos, polias, tambores, pneu, couro para tanques — 1 Galpão de 32,10, coberto de telhas, paredes de madeira, em que se acham as máquinas da serraria — 26 Casas, galpões e estábulos, para operações, veículos, animais, armazém;

4º) Pinheiros em pé e industrializáveis, nas quantidades, bitolas, situação assim descritas:

1) Pinhal com 9.567 espécimens de 40 cm. de diâmetro para cima, contados e marcados, situados no local «Taboão», município de Curitiba, terras de Wenceslau Breves e outras, servindo de matéria prima

Veado; a Leste, com os lotes 44, e a Oeste, com os lotes 48 — 1 Área com 1.007.000 m², constituindo os lotes nº 62 a 65, ainda da mesma Fazenda do Fazendeiro de São Pedro, confrontando: o lote nº 62, ao Norte, com os lotes 45 a 47; ao Sul, com o Rio do Veado; ao Leste, com o lote 61, e ao Oeste, com o lote 63; os lotes 63, 61 e 65, ao Norte, com o lote 47 e o Rio do Veado; ao Sul, com o Rio do Veado; ao Leste, com o lote 62, e ao Oeste, com o mesmo Rio do Veado. — 1 Área com 139.979 m², constituindo parte do lote nº 34 da citada Fazenda do Fazendeiro de São Pedro, confrontando: ao Norte, com um arroyo ao Sul, com parte do mesmo lote; pertencente a Ascendino Moraes e o lote 33; ao Leste, com o lote 35, e ao Oeste, com terras da Madeireira do Brasil e outras, na qual está instalada a serraria denominada «São Jerônimo» e supra mencionada. Obs.: Estes lotes estão regularmente escriturados e as confrontações dadas são as que constam das escrituras.

O síndico estará todos os dias úteis, das 10 às 12 e das 14 às 16 horas, nos escritórios da falência, à Rua Benjamin Constant, esquina Nereu Ramos, à disposição dos interessados para quaisquer informações e facilitar a verificação pessoal dos objetos desta concorrência.

Caçador, 13 de abril de 1952.

Jornal de Caçador, Caçador, 13 de abril de 1952. Acervo Biblioteca Municipal de Caçador.

Kolonien 'Marschall Hindenburg', 'Schwabenland' und 'Neu-Besigheim'

Nur mit Deutschsprechenden wird besiedelt.

Der Stadtplatz Hindenburg, nur 21 km von der Station Perdizes entfernt, mit guter Fahrstrasse verbunden, obwohl erst vor 1 $\frac{1}{2}$ Jahren angelegt, hat sich bei aller Krisis sehr gut und rasch entwickelt. Es sind bereits eine Privatschule, Staatsschule, Mahl- und Sägemühle, 3 Venden (Kaufläden), Gesangvereine, katholische und evangelische Kirchengemeinde vorhanden. Ebenso Hotel, Bierbrauerei und Schnapsbrennerei; Oelmühle und Farinmühle werden demnächst errichtet, wofür die Unternehmer bereits angesiedelt sind.

Die Hauptstrasse von Perdizes über die Kampstädtchen Campos Novos, Curitibanos und Lages nach Blumenau führt durch die Ländereien. Die Ländereien sind nicht gebirgig, sondern hügelig, fast durchschnittlich pflüger und von sehr guter Qualität mit absolut gesundem Hochlandklima; Malariafieber, Insektenplagen, die verheerende Kampameise usw. sind unter Garantie ausgeschlossen. Die Höhenlage des Geländes ist 800 m über dem Meeresspiegel; jede Kolonie hat absolut gesundes Quellwasser. Erstklassiges Land und Klima: Weizen, Roggen, Braugerste, Lein, Linsen, Erbsen, Kartoffeln, Äpfel, Birnen, Pflaumen, Mandioka, Bohnen, Mais und Luzerne (Alfafa) gedeihen sehr gut. Perdizes und Umgegend sind bekannt als beste Wein- und Weizengegend Südbrasilens.

Absatz. — Wie bereits erwähnt, sind die Ländereien in sehr naher Verbindung mit der Hauptbahn Brasilens, São Paulo-Rio Grande, die die Kolonien mit allen Hauptstädten Brasilens und den Nachbarrepubliken verbindet.

Handwerker. — Bei dem starken Durchgangsverkehr und den vorhandenen Rohmaterialien können sich heute schon alle Handwerker sowie Industrien in der Kolonie Marschall Hindenburg etablieren.

Kartoffeln, Mais, Luzerne, Mehl und Schmalz haben schon heute in Hindenburg besseren Preis als an der Station Perdizes, da die Kampbevölkerung von den Munizipien Campos Novos, Curitibanos und Lages die genannten Erzeugnisse an Ort und Stelle aufkauft.

Fettschweine werden alle in den Schlachtereien und Schmalzraffinerien in Perdizes aufgekauft und verarbeitet.

Weintrauben. — Diese werden ebenfalls an die Keltereien in Perdizes zu lohnendem Preise verkauft. Die Grosskelterei einer französischen Firma in Perdizes erzeugt heute schon Edelweine und Medizinalweine, ähnlich den aus Europa eingeführten. Es klingt unglaublich, aber dennoch ist es Tatsache, dass wir heute schon italienische Weinbauern hier am Platze haben, die bis zu 20.000 Milréis im Jahre durch ihre Weinanlagen einnehmen.

Verkaufspreise. — Eine Kolonie von 242.000 Quadratmeter (24,2 ha) wird verkauft zu 3500 Milréis, 5–10 Kolonien zum Preise von 3300 Milréis, 10–20 Kolonien zu 3100 Milréis, 20–30 Kolonien zu 2900 Milréis, 30–50 Kolonien zu 2750 Milréis, 50–100 Kolonien zu 2500 Milréis, 100 und mehr Kolonien zu 2200 Milréis pro Kolonie.

Zahlungsbedingungen. — 10 bis 20 % des Kontraktwertes beim Unterzeichnen desselben, 30 % innerhalb von 60 bis 90 Tagen und die restlichen 50 % innerhalb von 2 Jahren, wobei im letzten Jahre 8 % Zinsen zu zahlen sind. Auf Vereinbarung können diese Taxen auch noch geändert werden.
Käufer, die innerhalb von 60 bis 90 Tagen auszahlen, bekommen auf obengenannte Landpreise einen Rabatt von 10 %.

Bauplätze im Stadtplatz werden zu 700 Réis der Quadratmeter verkauft (420 bis 550 Milréis). Chacaras (Kleinkolonien) von 10 bis 50.000 Quadratmeter Grösse, am Stadtplatz gelegen, werden zu 50 bis 100 Réis der Quadratmeter verkauft.

Ueber Besitztitel. — Es sei erwähnt, dass der Besitztitel der Gesellschaft über die ersten 278.303.520 Quadratmeter (ca. 1140 Kolonien à 24,2 ha) durch den früheren Staatspräsidenten Dr. Adolfo Konder am 27. März 1929 ausgestellt wurde und dass jener Titel im Hauptgrundbuche auf dem Staatssekretariat in Florianopolis, Buch Nr. 16, Blatt Nr. 14, registriert ist, ferner im Grundbuche Nr. 3, Blatt 120, des Notariats in Curitiba. Ueber genannten Titel besitzt Herr Major Artur Formighieri als Teilhaber eine Generalvollmacht, laut Buch Nr. 1, Blatt 261, des Hauptnotariats von der Vila Campos Novos. Der Generalbevollmächtigte, Herr Major Artur Formighieri, wohnhaft in Perdizes, übertrug an mich, José Petry, durch notariell beglaubigte Verträge die Direktorstelle. Ich, José Petry, übertrug meinerseits wiederum die Sub-Direktorstelle an Herrn Berthold A. Rücker. Da es des öfteren passierte, dass Missgönner gegen die Kolonie Hindenburg Gerüchte austreuten, es beständen Legalitätszweifel, so sei erwähnt, dass alle Siedler in Hindenburg, die ihre Landkäufe ausbezahlt haben, sofort ihre absoluten, notariell registrierten Verschreibungen (escrituras publicas) bekommen haben; ebenso werden auch in Zukunft alle Käufer sofort nach Auszahlung der Kaufsumme ihre unantastbaren definitiven Titel durch den Generalbevollmächtigten, Herrn Major Artur Formighieri, erhalten.

Die *Kolonisation «Marschall Hindenburg»* ist von allen neuen Kolonien in den drei Südstaaten Brasiliens die denkbar

günstigst gelegene in Bezug auf Absatz und ganz entschieden auch in klimatischer Hinsicht. Die Verkehrsmöglichkeiten sind ebenfalls vorteilhaft, da, wie bereits erwähnt, die Entfernung von der Haupteisenbahn Brasiliens nur 21 km beträgt, während fast alle anderen neuen Kolonien 100, 200 bis über 300 km von den Bahnverbindungen entfernt liegen. Wenn auch auf solche Entfernungen die Strassen in den Sommermonaten mit Autos und Lastkraftwagen befahren werden können, so fressen doch die Frachtspesen den Wert der Produkte auf. Von klimatischen Unterschieden liesse sich ebenfalls noch allerlei sagen.

In der Kolonie Marschall Hindenburg gibt es stellenweise auch erstklassige Pinienwälder, die eine lohnende Industrie für Sägewerke garantieren.

Weideland. — Schon heute sind Weideländereien vorhanden, die eine nutzbringende Milchviehzucht gewährleisten, sodass sich Molkereiunternehmen für Butter- und Käsefabrikation entwickeln können. Darüber hinaus ist es selbstverständlich, dass in einer solchen Riesenfläche für jedweden Betrieb geeignete Ländereien vorhanden sind. Wer kein Sägewerk, Molkerei oder sonstige Industrie oder Handwerk betreiben will, sondern nur Landwirtschaft, der soll mit Vertrauen nach der Kolonie Marschall Hindenburg kommen, hier kann er sich überzeugen, dass wir Qualitätsländereien für den Anbau aller landwirtschaftlichen Produkte in so hervorragender Güte besitzen, wie nur irgend eine andere Siedlungsgesellschaft. Aus diesem Grunde, was wir mit der bereits starken Siedlung beweisen können, kauft sich heute der intelligente Deutschbrasilianer wie der Einwanderer aus Deutschland nur noch Land in der Kolonie Marschall Hindenburg. Der Landinteressent soll darauf bedacht sein, sich nur dort anzusiedeln, wo er seine Erzeugnisse vorteilhaft absetzen kann. Welche Annehmlichkeit ist es doch für den Kolonisten, wenn er den Zwischenhandel mit seinem oft unlauteren Tauschgeschäft ausschalten kann, indem er morgens seinen leichten Kolonistenwagen anspannt und seine Produkte direkt zum Grosskaufmann in Perdizes fährt, wo er alles gegen Bargeld los wird und noch am gleichen Tage bequem zurückfahren kann.

Neudeutsche Einwanderer — sollten am besten mit solchen Schiffen kommen, die direkt im Hafen von São Francisco do Sul im Staate Santa Catarina anlegen. Einwanderer, deren Pässe auf «Landwirt» lauten, bekommen von der Imigrations-(Einwanderungs)-Behörde in São Francisco do Sul nach der Station Perdizes freie Fahrt und kostenlose Gepäckbeförderung. In São Francisco do Sul wende man sich an das deutsche Konsulat, das allen Einwanderern durch seine Vertreter hilfreich zur Hand geht.

Die Reise von Perdizes nach Hindenburg — kostet pro Person 10 Milreis hin und zurück. In der Herberge (Hotel) in Hindenburg zahlt man mit Vollpension 4 Milreis pro Tag.

Landkäufer bekommen die 10 Milréis der Hin- und Rückbeförderung vergütet. Nur diejenigen, welche hin- und zurückreisen, ohne Land zu kaufen, haben die 10 Milréis zu entrichten.

Hotel in Perdizes. — In Perdizes angekommen, suche man das *Hotel Goldbach* auf, wo man stets Vertreter der Kolonisation vorfindet und wo man 5 Milréis für Vollpension pro Tag zu zahlen hat. Diesen niedrigen Preis von 5 Milréis zahlen nur die Landsuchenden. Andere Reisende zahlen den Pensionspreis nach Gutdünken des Hoteliers.

Wohngelegenheit. — Alle Einwanderer können während der ersten drei Wochen in Räumlichkeiten der Gesellschaft in Hindenburg wohnen. Ein jeder aktive Mensch kann sich im Zeitraum von drei Wochen ein Häuschen in seiner gekauften Kolonie errichten oder errichten lassen; es ist daher nicht angängig, dass Familien auf Wochen und Monate hinaus die Räumlichkeiten beschlagnahmen und den Nachzüglern die Wohngelegenheit erschweren.

Fahrwege. — Die Hauptfahrwege durch das ganze Gebiet werden auf Kosten der Gesellschaft gebaut; dagegen müssen die Zweigverbindungen nach den einzelnen Kolonien vom Landkäufer selbst hergestellt werden.

Wasserverhältnisse und Vermessung. — Jede Kolonie hat fließendes Wasser. Alle Kolonien sind genau vermessen und durch Grenzpfähle markiert.

Steuerzahlungen. — Eine Kolonie von 24,2 ha zahlt pro Jahr an den Staatsfiskus zwischen 10 und 15 Milréis Landsteuer; ferner 6 Tage Strassenarbeit für die Munizipalität (Bürgermeisterei). Im Falle der Kolonist die 6 Tage nicht arbeiten will, muss er 30 Milréis in Geld entrichten.

Persönliche Freiheit. — Eine jede Familie, die ihren Landkauf beglichen hat, hat ihre vollständige Freiheit und kann das betreiben, was sie will; ebenso ist Fischen und Jagen, auch ausserhalb der eigenen Grenzen, vollständig frei. Wer irgendwie Industrie, Handel oder Geschäfte betreiben will, hat nur die nötigen Steuern an die Behörden zu entrichten und braucht nirgends um irgendwelche Erlaubnis vorzusprechen.

Konfessionell wird getrennt gesiedelt.

Um weitere Informationen wende man sich an

JOSÉ PETRY, Director,

Estação PERDIZES, Estado de Santa Catarina, Brasil.

In der Kolonie **Marschall Hindenburg** wende man sich an den Verwalter Herrn **Amandio Schüler**, der dort den Landsuchenden bereitwilligst zur Verfügung steht.